



**Thatyana Siqueira Nunes Frez**

**Entre violência e cuidado: sentidos  
atribuídos por famílias de crianças e por  
profissionais no âmbito do acolhimento  
institucional no município do Rio de  
Janeiro**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social do Departamento de  
Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Rio de Janeiro  
Julho 2021



**Thatyana Siqueira Nunes Frez**

**Entre violência e cuidado: sentidos  
atribuídos por famílias de crianças e por  
profissionais no âmbito do acolhimento  
institucional no município do Rio de  
Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-  
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada  
pela Comissão Examinadora abaixo.

**Prof. Antonio Carlos de Oliveira**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profª Rosana Morgado**

UFRJ

**Profª Irene Rizzini**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2021

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Thatyana Siqueira Nunes Frez**

Graduou-se em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2016. Participou de diversos cursos livres e eventos sobre direitos da criança e do adolescente, família e violência. Atua profissionalmente como Assistente Social na Obra do Berço.

#### Ficha Catalográfica

Frez, Thatyana Siqueira Nunes

Entre violência e cuidado : sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito do acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro / Thatyana Siqueira Nunes Frez ; orientador: Antonio Carlos de Oliveira. – 2021.  
134 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2021.  
Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Famílias. 3. Cuidado. 4. Violência. 5. Violência intrafamiliar. I. Oliveira, Antonio Carlos de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Aos meus pais, Denise e Valdinei, que não pouparam esforços para que eu chegasse até aqui, fazendo tudo que puderam para que eu me dedicasse à minha formação profissional. Essa conquista é nossa!

## Agradecimentos

A Deus, por ter me protegido e guiado meu caminho para que eu chegasse até aqui.

Aos meus pais, Denise e Valdinei, que nunca pouparam esforços para que eu tivesse acesso e condições de estudar, me incentivando em todos os passos da minha formação acadêmica.

Ao meu orientador, professor Antonio Carlos de Oliveira, pela paciência, pela compreensão, pela generosidade, pelas orientações e informações compartilhadas. Agradeço por acreditar em mim mesmo quando eu achei que não seria possível.

À professora Rosana Morgado, pela disponibilidade em participar desta banca e pelas contribuições valiosas desde a banca de qualificação.

À professora Irene Rizzini, pelo carinho e atenção ao longo de todo o curso de mestrado e por ter aceitado o convite de compor esta banca.

Aos professores e funcionários do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, pelo comprometimento na formação, com qualidade, de profissionais críticos e conscientes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em Serviço Social da PUC- Rio, por terem confiado na importância da minha pesquisa e por me aceitarem em seu quadro de mestrado e a Capes por fomentar minha bolsa de estudos.

A PUC, lugar mais que especial, universidade que abriu as portas para mim e possibilitou diversas experiências fundamentais para minha formação.

À Jessica e Marcela por terem aberto as portas da instituição para que eu

realizasse minha pesquisa, me aproximando dos demais profissionais e dos familiares participantes.

Agradeço aos meus avós, Luiz e Zilda, e a minha madrinha, Dayse, por tudo o que fizeram por mim ao longo da minha formação, desde o momento da minha aprovação no vestibular.

À Carolina Terra, minha amiga-irmã, por todos os passos compartilhados desde a graduação, pelos momentos de calma e tempestade, pelo afeto e pelo apoio.

Ao Bruno, meu companheiro, pelo apoio, amor, carinho, por ter aguentado me ouvir falando incansavelmente sobre meu objeto de pesquisa e por ter acompanhado com animação os resultados desta pesquisa ganhando forma.

Às viole(n)tas, Taissa, Silvana e Suellen, amigas que ganhei de presente no mestrado e que levarei para a vida. Obrigada pela torcida, pela força e pelo carinho, que tornaram essa jornada menos solitária.

À Kátia e Patrícia, colegas de equipe na Obra do Berço, cujas discussões e estudos de caso instigaram em mim o desejo de estudar um pouco mais sobre os assuntos que permeiam o cotidiano profissional em uma instituição de acolhimento. Obrigada por compreenderem minhas ausências, pelo apoio e pelas trocas que tivemos ao longo desses anos de trabalho juntas.

## Resumo

Frez, Thatyana Siqueira Nunes; Oliveira, Antonio Carlos de. **Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito do acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2021, 134p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo teve como objetivo analisar limites entre violência intrafamiliar contra crianças e cuidado, na perspectiva de familiares e profissionais de uma instituição de acolhimento, localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com a coleta de dados realizada através de entrevistas semipadronizadas com familiares de crianças acolhidas e com profissionais da instituição, além de relatórios técnicos produzidos pela equipe da instituição. Para análise dos dados, utilizou-se o método de interpretação dos sentidos atribuídos, uma vez que este permite compreender as relações em determinado contexto sócio histórico. Os resultados apontaram que, apesar da importância atribuída à família pelos entrevistados, sua composição e relações estabelecidas entre os membros divergem entre os grupos. Notou-se também a presença de mulheres como as principais responsáveis pelo cuidado e por apoiar os familiares, e a sua responsabilização diante da violação de direito das crianças. Foi possível perceber ainda que a fragilidade nos vínculos familiares do público atendido pela instituição marca gerações anteriores ao acolhimento das crianças, e por isso é fundamental conhecer a história de vida de cada família para compreender a forma como seus membros se relacionam. Constatou-se também que o cuidado é delineado através de aspectos subjetivos, enquanto a violência é definida através de suas manifestações, e apesar de serem considerados pontos antagônicos na relação entre adulto-cuidador e criança-sujeito de cuidado, é tênue a linha que separa a classificação de determinada ação como forma de violência ou como manifestação de cuidado.

## Palavras-chave

Famílias; cuidado; violência; violência intrafamiliar.

## Abstract

Frez, Thatyana Siqueira Nunes; Oliveira, Antonio Carlos de (Advisor). **Between violence and care: meanings attributed by families of children and professionals in the context of children's shelter in the city of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2021, 134p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aimed to analyze the limits between care and intra-family violence against children, from the perspective of family members and professionals of a children's shelter located in the West Zone of the city of Rio de Janeiro. This is a research with a qualitative approach, with data collection carried out through semi-standardized interviews with family members of foster children and professionals from the institution, in addition to technical reports produced by the institution's staff. For data analysis, the method of interpretation of the meanings attributed was used, since this allows to understand the relationships in a certain socio-historical context. The results showed that, despite the importance attributed to the family by the interviewees, its composition and relationships established between members differ between groups. It was also noted the presence of women as the main responsible for the care and support of family members, and their blame for the violation of children's rights. It was also possible to notice that the fragility of family ties of the public served by the institution marks generations prior to childcare, and that is why it is essential to know the life history of each family in order to understand how its members relate to each other. It was also found that care is delineated through subjective aspects, while violence is defined through its manifestations, and despite being considered antagonistic points in the relationship between adult-caregiver and child-subject of care, the line that separates the classification of a certain action as a form of violence or as a manifestation of care.

## Keywords

Families; care; violence; intrafamily violence.



## Sumário

1.		
Introdução		14
2.		
Família e Estado: da repressão à assistência		31
2.1. Algumas considerações sobre a categoria família		31
2.2. A relação entre o Estado e as famílias pobres no Brasil		36
2.3. De caso de polícia a caso de política: a trajetória da assistência social às famílias no Brasil		45
3.		
Limites entre violência e cuidado: manifestações na relação familiar		54
3.1. Algumas considerações sobre a categoria violência		54
3.2. Violência intrafamiliar e suas manifestações		58
3.3. Algumas considerações sobre a categoria cuidado		64
3.4. Relações de gênero e cuidado familiar de crianças		68
4.		
Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos à violência intrafamiliar contra crianças e cuidado		76
4.1. Percurso metodológico		76
4.1.1. Coleta de dados		76
4.1.2. Escolha do campo de pesquisa		77
4.1.3. Aproximação com o campo de pesquisa		80
4.1.4. Análise dos dados		82
4.1.5. Perfil dos entrevistados		83
4.2. Família é a base de tudo!		86
4.2.1. Compreensão de família		86
4.2.2. Os vínculos familiares		89
4.2.3. Relação entre família e a instituição de acolhimento		91
4.3. Violência e cuidado: duas faces da mesma moeda?		94
4.3.1. Sentidos atribuídos à violência contra criança		94

4.3.2. Sentidos atribuídos ao cuidado	96
4.3.3. Existe um modelo ideal de cuidar?	98
5. Considerações Finais	102
6. Referências	108
7. Apêndices	125
7.1. Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (famílias)	125
7.2. Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (profissionais)	128
7.3. Apêndice 3 – Roteiro para entrevista com as famílias	131
7.4. Apêndice 4 – Roteiro para entrevista com profissionais	132
8. Anexos	133
8.1. Anexo 1 – Parecer favorável da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio para a realização da pesquisa de campo	133
8.2. Anexo 2 – Relação com os motivos de acolhimento de crianças e adolescentes no município do Rio de Janeiro	134

## Lista de siglas

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS – *Centros de Ação Social*

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Funabem – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IAPs – Institutos de Aposentadorias e Pensões

LBA – Legião Brasileira de Assistência

Loas – Lei Orgânica de Assistência Social

MCA – Módulo Criança e Adolescente

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MPRJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 – Relação dos artigos encontrados por termo de busca e por ano de publicação.

Tabela 2 – Instituições que oferecem o Serviço Acolhimento Institucional na modalidade Abrigo Institucional no município do Rio de Janeiro, com faixa etária de atendimento e o bairro onde estão localizadas.

## **Lista de Ilustrações**

Figura 1 – Faixa etária da vítima por sexo por tipo de violação.

Figura 2 – Faixa etária da vítima por sexo por violação – Negligência.

## Introdução

Pensar o cuidado e a violência intrafamiliar contra crianças na sociedade contemporânea requer ter em mente o longo (e contínuo) processo de mudanças na forma como os referidos grupos eram vistos pela sociedade e, conseqüentemente, na maneira como eles eram tratados.

Na história da humanidade, são frequentes os relatos de violência contra crianças, seja através dos sacrifícios ou, posteriormente, associados à ideia de educação. Ferrari (2002) aponta que as ações de piedade e proteção à criança ganharam força com os primeiros cristãos, no início da era d.C., sobretudo em uma perspectiva caritativa. A autora aponta ainda que –o abuso a crianças e adolescentes não recebeu atenção como tal, mas dentro dos esforços destinados a corrigir o problema dos –menores<sup>1</sup>|| abandonados/indigentes/delinquentes|| (Ferrari, 2002, p. 49). Contudo, o destaque à violência contra criança, em sua dimensão social, deu-se a partir de 1960, com base nas observações do crescente número de crianças com lesões que chegavam ao atendimento pediátrico nos Estados Unidos, culminando na formulação da terminologia Síndrome da Criança Espancada. A partir de então, foram desenvolvidas campanhas e legislações que tratavam a respeito da violência contra crianças.

Ao fazer uma breve análise sobre a história do Brasil, é possível ver que a violência contra crianças e adolescentes está presente em nossa sociedade desde o período da colonização pelos portugueses. Guerra (1998) aponta que a punição física não era hábito entre os povos indígenas e foi introduzida como forma de educação no Brasil pelos padres jesuítas. Priore (1995) afirma que

O muito mimo devia ser repudiado. Fazia mal ao filho (...). O amor do pai ou do educador espelha-se naquele divino, no qual Deus ensinava que amar é –castigar e dar trabalhos nesta vida. Os vícios e os pecados deviam ser combatidos com açoites e castigos. Fortemente arraigada na psicologia de fundamento moral e religioso comum desta época (...) a fala dos jesuítas sobre educação e disciplina tinha gosto de sangue: como um cirurgião que dá um botão de fogo ao seu filho ou lhe corta uma mão em que entram herpes, o qual ainda que pareça crueldade não é,

---

<sup>1</sup> –(...) categoria jurídica e socialmente construída para designar a infância pobre – abandonada (material e moralmente) e delinquente. Ser menor era carecer de assistência, era sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade (Rizzini, 2011b, p. 134).

senão misericórdia e amor, pois com aquela ferida lhe sara todo o corpo (Priore 1995 apud. Guerra, 1998, p. 77).

O uso da violência associada à educação de crianças e adolescentes foi uma prática introduzida no Brasil pelos padres Jesuítas no período colonial (Guerra, 1998), não só na correção das práticas das famílias indígenas, mas também nas instituições de educação. Guerra afirma ainda que, –os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (com alfinetes nas pontas), cipós, galhos de goiabeira etc., tinha como objetivo ensinar às crianças que a obediência aos pais era a única forma de escapar da punição (Guerra, 1998, p. 77).

Segundo apresentado pela autora supracitada, os castigos físicos não eram passíveis de punição pelo Código Penal Brasileiro de 1830, quando –consistisse em castigos moderados dos pais aos filhos, dos senhores aos escravos, dos mestres aos discípulos (Fragoso, 1977 apud. Guerra, 1998). Tal fragmento deixa claro que a violência física como forma de garantia da ordem social e da manutenção do poder era aceita e legitimada no Brasil.

Na legislação brasileira, o enfrentamento aos –maus tratos às crianças surgiu nos instrumentos legais no início do século XX, culminando na elaboração do primeiro Código de Menores, em 1927 (Rizzini, 2011a). A autora aponta que um projeto de lei apresentado em 1906 já tratava sobre a proteção às crianças vítimas de maus tratos, e em 1912, outro projeto de lei

(...) trata também de detalhes sobre a suspensão, destituição e restituição do Pátrio Poder, de acordo com as circunstâncias, que vão desde o cometimento de crime por parte do pai ou da mãe (inclusive poligamia ou abandono de seus filhos), até situações que comprometam a saúde e a moralidade dos filhos. (Rizzini, 2011a, p. 125).

Segundo Rizzini & Rizzini (2004), associado à intervenção estatal junto ao problema da infância, surgem também os estudos e teorias sobre a incapacidade das famílias pobres, responsabilizando a família sobre a situação de crianças e adolescentes no Brasil. Segundo as autoras, –a ideia de proteção à infância era antes de tudo proteção contra a familiar (ibidem, p. 39). Assim como se desenvolvem ações estatais com o objetivo de intervir junto à infância pobre, foram diversas as tentativas de controle social das famílias pertencentes às camadas populares ao longo da história do Brasil.

Devido à exclusividade de ação estatal junto às famílias pobres, são poucos os relatos sobre a realidade das famílias ricas e a maneira como tratavam a prole.

Entretanto, apesar dos esforços de parte da sociedade em resolver o problema do –menor<sup>2</sup> – como por exemplo a criação do Serviço de Assistência ao Menor<sup>2</sup> (SAM), em 1941, e a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor<sup>3</sup> (Funabem), em 1964 –, as ações estatais se destinavam às crianças pertencentes às famílias de camadas populares, consideradas imorais e incapazes de cuidar de seus filhos. Apesar da abordagem jurídica às crianças maltratadas, o foco era o impacto a longo prazo que essa ação poderia causar à criança, que poderia se tornar um adulto com comportamento moral não compatível aos padrões, e não às necessidades que a criança demandaria (Gionannonni, 1989 apud. Ferrari, 2002, p.52).

A partir da década de 1980, muda-se a perspectiva com a mobilização da sociedade civil, ganhando força os movimentos que pautavam o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, criticando o modelo de proteção instaurado pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (Azevedo e Guerra, 2015), culminando no artigo 227 da Constituição Brasileira. O artigo em questão prevê que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

A conquista iniciada com a inclusão dos direitos da criança e do adolescente na Carta Magna foi completada dois anos mais tarde, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O novo Estatuto, além de revogar o Código de Menores de 1979, também foi o responsável por endossar o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes no Brasil, ao considerá-los cidadãos, devendo ser protegidos pela família, Estado e pela sociedade.

<sup>2</sup> O SAM foi implementado durante o período ditatorial do Governo de Getúlio Vargas, e deveria –orientar a política pública para a infância<sup>2</sup>, suas atribuições incluíam –investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas de abandono<sup>2</sup> (ibidem, p. 54). Rizzini & Rizzini (2004, p. 34) apontam que após a implementação do SAM, o órgão foi tomado por práticas clientelistas e corruptivas, e –no imaginário social, o Sam acaba por se transformar em uma instituição para a prisão de menores transviados e em uma escola do crimel.

<sup>3</sup> A Funabem teve como principal objetivo, substituir o SAM no trato ao problema dos menores no Brasil (Rizzini & Rizzini, 2004), com o objetivo de integrar os menores e suas famílias à sociedade, mas acabou se tornando –um meio de controle social, em nome da segurança nacional<sup>3</sup> (Faleiros, 2011, p. 65).



Uma das principais mudanças no enfrentamento à situação da infância no Brasil pós promulgação do ECA foi a modalidade de internação de crianças e adolescentes. Até a promulgação do Estatuto, a política de institucionalização de menores no Brasil foi utilizada como uma das principais formas de intervenção do Estado, sendo muitas vezes as principais responsáveis por situações de violência e violação de direitos de crianças e adolescentes (Rizzini & Rizzini, 2004; Faleiros, 2011). De acordo com a nova normativa, o acolhimento institucional passa a ser uma medida protetiva responsável por oferecer

(...) acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta (Brasil, 2009, p. 67).

A impossibilidade no cumprimento das funções protetivas e de cuidado pode ter múltiplas razões e os motivos que levam uma criança ao acolhimento institucional muitas vezes –são múltiplos e inter-relacionados, exigindo uma abordagem ampla e intersetoriall (Bernardi, 2020, 106). Apesar dos variados motivos para a aplicação de tal medida, cabe destacar que a pobreza, exclusivamente, não pode ser considerada razão para o afastamento familiar de crianças e adolescentes, conforme previsto no artigo 23 do ECA, rompendo assim com o estigma de incapacidade das famílias pobres para o cuidado – mesmo que apenas no âmbito legislativo.

Apesar dos esforços feitos pela sociedade civil e por órgãos estatais para o rompimento da associação e uso da violência como forma de educação na relação entre pais e filhos – presente ao longo da história do Brasil –, ainda são presentes no cotidiano das famílias os resquícios do processo iniciado no período colonial, incentivado e reproduzido até poucas décadas passadas. Segundo Gonçalves e Marques (2001), em pesquisa realizada com mães acerca do fenômeno da violência, percebeu-se que no que diz respeito à violência urbana (externa) há um repúdio sobre as práticas, o que muda de figura quando analisado o âmbitodoméstico, uma vez que –elas admitem e endossam o uso do disciplinamento físico contra seus próprios filhos e entendem que, sob certo regramento lógico, o uso da força física como recurso disciplinar não se identifica à violênciall (ibidem, p. 54). As autoras sinalizam que a violência pode ser usada para "inculcar valores,

entre os quais foram nomeados a obediência, o respeito e a honestidade (ibidem, p. 57).

No cotidiano profissional como assistente social em uma instituição de acolhimento, fonte dos questionamentos que motivaram a realização deste trabalho, é possível perceber claramente o perfil socioeconômico das famílias acompanhadas. São majoritariamente mulheres, pobres, sem referências com outras pessoas da família, sejam considerados os laços de sangue, como os de afinidade. São poucos os casos em que as mães relatam poder contar com alguém, e quando podem, são em momentos pontuais e específicos. Além disso, as famílias atendidas nas instituições, muitas vezes, não tiveram acesso a políticas públicas que lhes possibilitassem assumir os cuidados integrais com seus membros, expondo a negligência do Estado diante das famílias.

O acolhimento institucional é uma medida protetiva para a criança em situações de violência e/ou violação de direitos, devendo ser utilizada somente como último recurso, quando não houver alternativa que não afastar a criança de seu responsável. Entretanto, na realidade dos casos, existem outras motivações para o acolhimento de crianças na primeira infância.

Ao longo da trajetória na área do acolhimento institucional, iniciada ainda na graduação em Serviço Social, diversos questionamentos acerca dos temas que permeiam o cotidiano profissional se fizeram presentes, inspirando a construção do Trabalho de Conclusão de Curso sobre a interferência do sistema judiciário nas relações familiares, intitulado –A judicialização das relações familiares no acolhimento institucional da primeira infância: uma experiência junto ao Serviço Social da Obra do Berço, RJ (Frez, 2016). Naquele momento, percebíamos que as situações que culminavam em acolhimento de crianças estavam relacionadas à violação dos direitos das crianças e suas famílias, conforme previstos na Constituição Federal e no ECA, mas a garantia do acesso a tais direitos só era viabilizada após determinação judicial.

Visando conhecer um pouco mais sobre a produção científica relacionada ao tema desta pesquisa, durante os dias 08 e 09 de maio de 2020 foi realizado levantamento bibliográfico no Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A busca se limitou a artigos publicados em português, entre os anos 2015 a 2019 com a opção –no assunto selecionada no campo de busca. Para a busca, foram utilizados oito

termos relacionados ao objeto a ser estudado durante a pesquisa de mestrado, sendo eles -violência + criança, -violência + família, -violência + intrafamiliar, -cuidado + criança, -cuidado + família, -cuidado + intrafamiliar, -afastamento familiar e -acolhimento institucional. Com a realização da pesquisa de campo, viu-se a necessidade de estender a busca. Sendo assim, entre os dias 21 e 25 de junho de 2021, fizemos nova consulta ao portal, com os buscadores -proteção + criança e -proteção + família.

Destaca-se que os dados encontrados neste levantamento são uma pequena amostra dos artigos disponíveis sobre a temática, uma vez que foram adotados critérios que limitaram a busca.

No que se refere a artigos relacionados à violência, foram encontrados 11 artigos quando associados violência e criança, 13 artigos quando o termo violência foi relacionado com família, sendo 1 artigo comum às duas buscas. Quando violência foi associada ao termo intrafamiliar, foram encontrados 7 artigos.

Na busca relacionada ao termo cuidado, foram encontrados 13 artigos quando cuidado foi associado ao termo criança e 11 quando o termo cuidado foi relacionado à família, sendo 2 artigos comuns às duas buscas.

Sobre acolhimento institucional, foram encontrados 19 artigos, publicados em diferentes anos, sendo um deles também encontrado com o termo -violência + intrafamiliar. Com o termo -afastamento familiar achamos somente um artigo, publicado em 1993, que não se encaixa nos critérios de elegibilidade escolhidos. Não foram encontrados artigos quando relacionados os termos -cuidado + intrafamiliar.

Quando buscamos -proteção + criança, encontramos 10 artigos, entretanto, dois foram publicados em inglês e, considerando os critérios de elegibilidade deste levantamento, não foram analisados. Ambos os artigos em questão foram publicados em 2017 e são da área da saúde. Quando proteção foi associado à família, foram encontrados apenas 5 artigos, sendo um deles comum às duas buscas. Não encontramos artigos publicados em 2015 com nenhum dos dois buscadores. A divisão dos artigos por ano pode ser observada na tabela abaixo.

Tabela 1 - Relação dos artigos encontrados por termo de busca e por ano de publicação.

<b>Termo de busca</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>Total</b>
-violência + criança	2	1	2	1	5	11
-violência + família	1	0	4	3	5	13
-violência + intrafamiliar	1	5	1	0	0	7
-cuidado + criança	1	2	6	1	3	13
-cuidado + família	2	2	5	1	1	11
-acolhimento institucional	2	8	0	2	7	19
-proteção + criança	0	1	3	3	1	8
-proteção + família	0	0	3	1	1	5

Fonte: Periódicos da Capes

Os artigos encontrados com os descritores -violência+criança|| podem ser divididos em algumas categorias: prevenção à violência em políticas públicas (Alkimin, 2015; Minetto e Weyh, 2019), violência contra crianças e os serviços de saúde (Camargo, 2015; Silva Junior et al, 2017; Schumacher et al, 2018; Marinho e Aguiar, 2019), atuação profissional da rede de proteção a crianças e adolescentes (Faraj, Siqueira e Arpini, 2016; Macedo e Conceição, 2017). Foram encontrados outros três artigos que não se encaixavam em nenhum das categorias acima (Azeredo Bolze et al, 2019; Ferreira, Cortes, Gontijo, 2019; Reis e Cavalcante, 2019).

Na primeira categoria, ambos os textos abordam o assunto da prevenção à violência na perspectiva da política pública, apresentando breve trajetória histórica sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil. Alkimin (2015) aborda os impactos da Lei 13.010/2014 nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a importância de uma educação transversal em direitos humanos como forma de prevenção à violência. Minetto e Weyh (2019) por sua vez, apontam que a dicotomia entre teoria e prática na execução das políticas voltadas à infância e adolescência ainda deixa esse público em situação de exposição à violência, além de impedir que exerçam sua plena cidadania.

Os artigos que discutem a violência contra crianças na perspectiva dos serviços de saúde abordam a atuação dos profissionais frente a situações de violência contra crianças em hospitais (Camargo, 2015; Schumacher et al, 2018), se propondo a fazer uma reflexão sobre a prática, apontando a importância da atuação multiprofissional e a articulação com outros membros da rede de proteção. Também foram agrupados nessa categoria os trabalhos sobre a violência contra crianças na atenção básica em saúde, abordando a importância das unidades de atenção primária em saúde no enfrentamento a situações de violência (Marinho e Aguiar, 2019) e os fatores relacionados à identificação e notificação dos casos de violência contra crianças pelos médicos de família (Silva Junior et al, 2017).

Na terceira categoria, foram incluídos artigos que tratam sobre a atuação profissional fora dos espaços de saúde. Em seu estudo, Faraj, Siqueira e Arpini (2016) abordam a rede de proteção a crianças e adolescentes na perspectiva dos profissionais de vários órgãos envolvidos, onde os profissionais puderam falar sobre a atuação da rede, incluindo seus desafios para a atuação. Já Macedo e Conceição (2017) relatam a experiência de atuação do psicólogo no atendimento a crianças vítimas de violência e sua família, bem como sua articulação com a rede de proteção.

Apesar de os artigos terem sido escritos por profissionais de diversas áreas, destaca-se a prevalência de artigos focados no atendimento a crianças vítimas de violência. Além disso, foi presente em grande parte deles o destaque para a importância da articulação em rede para a intervenção nos casos de violência junto à criança vítima e sua família, apesar de pontuarem que tal articulação acontece com dificuldades.

Ainda sobre a atuação da rede no enfrentamento à violência, Ferreira, Cortes e Gontijo (2019), em sua análise sobre processos de violência contra crianças, mencionam que a articulação entre os órgãos pertencentes à rede de proteção pode evitar com que os casos de violência cheguem ao poder judiciário. A análise dos autores teve como objetivo traçar o perfil das crianças vítimas e dos agressores, bem como conhecer a resolubilidade dos processos.

A atuação junto à família das crianças vítimas foi citada como fundamental, mas nenhum dos artigos se aprofundou no tema. O único artigo encontrado cujo foco eram as relações familiares (Azeredo Bolze et al, 2019) se propôs a analisar

as táticas de resolução de conflitos conjugais, apontando que as táticas utilizadas na relação do casal extrapolam para seu relacionamento com os filhos. Entretanto, a violência contra crianças não aparece como tema central neste artigo.

Nos chama a atenção o trabalho de Reis e Cavalcante (2019) pelo fato de abordarem os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, a partir de uma revisão da literatura sobre pesquisas que utilizaram instrumentos de distorção cognitiva na avaliação dos autores.

Os artigos referentes ao termo de busca –violência + família‖ variaram quanto ao grupo vítima de violência, aparecendo a manifestação do fenômeno contra idosos (Gil et al, 2015), contra mulheres (Moraes, 2017; Costa et al, 2019; Sehnemet al, 2019; Serafim et al, 2019), contra crianças (Baptista, Zamora e Bittencourt, 2017; Tardivo, 2017; Souza e Macedo, 2018; Magnabosco Marra e Fortunato Costa, 2018).

Foram encontrados também artigos que abordaram a violência em uma perspectiva cultural, se manifestando em relações familiares (De Melo e Montefusco, 2019) ou não (Lima e Gomes, 2017; Dupin e Doula, 2018). Além destes, foi encontrado um artigo em comum com a busca com os descritores –violência + criança‖ (Azeredo Bolze et al, 2019).

O artigo cujo foco foi a violência contra idosos foi publicado em Portugal e apresentou um levantamento bibliográfico sobre os riscos associados à violência contra idosos na Europa nas últimas três décadas.

Sobre a violência contra mulher, destacam-se artigos relacionados aos serviços de saúde. Dos artigos encontrados, grande parte aborda a atuação de profissionais da estratégia de saúde da família frente ao fenômeno da violência doméstica contra mulheres, apontando que é preciso capacitar os profissionais para o atendimento às vítimas, uma vez que o tema não é discutido em espaços de formação profissional. Apesar da relação com a área da saúde, Moraes (2017) escreveu sobre a violência doméstica contra mulheres com outra abordagem, analisando os dados notificados de violência doméstica por unidades de saúde de um município no Mato Grosso do Sul.

No que tange à violência contra crianças, podemos dividir os artigos em dois grupos: o primeiro abordou a violência com foco na criança, em que um dos artigos teve como foco a importância do Serviço de Família Acolhedora no cuidado de crianças vítimas de violência ou que tiveram seu direito violado

(Baptista, Zamora e Bittencourt, 2017), e o outro apresentou uma pesquisa sobre o Desenho da Figura Humana de crianças e adolescentes na avaliação de violência doméstica (Tardivo, 2017).

O segundo grupo teve como foco os familiares de crianças vítimas de violência sexual. Apesar da temática semelhante, os artigos divergiam quanto ao objetivo. O primeiro buscou compreender as experiências vivenciadas por genitores de crianças vítimas de abuso sexual, através de um grupo interventivo (Souza e Macedo, 2018), enquanto o segundo objetivou conhecer o que acontece nas famílias no período entre a revelação do abuso sexual e o atendimento especializado (Magnabosco Marra e Fortunato Costa, 2018).

Assim como apresentado acima, a busca com o descritor -violência intrafamiliar apresentou artigos envolvendo violência contra idosos (Medeiros, Paiva e Torre, 2016) através de revisão sistemática da literatura sobre o tema. Foram encontrados também artigos cujas vítimas de violência eram mulheres (Barbosa e Borges, 2016; Santeiro, Schumacher e Souza 2017) e crianças (Pereira, Conceição e Nery, 2015; Soares et al, 2016; Barbosa, Antunes e Padilha, 2016).

Sobre violência intrafamiliar, Barbosa e Borges (2016) analisaram possibilidades e limites da Lei Maria da Penha, à luz da perspectiva crítica e feminista. Já Santeiro, Schumacher e Souza (2017) analisaram filmes sobre violência contra mulher e de que forma eles podem contribuir na formação profissional de psicólogos, concluindo que, aliada a outras formas de aprendizado, os filmes podem contribuir para a visualização das situações, bem como com o primeiro contato com o tema.

Analisando os artigos cuja violência intrafamiliar tinha crianças e adolescentes como vítima, Pereira, Conceição e Nery (2015) buscam compreender como alunos de pedagogia lidavam com as situações de violência intrafamiliar relatadas por seus alunos e abordaram como o ato sociodramático pode auxiliar na formação de pedagogos, uma vez que permite que discentes tenham contato com situações de violência contra crianças. O trabalho de Soares et al. (2016) buscou conhecer o perfil das vítimas de um serviço especializado no atendimento a mulheres vítimas de violência sexual em um hospital em Teresina, através da análise dos prontuários entre 2004 e 2014. Dentre os resultados apresentados pelas autoras, destaca-se a relação da vítima com o perpetrador da violência, sendo

sempre alguém próximo, prevalecendo os casos em que o pai ou o padrasto é o autor da violência.

Ainda sobre violência contra crianças, Barbosa, Antunes e Padilha (2016) abordam as dificuldades na reinserção familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, baseadas na literatura, abordando o acolhimento institucional, o abuso sexual contra crianças e adolescentes e a rede de proteção.

Foi encontrado ainda um artigo sobre atendimento em plantão psicológico a mulheres vítimas de violência na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Farinha e Souza, 2016). Apesar da violência intrafamiliar não ser central na discussão do artigo, ela aparece conforme as autoras apresentam os dados sobre o perfil das pessoas atendidas, como queixa das vítimas, idade, estado civil e profissão. Autoras sinalizam grande número de crianças vítimas de violência sexual, em sua totalidade perpetrada por pessoas próximas.

Analisando os artigos encontrados com o termo -cuidado+criança, pode-se dizer que a grande maioria deles corresponde à área da saúde. Podemos classificar os 13 artigos em cinco categorias: Cuidado relacionado à intervenção pediátrica (Nascimento et al, 2015; Mendes et al, 2016; Silva et al, 2017; Reginatto et al, 2017); cuidado familiar com crianças com doenças crônicas (Silveira et al, 2017; Farias et al, 2018), cuidado familiar em ambiente hospitalar (Chagas et al, 2017; Farias et al, 2019), atuação de profissionais da saúde frente ao cuidado com pacientes pediátricos (Aires et al, 2015; Selau e Bilibio, 2019), cuidado familiar sem relação com ambiente hospitalar (Piccinini et al, 2016; Coelho e Dias, 2017).

Na primeira categoria, foram agrupados artigos que abordassem o cuidado para evitar ou tratar doenças. A segunda categoria engloba artigos que falam sobre aspectos subjetivos presentes no cuidado familiar de crianças com doenças crônicas, como por exemplo, a sobrecarga, rede de apoio, relações familiares, entre outros. Ambos os artigos da segunda categoria abordam a importância dos profissionais da saúde no fortalecimento dos vínculos entre cuidador-criança, bem como auxiliar no processo de emancipação dos familiares.

A terceira categoria concentra artigos que tratam sobre o cuidado familiar em ambiente hospitalar. Um dos artigos (Chagas et al, 2017), tem como objetivo conhecer os significados atribuídos ao cuidado da criança hospitalizada pelos seus familiares. O outro (Farias et al, 2019), avaliou os aspectos culturais relacionados ao cuidado familiar no ambiente hospitalar. Destaca-se que ambos os artigos



abordam a importância do fortalecimento do vínculo entre equipes de enfermagem e família, e a inclusão do cuidado familiar no processo terapêutico.

Também foram encontrados artigos que tinham como objetivo a reflexão sobre a atuação de profissionais da saúde frente ao cuidado com pacientes infantis. Os artigos divergiam quanto ao local de atuação destes profissionais, com um referindo-se a profissionais de unidade básica de saúde (Aires et al, 2015) e o outro sobre a atuação em ala de pediatria hospital (Selau e Bilibio, 2019).

Foram encontrados dois artigos em que o cuidado não tinha relação com a saúde, agrupados na quinta categoria. Um deles buscou compreender os elementos que impactam na decisão sobre colocar ou não crianças em seu primeiro ano de vida em creche (Piccinini, 2016). Apesar de também tratar sobre o cuidado familiar, o segundo artigo desta categoria realizou uma análise sistemática da produção bibliográfica que tratasse sobre os avós guardiões de crianças (Coelho e Dias, 2017).

Com os descritores –cuidado + familiar, foram encontrados trabalhos que abordam o cuidado familiar em ambiente hospitalar ou em tratamento de saúde (Constantinidis e Andrade, 2015; Sousa et al, 2017), apresentando elementos favoráveis à articulação entre a equipe de saúde e os familiares no desenvolvimento de estratégias visando à garantia do cuidado aos pacientes/usuários do serviço. Um dos artigos menciona também a relação entre profissionais de saúde e familiares, bem como desafios e possibilidades no estabelecimento destas relações (Sousa et al, 2017).

Foi encontrado um artigo (Silva e Rabelo, 2017) falando sobre a percepção de idosos sobre os vínculos afetivos com membros de sua família e seus impactos em diversas áreas, sendo uma delas a expectativa de cuidado. Segundo os autores, a expectativa de cuidado pode ser baseada em experiências vividas anteriormente. Neste artigo, o cuidado aparece vinculado à relação familiar.

Encontramos também um artigo relacionado à política de assistência social (Gorgozinho, 2016), especificamente ao Programa Bolsa Família. Tal artigo discute a execução do programa e o cumprimento das condicionalidades e suas repercussões na vida das mulheres beneficiárias do programa. O artigo aborda também a reprodução de tradições de cuidado.

Ao analisarmos os 11 artigos encontrados com os descritores –cuidado + familiar, identificamos 3 que apareceram também na busca por –cuidado +

criança e por este motivo não foram mencionados novamente (Chagas et al, 2017; Coelho e Dias, 2017; Farias et al, 2019). Notou-se também que 3 artigos abordavam o cuidado em saúde, com foco no trabalho em Unidades de Saúde da Família, não tendo relação direta com o cuidado familiar (Lima, Dimenstein e Macedo, 2015; Jácome et al, 2016; Sperling, 2017).

Com o termo de busca -acolhimento institucional, foram encontrados artigos variados cuja temática central envolvia aspectos subjetivos relacionados ao acolhimento, incluindo famílias (Costa, Cavalcante e Pontes, 2015), crianças e adolescentes (Oliveira e Resende, 2016; Paludo, Mazzoleni e Silva, 2017; Nazário e Tizatto, 2019), profissionais das unidades (Bernardes e Marin, 2019; Lemos e Silva, 2019).

Também foram encontrados artigos que abordavam a prática profissional nas instituições de acolhimento, variando desde a prática do cuidado pelos educadores (Carvalho et al, 2015; Battistelli e Cruz, 2016) até inserção de crianças e adolescentes em família substituta (Hueb, 2016). Um dos artigos encontrados é comum à busca por -violência intrafamiliar (Barbosa, Antunes, Padilha, 2016). Além desses temas, o levantamento bibliográfico permitiu encontrar artigos que abordavam o tema da representação social de crianças pequenas (Paula, 2016), de famílias que tiveram seus filhos inseridos em instituições de acolhimento (Zappe, Yunes e Dell'Aglia, 2016), e sobre as instituições (Wendt et al, 2018). Foi localizado também um artigo falando sobre a participação de adolescentes acolhidos no processo de construção da demanda para o design de ambientes (Pessôa, Póvoa e Rezende, 2019).

Apesar de grande número de artigos que traziam a contextualização da institucionalização de crianças na história do Brasil, encontramos apenas um artigo que abordasse o acolhimento institucional como serviço da Política de Assistência Social (Lima e Afonso, 2016). Tal artigo aborda as dificuldades enfrentadas pela gestão do serviço de acolhimento frente à reordenação institucional.

Foram encontrados artigos abordando a aplicação da medida de acolhimento em detrimento do vínculo familiar (Boesmans e Martins, 2016), questionando sobre a permanência da pobreza como um motivo de acolhimento, mesmo que implícito (Campos et al, 2019). Ambos os artigos traziam elementos jurídicos e uma análise na fundamentação da discussão proposta.

Diferente dos artigos mencionados, que abordaram crianças e adolescentes inseridos no acolhimento institucional, Rifiotis (2019) apresenta um trabalho sobre duas jovens egressas de serviços de acolhimento institucional e as estratégias utilizadas por elas em diversos aspectos de suas vidas.

Cabe destacar que dentre os 19 artigos encontrados na busca, um deles não tem relação com o acolhimento institucional como medida protetiva para crianças e adolescentes em situação de violação de direitos. Tal artigo se refere ao acolhimento aos usuários de uma unidade básica de saúde (Campos et al, 2019).

Com o buscador -proteção + criança, dividimos os artigos encontrados em 2 categorias. Na primeira foram incluídos artigos referentes à atuação dos agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) diante das situações de violência e/ou violação de direitos. Moraes et al (2016) e Chaves & Costa (2018) abordam a atuação dos agentes de proteção diante das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, em que o primeiro aborda profissionais de diversas instituições pertencentes ao SGDCA, enquanto o segundo especifica sua análise na atuação do sistema de justiça. Souza & Borges (2018) apresentam e analisam a atuação dos conselhos tutelares diante das situações de alienação parental.

A segunda categoria contempla artigos referentes ao direito da criança. O primeiro artigo reflete sobre a aplicação da Política de Atendimento à criança e adolescente e considera as especificidades culturais da população indígena, a partir de 3 casos em que crianças foram expostas a situações de risco (Rebelo e Raiol, 2017), enquanto o segundo analisa a implementação do Programa Criança Feliz e seus impactos sobre os direitos de proteção à criança, considerando a organização da política de assistência nos territórios (Sposati, 2017). Fonseca (2019) por sua vez, descreve as mudanças no campo da adoção nos últimos 30 anos através de entrevistas informais com profissionais que atuam na área. A autora destaca a ausência de dados sobre a adoção doméstica e sinaliza pela crescente no número de adoções a partir do Cadastro Nacional de Adoção.

Dois artigos encontrados não se encaixam em nenhuma das duas categorias, um deles analisa a atuação do psicólogo policial em delegacias especializadas em Santa Catarina, a partir da análise de categorias como gênero e violência (Nobrega et al, 2018), enquanto o outro discorre sobre a exposição de crianças ao sol e a importância da proteção solar (Ribeiro et al, 2017).

Na busca com o termo -proteção + familiar, encontramos um artigo em comum com a busca em que proteção foi associada à criança (Sposati, 2017). Os demais artigos encontrados são de temas diversos, o que impossibilitou o agrupamento deles por categorias. Destaca-se que apenas um dos artigos aborda a proteção à infância quando a família é que viola o direito. Moraes (2018) analisa, à luz do ordenamento jurídico, os instrumentos de proteção de crianças e adolescentes de situações de violência cometidas por seus pais, considerando os equipamentos criados pela jurisprudência e pela legislação brasileira.

Um dos artigos se propôs a analisar a situação familiar diante da ausência de proteção do Estado (Alves e Ladeira, 2017). As autoras analisam os rebatimentos socioeconômicos na vida de homens adultos submetidos a amputação por câncer. Constataram que a família assume a responsabilidade de proteção diante da retração do Estado.

Há ainda um artigo que buscou compreender os motivos para o não uso de drogas por 90 famílias residentes em território com alta circulação de drogas (Larazi et al, 2017). O último artigo encontrado analisa, através de levantamento bibliográfico e análise documental, os rebatimentos da decisão do Conselho Nacional de Justiça proibindo as relações poliafetivas na constituição de famílias (Vieira e Oliveira, 2019).

No levantamento bibliográfico foram encontrados artigos publicados em revistas de diversos estados do Brasil, com concentração em estados das regiões Sul e Sudeste, além de revistas publicadas em outros países, como Portugal, Colômbia, Uruguai, Peru e Chile.

As publicações encontradas pertenciam a revistas cujo foco são publicações nas áreas das Ciências Humanas, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. Também foram encontrados artigos publicados em revistas que recebem artigos em diversas áreas, não sendo possível identificar o foco das mesmas.

Quando as revistas foram agrupadas de acordo com os termos de busca, foi possível perceber que a maioria das revistas que tiveram artigos publicados referentes ao acolhimento institucional ou aos termos associados à violência, tem como foco a publicação de artigos na área das Ciências Humanas, principalmente em áreas relacionadas à psicologia. Quando buscamos por termos associados a proteção, se destacam artigos na área das Ciências Sociais, como o Direito, Serviço Social e Antropologia.

Em contrapartida, quando o termo de busca era relativo ao cuidado, a preponderância foi de artigos publicados em revistas cujo foco são as Ciências da Saúde, se destacando aquelas relacionadas à enfermagem. Entretanto, prevalecem artigos referentes ao cuidado associado à saúde, e não ao cuidado familiar, objeto de estudo na pesquisa a ser desenvolvida.

Conforme os elementos apresentados acima, faz-se fundamental considerarmos a construção social, história e cultural do Brasil para compreendermos como se manifestam e determinam as relações sociais no país. Por essa razão, optamos por abordar no primeiro capítulo desta dissertação algumas ideias que nos ajudaram a compreender elementos envolvidos no processo de reconhecimento nas relações familiares, considerando aspectos históricos relacionados ao processo de mudanças sociais e econômicas, fundamentais para a construção da organização da família próxima da que conhecemos atualmente.

Ainda no primeiro capítulo, apresentamos a relação entre Estado e a família moderna, e como ela se manifestou no Brasil republicano (especificamente a partir do século XX). Compreender essa relação, ao nosso ponto de vista, faz-se necessário tendo em vista o objeto desta pesquisa, que teve como participantes pessoas de famílias que sofreram intervenção do Estado e agentes dos serviços responsáveis pela execução do serviço de Acolhimento Institucional.

Considerando a intervenção do Estado nas famílias pobres e a necessidade de profissionalizar esta intervenção – diretamente ligada ao surgimento do Serviço Social como profissão e da Assistência Social como política pública –, no último item do capítulo 1, tratamos sobre a trajetória da assistência social às famílias no Brasil.

No segundo capítulo, analisamos elementos que pudessem ajudar na construção de uma definição para a violência e o cuidado. Começamos o capítulo expondo algumas considerações sobre a violência, para possibilitar a compreensão de como esse fenômeno se manifesta nas relações intrafamiliares, principalmente na relação entre adultos e crianças.

Tendo o cuidado se apresentado como um contraponto da violência na realização da pesquisa de campo, optamos por trabalhar as duas categorias no mesmo capítulo. Primeiramente, trouxemos algumas considerações sobre o cuidado como fenômeno e sua relação inerente à existência dos seres humanos.

Em seguida, optamos por abordar como se desempenham papéis vinculados ao gênero nas famílias, especialmente no cuidado com as crianças, considerando aspectos socioculturais envolvidos nas relações familiares.

O terceiro capítulo da dissertação é referente à pesquisa de campo, onde estão presentes informações sobre a metodologia, a escolha do método de coleta e análise dos dados, escolha, delimitação e aproximação com o campo de pesquisa. Além do percurso metodológico, fizemos uma breve descrição sobre o perfil dos participantes da pesquisa, que foram profissionais da instituição de acolhimento lócus da pesquisa e familiares de crianças acolhidas na referida instituição.

Os resultados encontrados na realização da pesquisa foram apresentados de acordo com estruturação desta dissertação. Em primeiro lugar, expusemos como a família é compreendida para os entrevistados, em que foi possível conhecer alguns elementos aos quais os entrevistados recorreram ao defini-la, como experiências vividas, questões culturais, referências familiares, entre outros. Essas referências foram imprescindíveis para a delimitação das pessoas que são consideradas como parte da família para os entrevistados, sinalizando que o rompimento dos vínculos familiares antecede ao acolhimento das crianças, marcando gerações.

Os sentidos atribuídos à violência e ao cuidado com crianças foi apresentado ao final deste capítulo. Com a realização desta pesquisa pudemos perceber que a violência é facilmente definida através de suas manifestações, enquanto o cuidado é percebido relacionado a sentimentos e marcado por valores e aspectos moralizantes. Por fim, buscamos responder à pergunta sobre a existência de um modelo ideal de cuidado, em que foi possível identificar que para os entrevistados, a forma errada de cuidar é aquela em que a violência se faz presente, de forma oposta aos sentimentos relacionados a uma maneira correta de exercer os cuidados com crianças, como pontos antagônicos entre a relação adulto-cuidador e criança-sujeito de cuidado.

## 2.

## Família e Estado: da repressão à assistência

### 2.1.

### Algumas considerações sobre a categoria família

Pensar a família na sociedade contemporânea requer ter em mente as diversas (e complexas) formas de organização do cotidiano familiar. É necessário refletir sobre os inúmeros significados que a palavra tem e o que desperta em cada pessoa. Deve-se considerar também os aspectos sociais, econômicos e culturais que impactam as famílias e as diferenciam.

A família, como conhecemos hoje, nem sempre se organizou dessa forma. Este modelo de organização, centrada na presença do homem-provedor, da mulher-cuidadora e os filhos do casal, é uma concepção ocidental, que começou a se configurar no momento em que a sociedade dominou a agricultura, a tecelagem com tear, a domesticação de animais e o uso de metais (especialmente o ferro) na confecção de instrumentos e armas. Tais transformações, modificaram de forma significativa a organização econômica, momento em que começa a se configurar o uso da terra e dos meios de produção por indivíduos e não pela comunidade, influenciando o surgimento da propriedade privada e a acumulação de bens<sup>4</sup> que precisam ser passados aos seus herdeiros (Engels, 1984; Kehdi, 2017).

Engels (1984), em sua reflexão sobre o processo de formação da família moderna, escreve que as sociedades primitivas se organizavam em grandes coletivos, com valorização das mulheres em um sistema matriarcal e de direito materno, considerando a descendência feminina para identificar seus membros. Segundo o mesmo, a organização passa para o sistema patriarcal no momento em que os homens passam a ter bens para deixar como herança. Tal mudança marca também o início da preservação da monogamia (por parte das mulheres), uma vez que todos os filhos do casal eram herdeiros do homem<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Ver Netto & Braz (2006)

<sup>5</sup> Considerando o objeto de estudo nesta dissertação, não abordaremos com mais detalhes sobre as transformações na família desde o período primitivo. Nosso objetivo é introduzir a ideia de que a sociedade e a família já se organizaram de forma diferente do modelo conhecido na modernidade,

Cabe destacar que essas mudanças não aconteceram de maneira deslocada e sem relação com a própria evolução da sociedade. Segundo Engels (1984, p. 30), –a família, diz Morgan, é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. O autor acrescenta ainda que, ao contrário das famílias, o sistema de parentesco é passivo, e só se modifica radicalmente após longo período da transformação da família.

Com o advento do patriarcado (e mais adiante, da família monogâmica), a mulher se viu sob a dominação do homem (Kehdi, 2017), que passou a controlar também os filhos, a casa, os bens, as terras e os escravos que pertenciam àquela família, exercendo o direito à vida e à morte sobre seus membros. Neste sistema, a família já não estava relacionada ao coletivo, como citado anteriormente, mas à díade homem e mulher e seus herdeiros, todos sob o poder do chefe da família (Engels, 1984).

As transformações das relações familiares, principalmente entre os homens e as mulheres e a divisão das tarefas, foram acompanhadas por mudanças de perspectivas relacionadas ao lar e ao cuidado com crianças. Kehdi (2017) resgata e apresenta de que forma essas mudanças aconteceram. Falaremos mais sobre a relação de gênero nas tarefas domésticas no capítulo referente ao cuidado.

Engels (1984) destaca que este modelo de família, diferente das organizações baseadas no coletivo, que em sua gênese visavam à garantia de sobrevivência dos humanos, tinha motivações econômicas e –(...) no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva (ibidem, p. 70), através do casamento por conveniência e do desejo de transmitir as riquezas acumuladas pelo homem aos seus filhos/herdeiros.

Ainda sobre a família como conhecemos hoje, Duarte (1995) aponta que apesar do reconhecimento das múltiplas formas e sentidos de família, esta como categoria é um fenômeno moderno, exclusivo da cultura ocidental. Neste contexto, a família tem papel fundamental na reprodução, no âmbito privado, da lógica burguesa através da hierarquização das relações familiares, em que o respeito às posições de poder é fundamental para a garantia da relação harmônica

---

mostrando como essa mudança na dinâmica familiar favoreceu a relação entre o Estado e as famílias. Para aprofundar o debate sobre a organização familiar nas sociedades primitivas, sugerimos a leitura de Engels (1984) e Kehdi (2017).



entre os membros da família, modelo este inspirado no direito romano, difundido na consolidação da burguesia como classe hegemônica.

Nas camadas médias, que mais se assemelham ao modelo burguês, a família é representada de forma romantizada, centralizada na figura do casal com filhos (família nuclear), garantindo assim o seu papel reprodutivo. Neste modelo, os laços de consanguinidade têm grande peso para as relações no âmbito doméstico, desde que respeitando as regras de convivência estabelecidas, permitindo a ascensão da família.

Diferente das camadas médias, em que a centralidade é na família nuclear, nas famílias das camadas populares a unidade doméstica é composta por membros da família nuclear e da família extensa. Sarti (2005) aponta que as famílias pobres se constituem a partir de relações de rede, contrariando a ideia de núcleo, comum entre as famílias de camadas médias e altas. Sendo assim, as relações familiares extrapolam os limites físicos da unidade doméstica.

Sobre a organização em rede familiar como característica das famílias pobres, Gelinski & Moser (2015) apontam que o parentesco pode incluir outras pessoas, como vizinhos e amigos, extrapolando o vínculo consanguíneo. A família, para as autoras, organizada como rede local, se destina a –garantir a sobrevivência e, ao mesmo tempo, organizar a vida das pessoas. Dentro dessa rede, os laços familiares e os papéis atribuídos a seus integrantes diferem de determinado padrão hegemônico de familiar (Gelinski & Moser, 2015, p. 129).

Para as camadas populares, as relações de afinidade entre os membros se sobressai à relação consanguínea, sendo a definição de família baseada na relação de troca. Segundo Fonseca (2005, p.51), –para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua.

No cotidiano dessas famílias, as relações de troca acontecem a partir do laço familiar, definido como –uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos (ibidem, 2005, p. 54). Segundo a autora, são diversas as razões para a formação do laço familiar.

Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo) (Fonseca, 2005, p. 54).

Sendo assim, família pode ser considerada como –a constituição de vários indivíduos que compartilham circunstâncias históricas, culturais, sociais, econômicas, e afetivas. Família é uma unidade social emissora e receptora de influências culturais e de acontecimentos históricosl (Ferrari, 2002, p. 28).

No modelo burguês, a família é pensada como uma organização natural, desconsiderando o contexto histórico, cultural e social na qual está inserida. Szymanski (1996) sinaliza que essa idealização da família inspirada no modelo burguês é feita não só no discurso do senso comum, mas também por profissionais que trabalham com famílias. A autora destaca ainda que existe uma dualidade entre a idealização que chamou de –família pensadall, e o cotidiano, ou –família vividall.

Para Szymanski (1996, p. 36), família pensada pode ser definida como

União exclusiva de um homem e uma mulher, que deve se iniciar por amor, com a esperança que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Inclui o compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e a expectativa de dar e receber afeto, principalmente com relação aos filhos.

Em contrapartida, a referida autora define família vivida como –um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura (...) embora admita um tipo de interação hierarquizado, desqualificados dos subalternos (crianças e mulheres) e que justifica o uso da força na imposição dos desejos do mais fortell (ibidem, p. 36). Segundo Szymanski, esta definição engloba diferentes formas de organização presentes no cotidiano das famílias.

Nas famílias vividas, a –relação de cuidado pode significar um compromisso em que todos estão envolvidos, e, com a possibilidade de mudança de protagonistas na estrutura de família, cessa a especialização de funçõesl (Szymanski, 2000, p. 26).

Fonseca (2005) destaca também o cuidado com as crianças como uma das expressões dos laços entre a parentela<sup>6</sup>, havendo assim uma circulação destas na família, que são cuidadas, supervisionadas, alimentadas por pessoas da parentela quando a mãe precisa se ausentar (para o trabalho, por exemplo). A autora sinaliza

<sup>6</sup>Em respeito à fonte, manteve-se o termo parentela para se referir aos membros familiares além do núcleo (pai, mãe e filhos). Entretanto, na construção deste trabalho, optou-se pelo uso do termo família extensa para se referir a este grupo.

também sobre a importância compreender a rede de ajuda mútua para além dos limites da unidade doméstica ou do pátio quando a intervenção é com grupos populares já que, no cotidiano, essas relações se estendem para outras casas e bairros.

Existem ainda os casos em que, conforme aponta Fonseca (2005), as famílias são dispersas e os filhos são colocados em diversas famílias de criação por razões das mais diversas, podendo haver no futuro o reencontro entre a mãe e seus filhos. Esta é mais uma demonstração da presença (e da importância) dos laços familiares na realidade das famílias populares.

Ao longo da história do Brasil, as transformações no que diz respeito à família foram inúmeras, motivadas por diversas razões, como as transformações de âmbito político, econômico e social, representando uma importante aliada ao Estado e aos grupos dominantes em diversos momentos. No período da colonização, por exemplo, em que se solidificou a família patriarcal no Brasil, o grupo familiar incluía a mulher, filhos, netos, empregados, agregados e escravos, todos sob o domínio do patriarca (Souza et al., 2019). Transformações no modelo econômico brasileiro, com o crescimento da industrialização no início do século XX, e a consequente mudança na configuração demográfica no país, que passou a se concentrar nos centros urbanos, contribuíram para a mudança da organização familiar, que passa a ser composta pelo pai, mãe e filhos, reduzindo significativamente o tamanho das famílias brasileiras (ibidem.).

Outra mudança significativa na realidade familiar pode ser atribuída a inovações tecnológicas relacionadas ao controle da natalidade, com a difusão da pílula anticoncepcional, na década de 1960, e a propagação de tecnologias reprodutivas, como a inseminação artificial, a partir da década de 1980 (Sarti, 2005).

Tais transformações motivaram mudanças também no âmbito jurídico, impactando significativamente a construção de leis relacionadas à família até que chegássemos ao aparato jurídico que conhecemos hoje. Cabe destacar que tais transformações se referem principalmente às famílias de camadas médias e altas, uma vez que a organização das famílias populares nem sempre acompanhou o modelo hegemônico nacional.

Apesar de a família ser considerada como uma extensão da propriedade privada executa um importante papel na garantia da sobrevivência de seus

membros e na manutenção de padrões socialmente construídos. O modelo idealizado de família como conhecemos hoje emerge contemporaneamente à formação do Estado moderno, e desde o seu surgimento, tem uma relação ambígua com este, que varia de acordo com a classe social em que a família está inserida. Abordaremos a seguir um pouco mais sobre como se manifesta a relação entre Estado e família.

## **2.2.**

### **A relação entre o Estado e as famílias pobres no Brasil**

Conforme apresentado no item anterior, a organização familiar passou por diversas transformações, desde as formas mais coletivas nas sociedades primitivas até chegarmos à organização em famílias nucleares, centradas no casal e em seus herdeiros, modelo este similar ao que conhecemos nos dias atuais.

Por ser a família um sujeito ativo na sociedade, podemos dizer que as mudanças na forma de organização, assim como as transformações relacionadas à economia (com a divisão da população em classes de acordo com os bens que possuíam e o surgimento de novas classes), também colaboraram para a formação do Estado, uma vez que, nas formas coletivas de organização familiar, as decisões também eram tomadas em coletivo. Com a individualização das famílias e a divisão da sociedade em classes, foi necessária a emergência de uma nova classe, atuando na mediação entre os interesses das classes existentes, principalmente relacionados à propriedade e às relações sociais.

Engels (1984) refere-se ao surgimento do Estado enquanto classe política e economicamente dominante que, apesar de despontar como um mediador entre os interesses dos explorados e dos poderosos acaba atuando sempre a favor da classe dominante.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, (...) o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (Engels, 1984, p. 193-194).

Mioto (2010) aponta que a família como conhecemos é contemporânea ao surgimento do Estado, e que a relação entre eles se dá de forma conflituosa desde então, –por estar menos relacionada aos indivíduos e mais à disputa de controle sobre o comportamento dos indivíduos‖ (Mioto, 2010, p. 45). A autora complementa,

Por esta razão, ela tem sido lida de duas formas opostas. Como uma questão de invasão progressiva e de controle do Estado sobre a vida familiar e individual, que tolhe a legitimidade e desorganiza os sistemas de valores radicados no interior da família. Ou como uma questão que tem permitido uma progressiva emancipação dos indivíduos. Pois à medida que o Estado intervém enquanto protetor, ele garante os direitos e faz oposição aos outros centros de poderes tradicionais (familiares, religiosos e comunitários), movidos por hierarquias consolidadas e uma solidariedade coativa (ibidem., p. 45).

Segundo a autora, a relação entre família (em sua esfera privada) e o Estado, coloca em oposição o direito à privacidade e o direito à proteção - o que para Mioto (2010) é um dos pontos mais difíceis quando se trabalha com famílias. Esta oposição se manifesta no cotidiano através da maior probabilidade de presença do Estado (através de seus órgãos) intervindo junto às famílias pobres, sob o discurso da proteção de membros/indivíduos da família, violando assim o direito à privacidade da família. O que se manifesta de forma oposta quando falamos de famílias de classes mais altas, que em função da preservação do direito à privacidade, acaba dificultando a intervenção que vise à proteção de seus membros que possam estar em perigo.

Quando falamos da proteção de membros da família, esta é, geralmente, voltada para aqueles considerados mais vulneráveis dentro da estrutura familiar. No caso desta dissertação, vamos abordar de forma mais específica a relação entre família e Estado quando o foco da intervenção é a infância.

Considerando esses aspectos, nos atentaremos a pensar de que maneira o Estado brasileiro se relaciona com os outros grupos sociais. Nossa reflexão se dará a partir do século XX, período marcado pela mudança na atividade econômica principal (que passa da agricultura para a produção industrial) e como as relações se estabelecem a partir de então. Além disso, nosso objetivo é refletir sobre a intervenção do Estado junto aos trabalhadores, e como essa relação conduz à consolidação da assistência social como política pública - assunto este que abordaremos no próximo item.

Com o crescente processo de industrialização no país, que ganha força a partir da década de 1920, as relações sociais sofrem mudanças significativas, com o crescimento do proletariado urbano e o fortalecimento da burguesia industrial, exigindo assim a presença efetiva do Estado como mediador das relações entre as classes. Iamamoto (2014) destaca que, durante o período de consolidação da nova fase do capitalismo no Brasil, o Estado interveio com o objetivo de garantir a paz social, mediando as lutas por melhores condições dos operários – superexplorados – e a garantia da manutenção do capital. Para isto, mesclaram-se as Legislações Sociais e as formas de repressão. A autora aponta que,

O Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes que emergem das contradições entre as diferentes frações dominantes e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, da colaboração entre as classes, repolitizá-las e discipliná-las, no sentido de se transformar num poderoso instrumento de expansão e acumulação capitalista (Iamamoto, 2014, p. 161).

E ainda,

Nos discursos dos representantes políticos da nova ordem aparecerá explicitamente esse projeto político. Proteção ao trabalhador para obtenção da harmonia social. Justiça social e incentivo ao trabalho; ordem social e aumento da produção. Isto é, controle e subordinação do movimento operário e expansão da acumulação pela intensificação da exploração da força de trabalho (ibidem, p. 163).

O aparato Estatal brasileiro se consolida então, a partir da união entre intensa repressão da organização do proletariado em prol de melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que certos benefícios eram concedidos aos trabalhadores formais, mesclando momentos de punição, controle e paternalismo, sem perder de vista a garantia da acumulação capitalista.

No que se refere à atuação junto à família, cabe destacar também que as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela presença da Igreja Católica, que desejava retomar a hegemonia perdida com o fim do Império, se colocando como mais uma força com a qual o Estado precisaria lidar para se consolidar. Com a relação entre Estado e Igreja restaurada, a família passa a receber –tratamento religioso católico, com fortes conotações europeizadas, calcadas na ideia de família-padrão, higienizada e patriarcal, com a presença marcante do moralismo e do controle sexual típicos dessa matriz ideológica (Neder, 2005, p. 34).

A relação entre os dois atores se consolida na Constituição Federal de 1934, com a presença de aspectos ideológicos da religião presentes no texto, como a –indissolubilidade da família, com o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil e a proibição do divórcio (Iamamoto, 2014, p. 171).

Campos & Mito (2009, p. 176) destacam que o Estatuto da Família, de 1939, teve como inspiração a

(...) forte orientação relativa ao direcionamento da família no sentido do estabelecimento de padrões ligados a seu papel na reprodução social, entendidas aí como diretrizes quanto aos cuidados com a maternidade, educação e criação dos filhos, o trabalho feminino e a sua contribuição geral à ordem moral e social.

Tais ideais reforçam a figura do homem provedor, responsável por suprir as necessidades dos membros sob sua responsabilidade. Ideia essa que se manifesta na legislação da época, e também na execução da política social desde suas primeiras formas, a partir da década de 1930, uma vez que –concretiza-se um padrão de transferência dos benefícios para aquele que detém o status de trabalhador, em geral, o homem –chefe de família, e só de forma derivada abrangendo a mulher e os filhos (Campos, 2015, p. 27). À mulher e aos filhos, os direitos sociais são concedidos enquanto existe relação com o trabalhador, reforçando as obrigações familiares (Campos & Mito, 2009).

Esta forma de organização familiar no Brasil, marcada pela presença do casal com filhos, inspirado no modelo burguês de organização, substituiu o modelo de família extensa. Tal modernização mudou o papel a ser desempenhado pelas mulheres na família. Segundo Neder (2005), a mulher moderna tinha como função a educação dos filhos e o suporte para que o marido pudesse desempenhar as atividades laborais, e para isso deveria ser preparada para desempenhar esse papel.

Ainda sobre a organização familiar, Campos & Mito (2009) apontam que a família com a presença de um provedor masculino é comum aos Estados de Bem-Estar Social. Segundo as autoras, –o grupo familiar aparece com dupla face, a de uma unidade econômica com dependentes e –chefes de família que redistribuem renda e a de unidade –doadora de cuidados, também a partir de redistribuição interna (ibidem, p. 169).

Neder (2005) destaca ainda que a modernização não rompeu com o preconceito e a exclusão dos negros, recém-libertos da escravidão, ascendendo

então pensamentos eugenistas, presentes no Brasil no contexto de ascensão do fascismo nas primeiras décadas do século XX.

O período compreendido como Governo Populista (1946-1964) foi marcado por –uma forte disputa de projetos e pela intensificação da luta de classes‖ (Behring & Boschetti, 2011, p. 109), uma vez que seguia o plano de desenvolvimento da indústria nacional, instaurado no início do século – e consequentemente, do capitalismo brasileiro.

Apesar das restrições no campo dos direitos políticos durante a Ditadura Militar (1964-1985), os direitos sociais tiveram um momento de expansão significativa, como por exemplo a ampliação da previdência social para os trabalhadores rurais e a criação de novos equipamentos estatais vinculados à Assistência Social, seguindo o modelo tecnocrata e autoritário do regime (Boschetti & Behring, 2011). Durante a Ditadura Militar também se reconfiguraram as relações sociais no capitalismo brasileiro, transformando a questão social, que segundo as autoras supracitadas, –passa a ser enfrentada num *mix* de repressão e assistência, tendo em vista manter sob o controle as forças do trabalho que despontavam‖ (ibidem, p. 136).

No que se refere à intervenção junto às famílias, ambos os períodos, apesar de suas diferenças com relação ao regime, mantiveram políticas sociais condicionadas ao trabalho formal, além do reforço ao estereótipo de um modelo de família regular. Neder (2005) aponta que apesar de os primeiros esboços de uma política pública de famílias terem acontecido durante o Estado Novo, –o conjunto de atributos ideológicos, políticos e psicológicos que circundam a ideia de família irregular desfaz, na essência, qualquer tentativa de valorização das famílias das classes populares‖ (ibidem, p. 45).

Sendo assim, eram comuns políticas de controle social, culpabilização e responsabilização das famílias. No que se refere ao problema da infância, por exemplo, presente na agenda pública desde o período colonial, foram criados novos programas que visavam à prevenção de situações de imoralidade e criminalidade, por meio do afastamento das crianças das famílias de origem através da internação em grandes instituições, com o objetivo de resgatar as crianças do ambiente em que viviam.

Um exemplo desta política é a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), criada em 1964, cuja proposta era intervir junto à família e às crianças



pobres, visando à prevenção da marginalização através da organização comunitária (Rizzini, 2011b). Entretanto, a prática continuou culpabilizando as famílias e reforçando o estigma de incapacidade no cuidado com as crianças.

Por se configurarem de forma diferente do modelo hegemônico, as famílias de camadas populares foram historicamente associadas à delinquência, imoralidade, vadiagem, dentre outros adjetivos, por representarem ameaça à burguesia ascendente no país no início do século XX, sendo constantemente criminalizadas. Tal estigmatização tinha reflexo na legislação que tratava sobre a família, e todas aquelas que divergiam do modelo vigente eram considerados incapazes, desestruturadas.

Mioto (2010) afirma que esse tipo de pensamento ainda está muito presente, não só no senso comum, mas também na formulação de políticas sociais voltadas para as famílias, assunto esse que abordaremos mais profundamente a seguir. Sobre a categorização das famílias, a autora aponta que as famílias consideradas capazes são

(...) aqueles que, via mercado, trabalho e organização interna, conseguem desempenhar com êxito as funções que lhes são atribuídas pela sociedade. Na categoria de incapazes estariam aquelas que, não conseguindo atender às expectativas sociais relacionadas ao desempenho das funções atribuídas, requerem a interferência externa, a princípio do Estado, para a proteção de seus membros. Ou seja, são merecedoras de ajuda pública as famílias que falharam na responsabilidade do cuidado e proteção de seus membros. (Mioto, 2010, p. 51)

A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, significou um marco no que se refere ao âmbito familiar. Garantiu o reconhecimento de outras formas de organizações familiares, como as famílias monoparentais e as formadas por união estável, divergindo assim da ideia de família como constituídas exclusivamente pelo casamento, conforme descrito na Constituição Federal de 1969 (Souza et al., 2019). Entretanto, apesar de incluir novas formas de organização familiar, a carta magna ainda compreende a família a partir da formação nuclear, deixando de incluir famílias cuja organização fuja a este modelo (Kroth, 2008, apud. Gelinski & Moser, 2015).

Apesar da Constituição de 1988 ser considerada a Constituição Cidadã, por garantir importantes conquistas, principalmente no que se diz respeito aos direitos sociais, a implementação dos direitos previstos não aconteceu de forma plena uma

vez que sua promulgação aconteceu no momento da disseminação do pensamento neoliberal pelo mundo (que no Brasil se manifestou a partir da década de 1990).

Sobre o contexto de inclusão da seguridade social da Constituição de 1988, Pereira (2012) afirma que,

(...) apesar de essa Constituição conter avanços sociais formais inéditos na vida política nacional, já nasceu contestada pelas forças conservadoras que atuaram majoritariamente na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987, então convocada para produzir o novo texto constitucional após 21 anos de ditadura militar. Além disso, vários dispositivos de feição social democrata, que conseguiram ser aprovados na ANC — como a ampliação de direitos sociais, a universalização da cobertura destes e o compromisso do Estado com a garantia dos mesmos — surgiram no momento em que o neoliberalismo penetrava no país e os negava por princípio (ibidem, p. 735)

Além do marco representado pela Constituição de 1988, Sarti (2005) aponta que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, significou uma importante mudança no aparato jurídico relacionado à família. Segundo a autora, –o ECA dessacraliza a família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus familiares, ao mesmo tempo em que reitera a –convivência familiar‖ como um –direito‖ básico desta criança‖ (Sarti, 2005, p. 24).

Mioto (2010) aponta ainda que por mais que haja o reconhecimento de diferentes formas de organização e de estruturas familiares, ainda existe uma idealização, fortemente vinculada a aspectos morais, sobre os papéis a serem desempenhados dentro da família, como o de homem como provedor e a mulher exercendo as tarefas de cuidado (esse último principalmente quando o foco da atuação é a infância e adolescência, doentes e idosos).

Apesar do avanço legislativo, as compreensões sobre família para a sociedade ainda são inspiradas em definições sócio historicamente construídas. Sendo assim, ainda é comum o discurso de que as famílias pobres sejam consideradas como irregulares, disfuncionais, desestruturadas e incapazes, principalmente no que diz respeito ao cuidado com crianças.

Sobre isso, Campos & Mioto (2009, p. 184-185) apontam que a –categorização das famílias como capazes ou incapazes, sãs ou doentes, normais ou anormais, se encontra fortemente arraigada no senso comum, assim como frequente as propostas dos políticos e dos técnicos‖ e que a reprodução desse

pensamento na atuação profissional junto às famílias pode apresentar resultados opostos do planejado.

Por mais diversas as interpretações sobre a relação entre família e Estado, Miotto (2010) relembra que o estabelecimento dessa depende da formação histórica, política e social de cada país, e que –a presença do Estado na família, através das mais diferentes formas de intervenção, não possui apenas uma face, ou uma intenção (Miotto, 2010, p. 50).

Ao longo da história do Brasil, as famílias sempre foram palco de intervenção estatal, sendo um dos principais focos da Assistência Social como política pública, entretanto, as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo mudaram também a forma como essa intervenção se manifesta. Miotto (2010, p. 50-51) aponta que ao longo da história, a relação entre família e Estado –foi marcada pela instauração do Estado como fonte de controle e elaboração de normas para a família e pela construção de uma contraditória parceria no decorrer do tempo para garantir a reprodução social.

A autora indica ainda que essa relação paradoxal tem um agravante com a crise do Estado de Bem-Estar Social (e consequente avanço do neoliberalismo), –pois, de um lado, se fala da família como recurso fundamental para a construção da sociabilidade e preservação do tecido social. Por outro lado, pede-se à família o exercício de um papel substitutivo em relação ao sistema de direitos sociais (Miotto, 2010, p. 47).

A respeito da intervenção do Estado frente à investida neoliberal, Pereira (2010) aponta que, no Brasil, a política social passou a contar com um pluralismo em sua implementação, em que o Estado deixava de ser o único responsável, partilhando então com a família e com a sociedade (incluindo o mercado). A autora relembra que esta pluralidade sempre existiu, entretanto, neste momento, o que está em jogo na relação entre estes autores não é mais a disputa de hegemonia, mas sim, um compromisso em conjunto pelo bem-estar. Segundo a autora,

(...) mesmo sem se ter claro –quem na sociedade deveria assumir responsabilidades antes pertencentes ao Estado, –quem e –com que meios financeira a provisão social, e –que formas de articulação seriam estabelecidas entre Estado e sociedade no processo de satisfação de necessidades sociais, foram concebidas fórmulas que exigiam da sociedade e da família considerável comprometimento (Pereira, 2010, p. 31).

Sobre o papel da família como um substituto para a ausência do Estado, no advento do neoliberalismo, a partir da década de 1970, Pereira (2010, p. 28) afirma que ainda existe uma idealização da família, –das comunidades locais e de grupos informais que deverão funcionar como fontes privadas de proteção social, tais como as que existiam há cinquenta anos atrás, o que prejudica o conhecimento sobre as condições reais das famílias brasileiras, dificultando assim a elaboração de políticas sociais que atendam às demandas reais apresentadas por elas.

Pereira (2010) afirma ainda que essa relação de solidariedade, presente no cotidiano das famílias historicamente, beneficiou os governos brasileiros, e por esse motivo,

(...) fica difícil falar da existência de uma política de família no Brasil, assumida pelos poderes públicos, para (...) produzir impactos positivos no seu âmbito. E isso, não porque os poderes públicos tivessem, historicamente, desconsiderado a família, as crianças, os jovens, na sua agenda social, mas porque o desenho das políticas sociais brasileiras sempre foi profundamente influenciado por uma tradição de relacionamento do Estado com a sociedade, que exige desta autoproteção (Pereira, 2010, p. 29).

É importante destacar que apesar da valorização da família como garantidora de elementos para a sobrevivência de seus membros e da responsabilização para que ela assuma algumas funções que antes cabiam ao Estado, a família se apresenta como um lugar de relações ambivalentes, permeadas de conflitos e tensões. Pereira (2010, p. 36) aponta que a família –deve ser encarada como uma unidade simultaneamente forte e fraca. Forte, porque é um espaço privilegiado de socialização e troca de ensinamentos entre as gerações, de laços de solidariedade e de amparo dos indivíduos. Fraca, pois não é um espaço isento de elementos que possam causar rupturas dos vínculos, como situações de violências, reforço de hierarquias, entre outros.

A relação sempre existente entre família e Estado se manifestou de diferentes formas ao longo da história do Brasil, sobretudo na história da política de assistência social, desde sua criação, assunto este que abordaremos a seguir, considerando as especificidades da realidade brasileira.

### 2.3.

#### **De caso de polícia a caso de política: a trajetória da assistência social às famílias no Brasil**

Conforme introduzido no item anterior, as primeiras formas de política social se manifestam no final do século XIX, mas ganham destaque a partir do século seguinte. As mudanças na produção econômica brasileira trouxeram como consequências o aumento da população nas grandes cidades, que migravam do campo em busca de oportunidades de emprego, aumentando consequentemente a demanda por controle Estatal. As primeiras décadas do século XX também foram marcadas por relações de superexploração dos trabalhadores pela burguesia industrial, que se consolidava como força hegemônica.

Diante desse cenário, a legislação social desempenha um papel relevante na manutenção da relação harmoniosa entre Estado, capital e classe trabalhadora, uma vez que atua na regulação da relação trabalhista, através da mediação entre paternalismo e coerção, principalmente das formas autônomas de organização da classe trabalhadora. Iamamoto aponta que

A exploração abusiva a que [*o trabalhador*] é submetido - afetando sua capacidade vital - e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa, como uma ameaça a seus mais sagrados valores, -a moral, a religião e a ordem pública. Impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho. A compra e venda dessa mercadoria especial sai da pura esfera mercantil pela imposição de uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (Iamamoto, 2014, p.134).

Nesse contexto, a política social se consolida a partir da década de 1930, aliada ao trabalho formal, expressa através de legislações trabalhistas e previdenciárias, destinada aos trabalhadores de acordo com sua categoria profissional, como resultado da luta dos trabalhadores e da busca por formas de preservar a acumulação capitalista. Iamamoto (2014, p. 148) destaca ainda que -apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar o controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração.

Às famílias excluídas do processo produtivo, cabia a intervenção estatal através da repressão, culpabilização e criminalização. Aliado às práticas

higienistas e a preocupação com a formação de um estado nacional forte, a família pobre estava na mira do Estado através das políticas e ações voltadas para a infância, que esteve em pauta desde o Brasil Império (Rizzini, 2011a). Entretanto, foi no século XX que aconteceram os marcos significativos para a gestão da infância pobre no Brasil. A promulgação do Código de Menores, em 1927, significou um avanço no aspecto legislativo, uma vez que era o primeiro conjunto de leis que versavam sobre questões relacionadas ao problema da infância.

Este código associava os interesses dos higienistas, preocupados com a alta taxa de mortalidade das crianças inseridas nas Casas dos Expostos<sup>7</sup>, e dos juristas, preocupados com a prevenção da criminalidade. Inspirados no pensamento de que era preciso salvar a infância para garantir o futuro do país (Rizzini, 2011b), o principal foco de atuação dos equipamentos estatais eram as famílias pobres, consideradas inaptas para cuidar de suas crianças.

Rizzini (1993) aponta que pesquisas publicadas no início do século XX já questionavam a institucionalização de crianças (principal medida adotada pelo Estado brasileiro), considerando a família como o melhor local para o desenvolvimento de crianças, e que o acolhimento deveria acontecer em casos excepcionais, como ausência da família ou nos casos em que as famílias não pudessem promover os cuidados adequados. Entretanto, –qualquer criança, por sua simples condição de pobreza, estava sujeita a ser enquadrada no raio de ação da Justiça-Assistencial (Rizzini, 2011b, p. 131), considerando os aspectos morais que julgavam famílias pobres como incapazes de cuidar de suas crianças.

Sobre o Código de Menores de 1927 (e seu sucessor, promulgado em 1979), Vianna (2002) aponta que

Tais códigos se orientariam fundamentalmente pela preocupação em intervir sobre infâncias e famílias –erradas, frente às quais o aparato estatal seria chamado a agir como ordenador social, impedindo que infâncias mal geridas por seus responsáveis naturais viessem a se tornar uma ameaça para a sociedade (p. 271).

O estigma da incapacidade das famílias pobres em prover os cuidados adequados com as crianças era marcante neste período, sendo decisivo para a definição da forma de intervenção estatal. Rizzini & Rizzini (2004, p. 31) relatam

---

<sup>7</sup> Principal modelo de instituição responsável pelo cuidado de crianças (até o início do século XX), que eram colocadas nas Casas através de um mecanismo conhecido como Roda dos Expostos. Este sistema foi instaurado no Brasil ainda no período colonial, sendo abolida oficialmente com o Código de Menores de 1927. Este tema não será aprofundado nesta dissertação, para saber mais, ver Rizzini & Rizzini (2004) e Rizzini (2011b).

–a produção discursiva de todo o período da forte presença do Estado no internamento de *menores* é fascinante, pelo grau de certeza com que as famílias populares eram rotulados de *incapazes, insensíveis (...)* (destaque das autoras).

As autoras apontam ainda que,

As representações negativas sobre as famílias cujos filhos formavam a clientela da assistência social nasceram junto com a construção da assistência à infância no Brasil. A ideia de proteção à infância era antes de tudo proteção contra a família. Foi sobretudo, a partir da constituição de um aparato oficial de proteção e assistência à infância no Brasil, na década de 1920, que as famílias das classes populares se tornaram alvo de estudos e formulação de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar os filhos (Rizzini & Rizzini, 2004, p. 39).

Apesar do grande número de internações de crianças em instituições pelo Estado, as famílias não podem ser consideradas como agentes passivos da intervenção. Rizzini & Rizzini (2004) indicam que as famílias passaram a dominar o sistema, uma vez que a internação das crianças seria uma forma de garantir –formação escolar e profissional dos filhos (p. 40).

Diante do cenário político, econômico e social do Brasil, a década de 1930 é marcada pela criação de diversos equipamentos estatais vinculados às políticas sociais, como o Ministério do Trabalho, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), o Ministério da Educação e Saúde.

Sobre a assistência social, Boschetti & Behring (2011, p. 107) retomam a produção de Draibe e Aureliano, apontando que –é difícil estabelecer com precisão o âmbito específico dessa política no Brasil devido ao caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações. Iamamoto (2014) aponta que apesar do surgimento do Serviço Social como profissão no final da década de 1930, com a criação das primeiras escolas de formação profissional, não existia uma atuação a nível federal que pudesse –centralizar e organizar as obras e instituições assistenciais (ibidem, p. 264).

A Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira organização de assistência social no Brasil, foi criada em 1942, cujo objetivo era –o de prover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que relaciona ao esforço de guerra (Iamamoto, 2014, p. 265). Futuramente, a LBA passa a ser a principal instituição responsável pela assistência social no país, sendo composta por uma estrutura

nacional, envolvendo órgãos públicos e privados (Boschetti & Behring, 2011; Iamamoto, 2014).

Em 1946, com a criação da Fundação Leão XIII, tem-se a primeira instituição para lidar especificamente com os moradores das favelas do Rio de Janeiro, local de moradia de parcela significativa da população pobre nos centros urbanos. Sua atuação foi pautada na tentativa de recuperar os moradores das favelas, que vivem em –extrema precariedade material e moral‖ (Iamamoto, 2014, p. 299). Segundo a autora, a atuação do Serviço Social da Fundação Leão XIII estaria pautado na garantia da educação para a superação das situações que acometiam seus moradores e, por esse motivo, –como instrumento para \_atingir e redimir\_ a família, os CAS [*Centros de Ação Social*] serão dotados de escola maternal, jardim de infância, escola primária, ensino pré-vocacional, biblioteca e –círculos de palestras‖‖ (ibidem, p. 301, grifos da autora).

O interesse do Estado pela população pobre não estava isolado da busca pela consolidação de sua hegemonia, já que no mesmo ano, o Partido Comunista Brasileiro teve uma grande expressão nas eleições. Assim, a atuação da Fundação Leão XIII compôs as estratégias adotadas pelo Estado para impedir a instauração do comunismo no Brasil. Além do trabalho nas favelas, Rizzini & Rizzini (2004) apontam que durante o Estado Novo, a atuação junto à infância também tinha como objetivo impedir que elas fossem integradas ao movimento comunista em ascensão no Brasil.

No período que seguiu até 1964, com Golpe Militar instaurado no Brasil, a política social teve expansão –lenta e seletiva, marcada por alguns aperfeiçoamentos institucionais‖ (Boschetti & Behring, 2011, p. 110). As autoras apontam ainda que essa lentidão foi ocasionada pela instabilidade política vivida no período e pela disputa de projetos para a política social.

Apesar do período de crise econômica desencadeada internacionalmente no final dos anos de 1960, o mesmo período pode ser compreendido como Milagre Econômico no Brasil, com a expansão da produção em massa para o consumo, dando continuidade ao Plano de Metas dos governos anteriores (Boschetti & Behring, 2011). No que diz respeito à política social, os primeiros anos da Ditadura foram marcados pela sua expansão, –conduzida de forma tecnocrática e conservadora, reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais



em meio à restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista (ibidem, p. 135).

No que se refere à assistência social na Ditadura Militar, Boschetti & Behring (2011) descrevem que,

O ministério da Previdência e Assistência Social foi criado em 1974, incorporando a LBA, a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem, criada em 1965) (...), a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev). Esse complexo se transformou, com uma ampla reforma administrativa no Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), em 1977, que compreendia o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Iapas), além daquelas instituições referidas acima (ibidem, p. 163-137).

A década de 1980 é marcada por alguns momentos significativos, como a crise econômica que atingiu severamente os países da América Latina<sup>8</sup>, o processo de flexibilização do regime ditatorial e transição para a democracia, e a promulgação da Constituição Federal de 1988, resultado de importantes mobilizações populares em prol dos direitos civis, sociais e políticos.

Na área correspondente à Assistência Social, referenciada nos artigos 203 e 204 da Constituição (inserida no capítulo da Seguridade Social), representou um importante marco de ruptura com a cultura assistencialista que vigorou até o momento. A Assistência Social surge pautada em aspectos que visavam à emancipação cidadã, através de princípios como o da centralidade da família como forma de superar a focalização da política. Com a nova carta magna, a Assistência Social passa a ser destinada a quem dela precisar, e não mais vinculada ao trabalho formal, tendo por objetivos

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (Brasil, 1988).

Em consonância com a nova legislação vigente, a reformulação da política social no Brasil passa a ter a família como seu foco de atuação (e não apenas o

<sup>8</sup> Não nos prenderemos a analisar os detalhes da crise econômica em função do objetivo desta dissertação. Para saber mais, recomendamos a leitura da obra de Boschetti & Behring (2011) e Netto (2012).

indivíduo), porém, sem tirar desta a responsabilidade principal de garantir o bem-estar de seus membros (Mioto & Dalprá, 2015).

Campos & Mioto (2009) apontam que o texto constitucional também apresenta aspectos relacionados à responsabilidade familiar, como nos capítulos referentes ao cuidado com idosos ou com crianças e adolescentes. Entretanto, a ruptura com as formas de intervenção previstas no passado se manifesta através do compartilhamento das responsabilidades entre a família, o Estado e a sociedade.

Em consonância com a mobilização da sociedade em prol dos direitos sociais, que culminaram na inclusão da assistência social como direito não contributivo, em 2004 é criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), elaborada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), pertencente ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>9</sup>, materializando as diretrizes previstas na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas).

A PNAS tem como proposta compreender a situação da sociedade brasileira no momento histórico e social, respeitando aspectos culturais e regionais específicos, tornando visíveis os invisíveis, a partir do momento em que a assistência a todos que dela precisassem foi reconhecido como obrigação do Estado. Além disso, a PNAS passa a se organizar através da territorialidade, dividindo a implementação da política com municípios e estados, permitindo maior capilaridade na execução e maior conhecimento sobre as especificidades no planejamento.

De acordo com o documento, os usuários da Política Nacional de Assistência Social são

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2005, p. 33)

Para isso, a PNAS prevê –a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas

<sup>9</sup> No governo do presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), o ministério que correspondente ao antigo MDS é o Ministério da Cidadania.

circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a familiar<sup>10</sup> (Brasil, 2005, p. 15). Ou seja, no planejamento da política, a família passa a ser reconhecida como local privilegiado para intervenção, não sob o aspecto moralizador como no período anterior à Constituição de 1988, mas reconhecendo a importância junto às famílias para a proteção social de seus membros.

Sobre o reconhecimento da importância da família para a proteção social dos indivíduos, Vicente (2005, p. 53) destaca que –a família não pode ser excluída porque constitui um espaço privilegiado de convivência, dado que nele a dimensão afetiva é inerente. A autora sinaliza ainda que a intervenção do Estado deve acontecer quando a família e a comunidade não conseguem assegurar o direito de seus membros.

Destacamos aqui que a não intervenção do Estado não se refere à isenção ou precarização dos equipamentos da política de assistência social, mas sim assegurar que a família tenha condições concretas de garantir os direitos individuais de seus membros, prevenindo assim o rompimento dos vínculos afetivos e familiares. Sobre isso, Vicente (2005, p. 51) afirma ainda que –o vínculo tem, portanto, uma dimensão política quando, para sua manutenção e desenvolvimento, necessita de proteção do Estado.

Apesar de a valorização da família estar presente no aparato legal, Mioto (2004) aponta que a proteção da família pelo Estado tem sido discutida cada dia mais, uma vez que é perceptível o paradoxo existente entre a legislação vigente e os processos de penalização e desproteção vividos pelas famílias na realidade.

Mioto (2004) pontua que no campo das políticas sociais existem duas perspectivas diferentes. Segundo a autora,

uma defende a centralidade da família, apostando na sua capacidade imaneente de cuidado e proteção. Portanto, uma vê a família como centro do cuidado e da proteção por excelência. A outra entende que a capacidade de cuidado e proteção da família está diretamente relacionada ao cuidado e à proteção que lhe são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas. Nessa perspectiva a família na sociedade brasileira hoje, mais que ser reconhecida como instância de cuidado e proteção, deve ser reconhecida como instância a ser cuidada e protegida (Mioto, 2004, p. 135).

---

<sup>10</sup> Considerando o foco desta dissertação, não conseguiremos abordar os programas e projetos previstos na execução da PNAS em nível da Proteção Social Básica e Especial. Entendemos que o tema é complexo, mas nosso objetivo é apenas contextualizar o cenário atual da Política de Assistência Social em nível de legislação. Sabemos que o crescente movimento de precarização dos serviços públicos, em especial da Assistência Social, compromete o trabalho das profissionais à medida que precariza suas condições de trabalho, além de descumprir as próprias normativas de regulamentação da política.

A primeira perspectiva, chamada de familista, defende que a intervenção por parte do Estado deve acontecer somente quando a família não consegue garantir os insumos necessários para a garantia da subsistência dos indivíduos. Ou seja, o foco de intervenção do Estado deve ser somente junto às famílias consideradas incapazes. Ainda nesta perspectiva, conforme aponta Sgrita (1995, apud. Miotto, 2004), as formas de atender as necessidades dos indivíduos seria através da família ou do mercado, e a atuação do Estado deveria ser pontual e temporária. Campos & Miotto (2009, p. 184) sinalizam que foi –a partir desta concepção que se instaurou uma cultura prevalentemente assistencialista. As autoras sinalizam ainda que esta perspectiva contribui para o processo de privatização de questões referentes à relação familiar, uma vez que essas questões só aparecem nos momentos de falimento, momento esse que o Estado passaria a intervir.

Já a segunda perspectiva entende que a centralidade da família na política social está ancorada na garantia da superação das necessidades da família, para que ela tenha condição de atender às necessidades individuais de seus membros (Miotto, 2004).

Ainda segundo Miotto (2004), no que diz respeito à política de assistência social, a primeira concepção compreende a família como uma parceira (e não só beneficiária), e deve ser co-responsabilizada. Já a segunda perspectiva, a necessidade da família ganha destaque na política, incluindo as necessidades referentes aos cuidados de seus membros.

Conforme apresentado anteriormente, a família é um sujeito historicamente determinado, inserida em um contexto social e econômico, que vai influenciar as relações entre seus membros, o Estado e a sociedade, passando por transformações significativas ao longo da história. Além disso, a família não é neutra às investidas que recebe, se adaptando e encontrando maneiras de garantir a sobrevivência de seus membros.

Assim como a família, a formação socioeconômica e histórica do Brasil passou por diversos momentos de estreitamento e relaxamento dos laços entre o Estado e a família, principalmente em função das necessidades exigidas pelo capital e da busca pela consolidação da hegemonia. Essas relações estão sujeitas a novas mudanças em função das transformações na conjuntura nacional, podendo

passar por novos momentos favoráveis à garantia de direitos sociais ou de pauperização ainda mais extrema da população.

As reflexões apresentadas ao longo deste capítulo nos ajudarão a compreender alguns elementos presentes quando falamos sobre violência contra crianças e cuidado com as mesmas, uma vez que partimos do princípio de que existe uma linha tênue entre as práticas que podem ser consideradas como formas de cuidado ou como maus-tratos, dependendo de alguns aspectos, como família acusada, da pessoa que avalia, o contexto social envolvido, entre outros.

É importante ter em mente os elementos apresentados anteriormente para compreensão dos processos referentes à violência contra crianças e ao cuidado com as mesmas, assuntos que abordaremos nos capítulos a seguir.

### 3

## Limites entre violência e cuidado: manifestações na relação familiar

### 3.1.

#### Algumas considerações sobre a categoria violência

Para compreendermos como a violência se manifesta nas relações familiares, tomando as crianças como vítimas, falaremos um pouco sobre a violência como fenômeno, manifestado com as especificidades do processo de construção social do Brasil, processo este com uma série de particularidades que impactam não só na manifestação da violência em si, mas como em sua compreensão e formas de enfrentamento.

Em primeiro lugar, é necessário ter em mente a complexidade das relações de violência e as suas múltiplas formas de manifestação. Sobre isso, Barros (2005, p. 23) aponta que –violência deve ser tratada enquanto *violências*, pois engloba diversas modalidades e tipologias, que se entrecruzam, mas que mantêm singularidades e especificidades que as diferenciam e caracterizam um perfil societário próprio.

Considerada um problema de saúde pública, a violência pode ser definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Dahlberg & Krug, 2002, p. 5).

A OMS define ainda que a violência pode ser caracterizada em três categorias: autoinfligida, interpessoal ou coletiva. A primeira delas inclui as situações em que a violência é cometida contra si próprio, como comportamento suicida e automutilação, por exemplo.

A segunda se refere aos casos em que a violência é cometida contra outra pessoa. Segundo Dahlber & Krug (2002, p. 6), a violência interpessoal é subdividida em duas subcategorias: –violência da família e de parceiro(a) íntimo(a) - ou seja, violência que ocorre em grande parte entre os membros da

família e parceiros íntimos, normalmente, mas não exclusivamente, dentro de casa e –violência comunitária – violência que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneo ou não), e que podem conhecer-se (conhecidos) ou não (estranhos), geralmente fora de casa. Falaremos adiante na primeira subcategoria, principalmente na violência dos pais contra os filhos.

Por fim, a violência coletiva é apontada pelas autoras supracitadas como aquele tipo praticado por grande número de pessoas ou Estado. Segundo as autoras, a violência coletiva pode assumir caráter social, político ou econômico.

Dahlberg & Krug (2002, p. 5) destacam ainda que, ao incluir o uso intencional<sup>11</sup> do poder, além da força física, a OMS contemplou outras formas de violência além das autoevidenciadas, como a violência psicológica, formas de negligência e de omissões, por exemplo. Segundo as autoras, tal iniciativa contempla estudos e pesquisas que alertam para a –necessidade de incluir a violência que não resulta necessariamente em lesões ou morte, mas que, contudo, oprime as pessoas, as famílias, as comunidades e os sistemas de assistência à saúde no mundo todo.

A violência está presente na sociedade, reproduzida e influenciada pela forma como as pessoas se relacionam, e por este motivo não podemos compreender o fenômeno de sua manifestação nas relações sem considerar as particularidades de determinada sociedade. Segundo Adorno,

(...) a violência é uma forma de relação social: está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Sob esta óptica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade em um momento determinado de seu processo histórico. A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social (Adorno, 1988 apud Guerra 1998, p. 31).

Ao falar sobre a manifestação da violência na sociedade brasileira, Da Matta (1981) aponta que esta, como fenômeno, –tem múltiplos aspectos e contornos,

<sup>11</sup> Dahlberg & Krug (2002), ao falarem sobre a intencionalidade, alertam sobre dois aspectos: o primeiro, em que a intenção de praticar um ato violento não significa a intenção em causar um dano. Segundo as autoras, –Um perpetrador pode cometer intencionalmente um ato que, por padrões objetivos, é considerado perigoso e com alta possibilidade de resultar em efeitos adversos à saúde, mas o perpetrador pode não perceber seu ato dessa forma (ibidem, p. 5). O segundo aspecto está relacionado aos comportamentos –com base em seus antecedentes culturais e suas crenças (ibidem, p. 5). Importante considerarmos este aspecto quando falarmos adiante sobre a violência de pais contra filhos usada como forma –educativa e/ou por reprodução de um padrão sociocultural a qual o adulto foi submetido.

com facetas positivas e negativas|| (ibidem, p. 13), em que –o sistema de moralidade determine que se fale apenas a partir de uma posição e de um partidoll (ibidem, p.14). O autor destaca ainda que,

(...) o discurso sobre a violência é, em geral, um discurso escandaloso. Se não é denúncia, é elogio. Não pode ser um discurso interrogativo e relativizador, pois que se toma como perversão qualquer tentativa de ver a violência como um fenômeno social. Seu poder de mobilização é tão grande, que só se admite um posicionamento contra ou a favor (...) (Da Matta, 1981, p. 13).

O autor em tela constrói sua argumentação sinalizando que existem dois discursos sobre a violência: um erudito - que tem diferente perspectiva a partir do posicionamento político à esquerda ou à direita<sup>12</sup> -, e o do senso comum.

Sobre a primeira perspectiva, Da Matta (1981) sinaliza que o Brasil passa a ser um país derrotado por suas estruturas, demandando de uma transformação social para mudar a situação, seja através do rompimento com a lógica do capital (e suas práticas) ou com o poder total. Entretanto, o autor destaca que a relação entre dominante e dominado (pelas formas de violência) geralmente não se apresentam de forma homogênea em nossa sociedade, afirmando que –a dicotomia –dominante/dominadoll tenderia sempre a se repetir no interior de cada termo, sendo sempre relativa a quem o aplica, como está sendo aplicada e para que se aplicall (ibidem, p. 19).

Sobre o discurso sobre violência no senso comum, Da Matta (1981) aponta que geralmente está relacionada à maldade humana, à noção de injustiça, –voltado contra um ser humano palpável, tangível e real e não contra um grupo ou classe definidos por meio de critérios políticos e econômicos|| (p. 25). Além disso, o autor evidencia que a violência tem distribuição desigual na sociedade. Segundo sua descrição, –a violência, como a sorte têm uma distribuição apenas associativa com certas categorias sociais. Elas –sorriem|| para os pobres, muito mais do que para os ricos, porque os pobres são mais fracos e apostam muito mais nas nossas loterias|| (Da Matta, 1981, p. 25).

Sobre este último aspecto, sinalizamos para o risco de naturalização da violência como algo característico das famílias pobres, principalmente ao se

<sup>12</sup> Sobre esta diferença de perspectiva, Da Matta (1981, p. 17) sinaliza que –se os produtores destas falas são de direita, o discurso encara a violência como um caso virtual de polícia - quer dizer: é preciso mais polícias (e policiais) para liquidar a violência. Se, entretanto, seus produtores são da esquerda, o discurso não é mais um caso de polícia, mas um caso de poder. Liga-se, então, violência com poder e com consumo para, em seguida, falar-se de capitalismo, autoritarismo e desmando governamentall.



pensar a intervenção profissional na área de família (e no enfrentamento às formas de violência intrafamiliar). Além disso, cabe a reflexão sobre a publicização dos casos de violência, nos cabendo a pergunta –as famílias pobres são realmente mais violentas ou são esses os casos que se tornam públicos?®, tendo em vista à forte intervenção do Estado - e de seu aparato - junto às famílias das classes sociais mais baixas, conforme apresentado no capítulo anterior.

Retomando à reflexão trazida por Da Matta (1981), essas duas formas de percepção da violência sinalizam, não só a complexidade do fenômeno, mas diferentes modos de percepção da realidade, que não se excluem, pelo contrário, são complementares, já que –aquilo que o erudito não diz, o falar do senso comum acentual (p. 26), sendo o primeiro, mais próximo do discurso jurídico-legal e o segundo remetendo-se ao âmbito privado.

O autor aponta ainda que as relações sociais poderiam se dividir entre três universos: a casa ou a família, o da rua e do outro mundo (ou sobrenatural), e –que em cada uma dessas posições podemos classificar e equacionar o mundo de uma maneira® (p. 30). Nos deteremos nos dois primeiros universos destacados pelo autor.

Sobre o universo da casa, Da Matta (1981) descreve que, –a casa é o ninho das relações pessoais e dos sistemas de troca de favores e informações que são tão críticos no sistema brasileiro® (p. 31), e a partir deste ponto de vista é possível

(...) definir a mim mesmo pelos espaços morais que permeiam todo o sistema social. De dentro da casa, assim, não sou simplesmente um trabalhador, um operário, um lavrador ou um professor, mas - antes de tudo - um \_pai de família\_, um \_chefe de família\_, um \_dono de casa\_ e um homem (ibidem, p. 30).

Por outro lado, o mundo da rua, conforme descrito pelo autor supracitado, é permeado pelo político e econômico, onde a pessoa deixa de ser vista como uma pessoa, mas como um número, um trabalhador –ou parte de um outro papel social universalizante® (ibidem, p. 32), em que não são necessárias relações particulares. Justamente por se tratar de um espaço em que o anonimato predomina em detrimento das relações é que, segundo Da Matta, é no universo da rua em que estamos mais sujeitos a sofrer maus tratos e violências.

Entretanto, quando analisamos a particularidade da violência contracrianças, notamos que a realidade se inverte. De acordo com o –Disque Direitos Humanos - Relatório 2019®, 67% das situações de violência contra crianças registradas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Disque 100) foram

cometidas por pessoas próximas da criança (40% mãe, 18% pai, 6% padrasto e 3% tio (a)). Além disso, 52% das situações registradas aconteceram na casa da vítima, sinalizando que, quando falamos sobre violências contra crianças e adolescentes, o universo da casa/família - pensado como espaço em que acontecem as relações sociais - não significa necessariamente um local seguro, apesar de o oposto ser um pensamento comum entre a população brasileira<sup>13</sup>.

Em contrapartida ao pensamento do senso comum, Gonçalves & Marques (2001) sublinham que os estudos nacionais sobre violência interpessoal começaram a se destacar a partir dos anos 1980, com o aumento nas estatísticas sobre mortes de crianças e adolescentes por –causas externas, atentando aos especialistas para o risco que essa parcela da população estava correndo no ambiente doméstico.

Entendendo a complexidade do fenômeno da violência, principalmente considerando as especificidades de sua manifestação contra crianças e adolescentes, apresentaremos a seguir alguns elementos para contribuir para a reflexão sobre sua manifestação nas famílias e as formas de enfrentamento ao longo da história do Brasil.

### **3.2. Violência intrafamiliar e suas manifestações**

Entender o fenômeno da violência intrafamiliar<sup>14</sup>, supõe compreender também que a violência é um conceito polissêmico, complexo, que se dá no

<sup>13</sup> De acordo com o Relatório –Violência contra crianças e adolescentes: percepções públicas no Brasil produzido pelo World Vision International e Ipsos Reid em 2017, 52% dos entrevistados acreditam que as crianças estão mais propensas a sofrerem violência em espaços públicos, enquanto apenas 21% dos entrevistados responderam que o local mais provável é a própria casa. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/osw1rotgbufkm9w/IPSOS.pdf?dl=0>> Acesso em: 23jan. 2021.

<sup>14</sup> Sabe-se que é comum o uso do termo violência doméstica para definir a violência ocorrida no âmbito doméstico, principalmente nos estudos que se debruçam sobre a violência contra a mulher. Entretanto, para este trabalho, será usado o conceito violência intrafamiliar, que compreende –(...) toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder a outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua (Ministério da Saúde, 2002, p. 13).

âmbito das relações pessoais com traços assimétricos e hierárquicos, tanto entre gerações quanto entre os gêneros, em que seja garantida a posição de poder do agressor sob a vítima, sem levar em consideração seus desejos e necessidades (Koller, 2000).

Ainda sobre a manifestação da violência intrafamiliar, Moreira & Sousa sinalizam que ocorre

(...) em um cenário de relações vinculares entre marido e esposa, pais e filhos, entre irmãos, ou seja, os agressores e vítimas são pessoas que se conhecem e mantêm relações afetivas, ainda que ambivalentes. A violência intrafamiliar é constituída em um cenário de relações assimétricas de poder entre as gerações e os gêneros (Moreira & Sousa, 2012, p. 18)

Pode ter diversas motivações e configurações, mas considerando o objetivo desta pesquisa, o foco dado será a discussão sobre a violência intrafamiliar contra crianças.

Na tentativa de definir a violência intrafamiliar, Moreira & Sousa (2012) afirmam que esta se destaca em dois aspectos

(...) o primeiro é de que se trata de uma violência interpessoal perpetrada, no caso das crianças e adolescentes, por pessoas investidas de função parental. O segundo aspecto ressalta que é uma violência cuja prática não se restringe ao espaço doméstico, ou seja, a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é por vezes cometida pelos pais e responsáveis também em espaços públicos (ibidem, p. 15).

Por ser uma questão de alta complexidade, as autoras supracitadas afirmam que não podemos considerar apenas um aspecto quando analisamos manifestação da violência intrafamiliar, sendo fundamental considerar a relação de afeto que pode existir entre o agressor e a vítima por se tratar de alguém próximo, como mãe, pai, madrasta/padrasto, entre outros, considerando o impacto que tal ação violenta pode causar nas crianças/adolescentes. É preciso considerar ainda as relações de poder envolvidas nas relações familiares, uma vez que pais e filhos ocupam posições assimétricas de poder.

Além disso, para compreender como a violência intrafamiliar se manifesta no cotidiano das famílias, é fundamental compreender o processo relacional ao longo da história da família, entre as gerações, uma vez que a –violência não é um fenômeno natural como querem alguns, mas, ao contrário, construída e transmitida às novas gerações| (Silva, 2002, p. 75). Sendo assim, se faz fundamental analisar o contexto social, cultural e histórico que permeia as relações ao analisar uma situação de violência intrafamiliar.

Retomando a discussão sobre a tipologia da violência, além das 3 grandes categorias citadas no item 3.1 desta dissertação (violência autoinfligida, violência interpessoal e violência coletiva), a OMS categoriza a violência de acordo com sua natureza, sendo elas: violência física, violência psicológica, violência sexual, negligência/abandono<sup>15</sup>.

Apesar de serem diversas as manifestações de violência, nesta dissertação debateremos apenas a violência física e a negligência/abuso por entendermos que estas manifestações de violência podem ser mais facilmente relativizadas no contexto de relações cotidianas, tendo compreensão diferenciada pela família (autor da violência) e a equipe que identifica e intervém no caso. Entretanto, compreendemos que independente do relato ou justificativa do autor, a violência sexual e a violência psicológica não podem ser relativizadas. Mais uma vez reforçamos que as formas de violência podem se manifestar de maneira associada, em que são presentes mais de uma forma de manifestação.

Sabe-se do esforço feito pela área da saúde em categorizar as formas de violência e a natureza da manifestação, visando o refinamento na produção de dados e no enfrentamento à violência. Além dessa área, as definições de formas de violência já aparecem no aparato jurídico, como por exemplo, na Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, em que se estabeleceu o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Guerra (1998) sinaliza que ao longo dos últimos anos o conceito de violência física passou por algumas transformações até a definição que apresentaremos a seguir. Segundo a autora, a primeira tentativa de nomeação e definição foi feita por Kempe e Silverman, em 1962, em que cunharam o conceito *Síndrome da Criança Espancada*. Em 1971, Fontana incluiu o maltrato como forma de violência, uma vez que nem sempre apareciam sinais físicos de agressão às crianças.

Segundo o documento –Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada, produzido pelo Ministério da Saúde, a violência física pode ser definida como

---

<sup>15</sup> O documento –Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada, além das categorias apresentadas, inclui ainda tortura, tráfico de seres humanos, violência financeira/econômica, trabalho infantil; intervenção legal como manifestações de violência interpessoal. Entendemos que são manifestações significativas e que trazem impactos importantes na vida das vítimas e precisam ser enfrentadas, entretanto, respeitando a limitação do objeto desta pesquisa, não abordaremos tais manifestações.

(...) atos violentos, nos quais se fez uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo. Ela pode manifestar-se de várias formas, como tapas, beliscões, chutes, torções, empurrões, arremesso de objetos, estrangulamentos, queimaduras, perfurações, mutilações, entre outras. A violência física também ocorre no caso de ferimentos por arma de fogo (incluindo as situações de bala perdida) ou ferimentos por arma branca. (Brasil, 2016, p. 57).

No que diz respeito à violência física contra crianças e adolescente, podemos adicionar ainda a definição trazida por Runyan et al. (2002, p. 60), em que –o abuso físico de uma criança é definido como atos de acometimento, por parte da pessoa responsável pelos cuidados com a criança, que causam real dano físico ou apresentam a possibilidade de um dano. Podemos incluir ainda a definição para fins legais, presentes na lei 13.431/17, em que violência física é –entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico (Brasil, 2017, art. 4º, inciso I).

De acordo com as informações presentes no –Disque Direitos Humanos - Relatório 2019, no ano de 2019, a violência física contra crianças e adolescentes foi o motivo para 21% das denúncias de violências contra crianças e adolescentes, sendo a terceira causa mais denunciada no país (Brasil, 2019, p. 42).

Já a negligência ou abandono, pode ser caracterizada pela –omissão pela qual se deixou de prover as necessidades e os cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa atendida/vítima (Brasil, 2016, p. 59-60). Ou ainda, por

(...) falhas dos pais em proporcionar - onde os pais estão na posição de fazer isto – o desenvolvimento da criança em uma ou mais das seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, nutrição, abrigo e condições de vida seguras. A negligência distingue-se, portanto, das circunstâncias de pobreza, visto que a primeira pode ocorrer apenas em casos onde recursos razoáveis estejam disponíveis para a família ou o responsável (Runyan et al, 2002, p. 60).

É importante destacarmos também que é comum a confusão entre a negligência e a incapacidade de provimento das áreas apontadas acima motivadas por uma situação de pobreza, ou exclusão social. Entendendo a conjuntura brasileira, marcada pela desigualdade e pelo dismantelamento das políticas públicas, é preciso estar atentos para não culpabilizarmos as famílias pobres pela falta de acesso à políticas públicas e serviços sociais, reproduzindo o estigma de

que famílias pobres são negligentes em função da pobreza, conforme sinalizado no capítulo anterior.

Sobre negligência, Oliveira & Fernandes (2007) destacam que

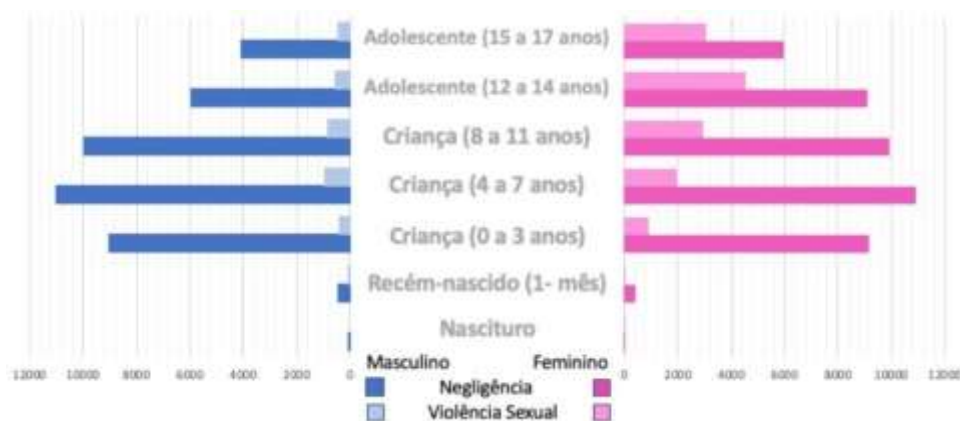
Deixarem os pais ou responsáveis, em dispondo de todas as condições para fazê-lo, de prover os meios, recursos e cuidados necessários ao pleno e sadio desenvolvimento físico e mental de crianças ou adolescentes sob sua guarda e/ou responsabilidade. O abandono pode ser considerado uma forma extrema de negligência (Oliveira & Fernandes, 2007, p. 138).

Para fins legais, não existe uma definição de negligência, dificultando ainda mais sua identificação de forma clara nas situações do cotidiano. Por esse motivo, faz-se necessário a compreensão da realidade socioeconômica na qual a criança vítima está inserida.

A negligência ocupa o primeiro lugar nas denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes presentes no -Disque Direitos Humanos - Relatório 2019, sendo o motivo para 38% das denúncias, situação agravada quando comparada ao ano anterior (Brasil, 2019, p. 42). Segundo o relatório, 56% dos casos de negligência aconteceram na casa da vítima (ibidem, p. 57). Em relação aos suspeitos, 56% das denúncias apontam a mãe como autora da violação, e o pai ocupa a segunda posição, com 26% das denúncias (ibidem, p. 57).

Em relação às vítimas da negligência, o -Disque Direitos Humanos - Relatório 2019 aponta que a maior parte são crianças, com idade entre 0 e 11 anos, somando 70% dos casos (Brasil 2019, p. 59-60), conforme mostram os gráficos a seguir.

Figura 1: Faixa etária da vítima por sexo por tipo de violação



Fonte: Disque Direitos Humanos - Relatório 2019 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Brasília, 2019.

Figura 2: Faixa etária da vítima por sexo por violação - Negligência

Crianças e Adolescentes	Negligência					
	Masculino			Feminino		
Faixa etária	2019	2018	%	2019	2018	%
Nascituro	18	21	-14%	19	26	-27%
Recém-nascido	431	375	15%	435	376	16%
0 a 3 anos	9028	8267	9%	9152	8240	11%
4 a 7 anos	11002	9692	14%	10913	9770	12%
8 a 11 anos	9984	8660	15%	9898	8932	11%
12 a 14 anos	5985	5830	3%	9111	8506	7%
15 a 17 anos	4104	4015	2%	5956	5344	11%
Total	42569	38699	10%	47603	43077	11%
Não Informado	2017	1839	10%	2119	1883	13%

Fonte: Disque Direitos Humanos - Relatório 2019 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Brasília, 2019.

Quando pensamos sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é fundamental levarmos em consideração o contexto social e cultural no qual aquela família está inserida. Além disso, é imprescindível conhecer a história da família para compreendermos o padrão intergeracional nas relações familiares.

Sobre a intergeracionalidade<sup>16</sup>, presente em situações de violência, Ferrari (2002) aponta que a família é fundamental para o desenvolvimento da criança, e que se os pais tiveram alguma dificuldade em alguma fase do seu desenvolvimento quando crianças, dificilmente conseguirão dar o apoio necessário para que seus filhos a adquiram. A autora aponta ainda que –nas relações pais/filhos permeadas pela violência, muitos aspectos do problema focalizam-se no assumir o papel de pais. Para desempenhar um papel social, o indivíduo necessita ter vivenciado (...) (Ferrari, 2002, p. 41).

Nesta mesma perspectiva, Moreira & Sousa (2012) sinalizam que existem dois aspectos a serem considerados ao falarmos sobre a intergeracionalidade relacionada à violência intrafamiliar. O primeiro deles, a reprodução do comportamento violento dos agressores, justificado pelo tratamento violento que tiveram na infância. Segundo Saffioti (1997 apud. Moreira & Sousa, 2012, p. 18)

<sup>16</sup> A intergeracionalidade pode ser compreendida como a transmissão de elementos simbólicos entre as diferentes gerações da mesma família. Segundo Vitale, "se a família pode ser vista como unidade básica no processo socializador, as relações intergeracionais permitem apreender o movimento da socialização, ou seja, sua dimensão temporal" (Vitale, 2000, p. 90).

–a violência apresenta uma acentuada tendência à cronificação, mormente quando se trata de intrafamiliarl.

O segundo aspecto apontado está relacionada à assimetria nas relações intergeracionais, uma vez que crianças e adolescentes são consideradas incapazes e submetidas à vontade dos adultos, –muitas vezes pelo uso da força física e da coerção psicológica, às determinações de seus pais, professores e responsáveisl (ibidem, p. 18).

Apesar da frequência em que acontecem, é preciso estar atento à individualidade de cada caso para evitar generalizações, uma vez que o tratamento violento na infância não garante a manutenção do ciclo da violência. Sobre isso, Gonçalves & Marques (2001), com base nos resultados encontrados em pesquisa realizada com mães da cidade do Rio de Janeiro e de municípios vizinhos, relatam que a reprodução da violência nas relações geracionais não é mecânica, sinalizando que existe a possibilidade de reflexão sobre a prática e a reprodução ou não na relação com a prole. O que não quer dizer que a violência física não pode ser usada por essas famílias, mas o que vai mudar é a intensidade.

### **3.3.**

#### **Algumas considerações sobre a categoria cuidado**

A compreensão da categoria cuidado requer ter em mente os diversos valores intrínsecos a esta prática. Segundo Boff (1999, apud. Stamm & Mioto, 2003, p. 167) –cuidar é muito mais que um momento de zelo, atenção e desvelo; é uma atitude de envolvimento afetivo, de ocupação e de entregall.

Boff (2005) sinaliza ainda a dimensão ser-de-cuidado inerente ao ser humano, como condição ontológica do ser, essência do ser humano, condição sema qual não poderíamos existir. Segundo o autor, a fenomenologia poderia ajudar a compreender o cuidado não como um objeto independente, mas a partir de sua manifestação em nós mesmos, a partir da compreensão de que –o cuidado se torna um fenômeno para a nossa consciência, mostra-se em nossa experiência e concretiza-se em nossas práticasl (ibidem, p. 28).

Em seu esforço para compreender e conceituar o fenômeno do cuidado, Boff (2005 p. 29) define cuidado como –desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção,



bom trato (...) cuidado implica um modo-de-ser mediante o qual a pessoa sai de si e se centra no outro com desvelo e solicitudel, definição essa resgatada da origem da palavra cuidado. O autor descreve que

Em seu sentido mais antigo, cura se escrevia em latim *coera* e se usava em um contexto de relações humanas de amor e de amizade. Cura queria expressar a atitude de cuidado, de desvelo, de preocupação e de inquietação pelo objeto ou pela pessoa amada. Outros derivam cuidado de *cogitare-cogitatus* e de sua corruptela *coyedar, coidar, cuidar*. O sentido de *cogitare-cogitatus* é o mesmo de cura: cogitar e pensar no outro, colocar a atenção nele, mostrar interesse por ele e revelar uma atitude de desvelo, até de preocupação pelo outro. O cuidado somente surge quando a existência de alguém tem importância para mim (Boff, 2005, p. 29).

Ainda sobre a definição de cuidado, Zoboli (2004, p. 22), também inspirado pela filologia da palavra cuidado, define que –cuidar é mais que um ato singular; é modo de ser, a forma como a pessoa se estrutura e se realiza no mundo com os outros. É um modo de ser no mundo que funda as relações que se estabelecem com as coisas e com as pessoasl. A autora sinaliza ainda que essa definição de cuidado tem inspirado a ideia de cuidado em diversas áreas através dos séculos.

Partindo da premissa de que o ser humano é um ser de cuidado, em que tal prática é inerente à sua existência, considerando que os homens são seres relacionais, a vivência passa a ser permeada pela constante relação entre cuidar e ser cuidado. Sobre a manifestação relacional do cuidado, Zoboli (2004, p. 24) sinaliza que –cuidar do outro é ajudá-lo a crescer numa relaçãol e que os valores morais são intrínsecos a esse processo.

Por sua vez, Waldow (2008, p. 86) define o cuidado como –um fenômeno existencial, relacional e contextuall. Segundo a autora, a perspectiva existencial se dá no momento em que o cuidado compõe o ser, em sua relação consigo mesmo e com o outro (relacional) e se manifesta de acordo com o ambiente em que acontece. Waldow (2008) menciona também que a relação dimensional do cuidado pode se manifestar em dois aspectos, a relação sujeito-coisa, e a relação sujeito-sujeito. Para a autora,

As relações de cuidado na dimensão sujeito-sujeito podem se apresentar de duas formas: sujeito-self e sujeito-outro. O sujeito-self se caracteriza pelo cuidado pessoal e compreende o cuidar de si. Esse cuidar de si inclui o conhecimento de si, de suas potencialidades, necessidades e limitações. Compreende também o cuidar da saúde, do espírito, do intelecto, de seu tempo, do lazer e assim por diante. Aindano âmbito pessoal ou privado, encontra-se a forma de relação sujeito-outro e que incluem as relações genuínas ou de cuidado natural e que se caracterizam por relacionamentos mais íntimos, com a família e amigos (ibidem, 2008, p. 95).

As primeiras manifestações do cuidado como prática estão presentes na sociedade desde o período primitivo. Kehdi (2017) relata que estudos antropológicos mostram a existência de práticas de cuidado desde o surgimento da humanidade, como garantia de alimentação e proteção, prevalecendo ações de caráter coletivo. Tais práticas podem ser relacionadas às primeiras formas de cuidado, manifestadas como forma de garantia de sobrevivência do grupo. Assim como a espécie humana, as formas de cuidado também se transformaram ao longo dos anos, acompanhando a evolução da espécie (Waldow, 2008).

As relações de cuidado como conhecemos hoje começaram a se definir quando a sociedade passou a viver em função da agricultura, mudando a forma de organização da população, que deixa de ser nômade e passa a estabelecer relações de vinculação com o território. A mudança na relação dos homens com a terra mudou também a divisão dos papéis entre os sexos, em que o homem passa a ser o responsável pelo trabalho e provimento das necessidades da família e à mulher cabe o cuidado doméstico (Kehdi, 2017).

Sobre a relação entre trabalho e cuidado, instaurado com a mudança na forma de organização da sociedade sinalizada por Kehdi, Boff (2005, p. 32) sinaliza que a escravização de homens e mulheres pelas estruturas do trabalho (a qual chamou de dominação do modo-de-ser trabalho) –masculinizou as relações, abriu espaço para o antropocentrismo (...), androcentrismo (...), o patriarcalismo e o machismo, permitindo a separação do masculino e do feminino, difamando o cuidado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade da compreensão e como obstáculo à eficácia (ibidem).

O cuidado como prática conhecida atualmente passou por transformações significativas ao longo da história da humanidade. Badinter (1985) apresenta, ao longo de sua obra, os papéis desempenhados por homens, mulheres e crianças ao longo dos séculos. Segundo apresentado pela autora, desde a Grécia Antiga existe a ideia hierárquica de submissão da mulher em relação ao homem, ideia essa reverberada após a difusão do Cristianismo.

Ainda segundo Badinter (1985), a criança só passa a ser diferenciada do adulto a partir do século XVII (conforme apresentado por Ariès), e passa por diversas formas de tratamento e percepção desde então, considerada como –símbolo da força do mal (p. 55), –como um estorvo, ou mesmo como uma desgraça (p. 63), –como um brinquedo ou uma máquina (p. 78), sujeito de

indiferença e desinteresse. Mal havia contato das crianças com seus pais até o século XVIII, uma vez que a educação dos filhos se baseava em três atos –a colocação na casa de uma ama, o retorno ao lar e depois a partida para o convento ou internato (ibidem, p. 119). Cabe destacar que o estudo realizado por Badinter se referia à crianças pertencentes às famílias de elite.

Tais exemplos reunidos por Badinter (1985) ao longo de seu livro –Um amor conquistado: o mito do amor materno (1985) deixam claras as características sociais e culturais do cuidado. A percepção sobre o modelo considerado padrão ou ideal se transforma diante da necessidade da sociedade. A idealização do amor materno como característica natural emerge no final do século XVIII diante da necessidade de incentivar a amamentação de seus próprios filhos e redução das taxas de mortalidade infantil.

Badinter destaca ainda que o sentimento do amor materno esteve presente desde meados do século XVI, entretanto sinaliza que

(...) o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. Alguns, mais cínicos, verão nele, a longo prazo, um valor mercantil. Igualmente nova é a associação das duas palavras –amor e –materno, que significa não só a promoção do sentimento, como também da mulher enquanto mãe (ibidem, p. 145-146).

Nos dias de hoje, ao pensarmos sobre a existência de um modelo considerado como ideal de cuidar, precisamos retomar a discussão sobre a família idealizada, inspirada no padrão burguês, em que os papéis desempenhados por homens e mulheres são claramente definidos, no qual o homem exerce o papel de provedor e à mulher cabe a responsabilidade sobre o cuidado com a casa e com os filhos. Neste modelo, as relações são marcadas pela hierarquia nas relações de gênero e de geração.

Apesar do pluralismo nas formas de organização familiar no processo de construção histórico e social do Brasil (apresentado no primeiro capítulo desta dissertação), marcado por diferentes formas e estratégias de cuidado com as crianças, ainda é presente a invalidação e a discriminação daqueles que diferem do modelo inspirado na família burguesa.

Em contrapartida, a estratégia familista<sup>17</sup> adotada pelo Estado brasileiro, inspirada por ideais liberais, coloca cada vez mais sobre as famílias a responsabilidade de garantir o suprimento das necessidades de seus membros, intervindo somente nos momentos de falência da mesma. Segundo Miotto & Dalprá (2015), essa responsabilização se manifesta

(...) essencialmente, através de um nebuloso campo de indefinições e negociações que podemos denominar de –campo do cuidado|. É justamente nesse campo que ocorre, no cotidiano dos serviços, os deslizamentos em torno de atribuições de responsabilidade na provisão de bem-estar. Sob a égide do cuidado se articulam diferentes estratégias de imposição ou transferência dos custos do cuidado para as famílias. Tais custos situam-se no arco dos custos financeiros, como emocionais e de trabalho (ibidem, p. 150).

Ribeiro (2019) nos chama a atenção sobre a importância da definição sobre o –campo do cuidado| para evitar a avaliação das práticas pautadas no modelo idealizado e julgamento de valores sobre a prática do cuidado. A autora destaca ainda que o caráter familista de intervenção estatal dificulta a –ampliação e efetivação do cuidado na perspectiva do direito| (ibidem, p. 56).

A relação entre família e Estado ao longo da história do Brasil foi marcada por momentos de repressão, abandono, assistência, valorização e responsabilização. É claro que essa relação se estabeleceu de formas diferentes dependendo da classe social à qual a família pertencia em que elementos sociais, históricos e culturais de cada grupo foram desconsiderados em favor de uma padronização idealizada.

### 3.4.

#### **Relações de gênero e cuidado familiar de crianças**

Assim como a família, abordada no primeiro capítulo desta dissertação, o cuidado nas relações familiares também está permeado por relações sociais e culturais na qual a prática está inserida. Elsen (2002), na tentativa de sistematizar a manifestação do cuidado em família, ou o cuidado familiar, aponta que este pode

---

<sup>17</sup> Miotto & Dalprá (2015, p. 171) definem o familismo como –a perspectiva em que a política pública considera - na verdade insiste - que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros|. No item 1.3 desta dissertação, nos aprofundamos sobre a estratégia familista no desenvolvimento de políticas sociais. Abordaremos neste capítulo a relação entre esta estratégia e o cuidado familiar.

se manifestar de diversas formas e que –é definido a partir do mundo de significados de cada família e desenvolvido ao longo do seu processo de viver, o que lhe dá um caráter de especificidade (p. 15).

Elsen (2002) descreve ainda que o cuidado familiar

caracteriza-se nas ações e interações presentes na vida de cada grupo familiar e se direciona a cada um de seus membros, individualmente ou ao grupo como um todo ou em parte, objetivando seu crescimento, desenvolvimento, saúde, e bem-estar, realização pessoal, inserção e contribuição social (ibidem, p. 17).

A autora chama nossa atenção ainda sobre a relação inter e intrageracional do cuidado. Segundo estudos desenvolvidos por Elsen (2002), apesar de o cuidado estar associado à relação avós-filhos-netos, ele também se manifesta na relação entre os membros da mesma geração. No que tange à intergeracionalidade, além do cuidado desempenhado entre pessoas de gerações diferentes, Ribeiro (1990 apud. Elsen, 2002, p. 20) salienta que –a família com história intergeracional conflituosa, com influência de aporte socioeconômico e rede de suporte social quase ausente, apresenta dificuldades em cuidar de seus membros, o que resulta em negligência e/ou violência física contra seus filhos.

Outro ponto destacado por Elsen (2002) a respeito do cuidado familiar é o caráter "biopsicossociocultural" da família, apontando que o cuidado não é um fenômeno isolado, mas se insere no contexto ao qual a família se insere. Isso significa que a manifestação do cuidado no âmbito familiar se baseará na história da família, com base nas relações construídas entre seus membros, como também são permeadas por fatores externos como aspectos culturais e sociais que permeiam a sociedade na qual a família está inserida.

Na relação familiar, o cuidado é marcado por uma série de valores como –o altruísmo, a compaixão, a responsabilidade social, mas também o controle social, o sacrifício e a exclusão (Krmptic & Ieso, 2010, p. 100,). Além disso, a forma como o cuidado se manifesta é permeada por aspectos sociais e culturais, e valores construídos nas relações intra e extrafamiliares (Elsen, 2002).

Entre os aspectos culturais que permeiam o cuidado, podemos destacar as relações de gênero envolvidas na prática. Krmptic & De Ieso (2010) apontam que não há dúvidas quanto aos valores e símbolos envolvidos na divisão dos cuidados e responsabilidades entre os gêneros, depositando sobre as mulheres a incumbência sobre as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos e aos homens, o dever de garantir o provimento.

Relacionado à reprodução de aspectos culturais referentes à relação de gênero e à atribuição das tarefas domésticas, Aguirre (2007, apud Krmpotic & De Ieso, 2010) aponta que o cuidado como conceito foi sendo construído a partir da observação da prática cotidiana e que, por ter como ênfase o caráter doméstico, contribuiu para o reforço de certos padrões culturais que impactaram a divisão do trabalho doméstico, colocando o homem como a figura responsável pelo provento, cabendo à mulher a responsabilidade sobre o cuidado com a casa e com os filhos, uma vez que o modelo cultural de cuidado reforça a habilidade natural para o cuidado associada às mulheres (Batthyány, Genta & Scavino, 2019).

A construção da prática do cuidado foi ainda, segundo Moura & Araújo (2004, p. 45), influenciada pela produção de subjetividade dos indivíduos, que modela –sua percepção, sua memória, sua sensibilidade e a forma como se relacionam. Segundo os autores,

Parte-se, pois, da ideia de que, historicamente, o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e práticas relacionadas à maternagem, apresentam são produzidas por uma série de agenciamentos sociais, dentre os quais os discursos e práticas científicas assumem um importante papel (Moura & Araújo, 2004, p. 45).

Kehdi (2017) destaca que a construção da fundamentação do cuidado como tarefa feminina se deve a duas vertentes teóricas: a biológica e a cultural. A primeira tese é relacionada ao investimento parental, supondo que –a mulher seria mais predisposta ao cuidado dos filhos com base no argumento funcional e evolutivo de que seu investimento parental é maior que o do homem (Kehdi, 2017, p. 62). Já a perspectiva cultural, está relacionada a padrões considerados aceitáveis pelos membros da comunidade, padrões estes reproduzidos entre as gerações.

Conforme sinalizamos ao longo do capítulo sobre família, as transformações sociais, políticas e econômicas ao longo dos séculos impactou o comportamento dos seres humanos, bem como sua forma de se relacionarem com o outro e com a natureza. No que se refere ao cuidado familiar com as crianças, a atribuição da prática às mulheres é uma característica da modernidade.

Com a substituição do Modo de Produção Feudal, pelo Modo de Produção Capitalista, mudou-se a forma como o trabalho é compreendido, e consequentemente, a forma como as pessoas se relacionam. Gama (2014, p. 31) sinaliza que o novo modelo de organização econômica muda –não apenas as

condições de produção material, mas também as condições de produção de seres. Sobre as consequências do novo modelo econômico vigente, a autora sinaliza que

Esse contrato também estabelece uma série de alterações na relação entre produção e reprodução social, como: o contrato sexual (Pateman, 1993), a invisibilidade do trabalho reprodutivo, o *status* inferiorizado das mulheres e o teor e a natureza das relações familiares (Gama, 2014, p. 32).

Segundo Moura & Araújo (2004), entre os séculos XV e XVIII na Europa, a organização familiar era pautada na figura masculina como autoridade, enquanto mulheres e crianças estavam submissas à autoridade paterna. Além disso, crianças eram tratadas como adultos, e aprendiam desde muito cedo os ofícios e práticas através da convivência e da execução das tarefas. Destaca-se também que durante este período era elevada a taxa de mortalidade infantil.

Com a ascensão da burguesia, e da necessidade de transmissão de bens entre os herdeiros, era fundamental a sobrevivência das crianças, imperando a valorização do amor materno em detrimento da autoridade paterna. Diante deste cenário, os argumentos em prol da defesa da infância mudaram o papel atribuído à mulher nas famílias em dois aspectos

(...) (1) um discurso econômico, apoiado em estudos demográficos, que demonstrava a importância do numerário populacional para um país e alertava quanto aos perigos (e prejuízos) decorrentes de um suposto declínio populacional em toda a Europa e (2) uma nova filosofia - o liberalismo - que se aliava ao discurso econômico, favorecendo ideais de liberdade, igualdade e felicidade individual (Moura & Araújo, 2004, p. 46).

As autoras supracitadas destacam ainda que a construção e propagação do discurso de que as mulheres deveriam permanecer em casa cuidando dos filhos tinha fundamento biológico, uma vez que, por se a mulher a responsável por gestar e parir, o cuidado com as crianças faria parte da natureza feminina. Aindade acordo com as autoras, como parte do discurso de que o cuidado com as crianças era responsabilidade feminina, passou-se a valorizar a figura da -mulher- mãe, a -rainha do lar, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico (ibidem, 2004 p. 47).

A valorização da figura da mulher, que se apaga diante do papel de mãe, a colocou, conforme sinaliza Badinter (1985), como o eixo da família. Segundo a autora, a mudança na mentalidade da sociedade sobre o papel a ser desempenhado pelas mulheres passou a questionar a autoridade paterna diante da relação mãe-filho.

Para Badinter (1985, p. 223),

A maternidade torna-se um papel gratificante pois está agora impregnado de ideal. O modo como se fala dessa –nobre função||, com um vocabulário tomado à religião (evoca-se frequentemente a –vocaçã|| ou o –sacrifício|| materno) indica que um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma –santa mulher||. A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho.

Sobre os valores que permeiam a definição das responsabilidades de homens e mulheres, Krmpotic & Ieso (2010, p. 97 – tradução nossa) afirmam que

A construção e internalização de modelos masculino e feminino, nos quais a distribuição de cuidados e responsabilidades parece estar inscrita, é alimentada por valores e símbolos que não deixam dúvidas: a dor se integra simbolicamente ao gênero feminino, a partir da maldição bíblica, como necessário no parto, até as habilidades históricas das mulheres: o governo do lar e o cuidado dos filhos. O homem está reservado para transformar a natureza por meio do trabalho e cuidar com base no sustento material da família.

Considerando as diferenças na forma de organização das famílias de camadas médias/altas e as famílias de camadas populares, Moura & Araújo (2004) evidenciam o caráter filantrópico da intervenção estatal junto a seus membros.

Apesar das especificidades inerentes à constituição do Estado moderno no Brasil, as transformações no âmbito familiar, e na atribuição do cuidado à figura feminina, também se deu com a ascensão da burguesia nacional. No Brasil, o discurso higienista presente no modelo de modernização do país também se fez presente na construção da ideia de cuidado como inerente à natureza feminina, que –permitiu não somente a culpabilização das infratoras, mas a instalação de um sentimento de anomalia|| (Moura & Araújo 2004, p. 49).

É importante destacar que, apesar da construção da ideia de que a mulher cuida melhor das crianças em função de suas características biológicas e todos os efeitos resultantes da disseminação deste pensamento na organização da sociedade, é preciso considerar as desigualdades entre as classes e o papel desempenhados por mulheres de diferentes classes. Se nas camadas médias/altas as mulheres ficaram restritas às tarefas do âmbito doméstico, nas camadas populares, a inclusão de mulheres nos postos de trabalho era uma constância, mesmo que ocupando uma posição desvalorizada em comparação com os homens. Carvalho et. al. (2008, p. 432) sinalizam que a –imagem que formamos da vida feminina na Antiguidade refere-se principalmente às camadas privilegiadas,



excluindo escravos e escravas, e também os homens e mulheres livres de condição social inferior<sup>18</sup>.

Sobre a atribuição do trabalho doméstico não remunerado como de responsabilidade feminina, Gama (2014) sinaliza que o discurso no campo do afeto se apresenta como mais um fator ideológico para reprodução dessa ideia. Segundo a autora,

(...) essa noção está ligada às relações afetivas no interior da família e baseada na –disponibilidade<sup>19</sup> de tempo das mulheres. Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita –privada<sup>20</sup>, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e da educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres (ibidem, p. 34).

A mudança no cenário referente à organização familiar e à execução do trabalho doméstico transformou também a percepção sobre o trabalho, antes considerado somente o produtivo. Hirata & Kergoat (2007, p. 597) apontam que a crescente luta de movimentos feministas expôs uma realidade sobre a condição feminina, principal responsável pela execução de um trabalho invisível, para outros, de forma gratuita, –em nome da natureza, do amor e do dever materno<sup>21</sup>. Para as autoras, tais movimentos potencializaram o pensamento e formulação teórica sobre a divisão sexual do trabalho<sup>18</sup>.

Apesar da presente desigualdade de gênero na divisão dos trabalhos domésticos, Cavalcanti et al (2012) sinalizam que há uma mudança na organização familiar e na divisão dos papéis desempenhados entre homens e mulheres no que tange o cuidado com os filhos. Entretanto, as autoras destacam que essa participação masculina ainda está associada à escolha deles, enquanto às mulheres é imposta essa responsabilidade.

As autoras supracitadas destacam ainda que

Nas vozes masculinas, as representações sobre as questões geradoras são fundamentais, demonstrando que entre o ser e o fazer, entre prover e o cuidar as distâncias ainda revelam assimetrias de gênero, apesar das eventuais inserções do homem no papel de cuidador. Os conflitos entre as atividades externas e o tempo dedicado ao trabalho doméstico e ao cuidar de crianças pequenas ainda têm caráter

<sup>18</sup> Para Hirata e Kergoat (2007, p. 599), a divisão sexual do trabalho é –a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos<sup>22</sup>, pautada em –dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem –vale<sup>23</sup> mais que um trabalho de mulher<sup>24</sup>). Gama (2014, p. 38) sinaliza que –o conceito de divisão sexual do trabalho visa, além de denunciar as desigualdades entre homens e mulheres, repensar o próprio –trabalho<sup>25</sup>. O ponto de ancoragem é a ideia de que o trabalho doméstico é um –trabalho<sup>26</sup> e que, portanto, a definição deste deve obrigatoriamente incluir aquele<sup>27</sup>.

fortemente marcado para ser exercido por mulheres (Cavalcanti et al, 2012, p.195-196).

Ainda que as mudanças que marcaram o cenário familiar, a partir da década de 1960, com tecnologias de controle de natalidade e a maior inserção da mulher – não pertencente às classes mais empobrecidas, que sempre trabalharam, e muito, fora de casa – no mundo do trabalho (Sarti, 2005) tenham representado marcos importantes para a emancipação feminina, no âmbito doméstico, ainda cabe majoritariamente à mulher a responsabilidade pelo cuidado com a casa e com os filhos.

O cuidado no âmbito doméstico está ainda perpassado por duas grandes desigualdades: a desigualdade de gênero e a desigualdade social. De gênero, porque ainda cabe majoritariamente às mulheres o desempenho das tarefas relacionadas ao cuidado, seja assumindo papel como cuidadora principal, seja ajudando outras mulheres a desempenharem funções de cuidado (Krmpotic & Ieso, 2010).

Segundo as autoras,

O papel que a sociedade atribui à mulher, como gênero, condiciona-a a cuidar do outro, aprender a ter empatia, raciocinar e, portanto, perceber e se identificar mais com as necessidades dos outros do que com as próprias, assim como, em geral, colocar os interesses e desejos dos outros antes dos seus (ibidem p. 98 – tradução nossa).

A desigualdade de classe, por sua vez, está relacionada às consequências dessa responsabilização, uma vez que as mulheres são as que mais sofrem com as dificuldades em conciliar as demandas de cuidado com o mercado de trabalho (Krmpotic & Ieso, 2010; Batthyány, Genta & Scavino, 2019). Além disso, a necessidade de terceirização do cuidado abriu margem para a formação de redes informais de cuidado, papel ocupado por –mulheres de baixa escolaridade, sem emprego e condições sociais subalternas (Krmpotic & Ieso, 2010, p. 97).

Apesar da iminente desigualdade que permeia as relações de cuidado, Sorj (2014) destaca que a terceirização das tarefas domésticas (e de cuidado) é responsável pela inserção das mulheres no mercado de trabalho, de forma direta e indireta.

De maneira direta porque atrai um grande contingente de mulheres que desempenham profissionalmente o trabalho exercido sem remuneração no âmbito da casa, e tarefas que ligadas aos afazeres domésticos e de cuidado com os outros.

E indireta, na medida em que permite outras mulheres, ao delegarem essas tarefas às trabalhadoras domésticas, participar no mercado de trabalho (Sorj, 2014, p.124).

No contexto da política de assistência social, a desigualdade de gênero nas relações familiares que envolvem o cuidado são notadas presentemente. Se sabe que na realidade da população atendida pelos serviços e equipamentos da área de assistência social há a prevalência das famílias monoparentais femininas, entretanto, nos casos em que a figura paterna é presente no cotidiano familiar, são poucas as vezes em que o homem é inserido no acompanhamento profissional.

Segundo Oliveira (2018)

(...) como a atribuição de cuidar persiste sendo designada como responsabilidade materna, raramente os pais (homens) são convocados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD) como corresponsáveis por eventual negligência, em cuja autoria as mães figuram majoritariamente (ibidem, p. 125).

No contexto da instituição em que a pesquisa de campo foi realizada – cujos dados serão apresentados no capítulo a seguir – três crianças têm seus pais conhecidos pela equipe, apesar de apenas duas terem a figura do genitor como referência no momento do acolhimento institucional. Desses três casos, apenas um conta com a presença frequente do pai nas visitas e acompanhamentos realizados pela equipe técnica.

As reflexões sobre cuidado expostas nesta dissertação estão longe de esgotar o debate sobre o tema. Nossa proposta é apresentar subsídios para fomentar a reflexão e a discussão sobre elementos presentes no cotidiano profissional daqueles envolvidos na intervenção junto às famílias, dentre eles, profissionais que atuam com acolhimento institucional. Além disso, ao longo deste trabalho, buscamos apresentar considerações que possam contribuir com o debate sobre a relação entre o que se considera violência contra crianças e formas de cuidado, considerando aspectos socioculturais que permeiam as relações sociais.

## 4

### **Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos à violência intrafamiliar contra crianças e cuidado**

#### **4.1.**

#### **Percurso metodológico**

##### **4.1.1.**

##### **Coleta de dados**

Para a realização desta pesquisa, utilizamos como método de produção de dados a entrevista semi padronizada com famílias que tiveram seus filhos inseridos em instituições de acolhimento, além de entrevista semi padronizada com profissionais das instituições de acolhimento.

O roteiro da entrevista com os familiares foi composto por 3 blocos: o primeiro bloco teve como objetivo conhecer o perfil socioeconômico dos entrevistados, o segundo bloco correspondeu a perguntas relacionadas à família. O terceiro bloco, por sua vez, concentrou as perguntas referentes a cuidado e violência.

A entrevista com as profissionais teve estrutura semelhante à da entrevista com as famílias, com os mesmos blocos de perguntas seguindo a mesma divisão, mudando apenas as perguntas que compõem cada bloco.

As entrevistas, como método de produção de dados, começam a ser usadas predominantemente na região de língua alemã (Flick, 2009). Especificamente a entrevista semi padronizada, foi proposta pelos psicólogos Brigitte Scheele e Norbert Groeben nas décadas de 1980 e 1990. As entrevistas semi padronizadas são compostas por três elementos: as questões abertas, as perguntas controladas pela teoria e as questões confrontativas.

Flick (2009) aponta que esse método possibilita a percepção mais clara sobre a opinião do entrevistado, e que

a técnica da disposição da estrutura também oferece um modelo para a estruturação dos conteúdos das entrevistas no qual são utilizados diferentes formas de questões. O fato de essa estrutura ser desenvolvida juntamente com o entrevistado durante a

coleta de dados, e não meramente pelo pesquisador na interpretação, faz dela um componente de dados (Flick, 2009, p. 153).

Ou seja, os três elementos, quando aplicados em conjunto ao longo da entrevista, possibilitam ao pesquisador compreender o conhecimento que o entrevistado tem à mão, explicitar o conhecimento implícito do entrevistado e proporcionar ainda a revisão crítica dessas teorias, fazendo com que o pesquisador tenha contato com as contradições ainda no momento da entrevista, uma vez que –o pano de fundo teórico para essa abordagem é a reconstrução dos pontos de vista subjetivos‖ (Flick, 2009, p 153).

Além da entrevista semi padronizada, analisamos os relatórios técnicos confeccionados pela instituição de acolhimento sobre cada caso, a fim de perceber as diferenças entre a visão da família e a visão profissional sobre o(s) motivo(s) que levou(aram) as crianças ao acolhimento.

Sobre o uso da análise documental como forma de produção de dados, Cellard (2008) aponta que o documento permite, em parte, a não influência do pesquisador sobre o –conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida‖ (p. 295).

Sendo assim, foi feita a triangulação de métodos para a produção de dados durante a pesquisa de campo, uma vez que, como apontado por Jick (1979 apud Minayo, 2005, p. 30) –(...) cada método, por si só, não possui elementos mínimos para responder às questões que uma investigação específica suscita‖.

#### **4.1.2. Escolha do campo de pesquisa**

Para a realização desta pesquisa, planejamos ter acesso aos casos de acolhimento presentes nas instituições que oferecem o Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Abrigo Institucional, nos limitando ao município do Rio de Janeiro como espaço geográfico. Para isso, foi realizado levantamento das instituições de acolhimento (serviço de acolhimento institucional) no município do Rio de Janeiro. Para mapeamento das unidades, utilizamos a relação das

instituições de acolhimento do Estado do Rio de Janeiro<sup>19</sup> disponível no endereço eletrônico do Módulo Criança e Adolescente<sup>201</sup> (MCA). A partir desta busca, realizada no primeiro semestre de 2020, foi possível identificar que existiam 34 instituições de acolhimento para crianças e adolescentes no município, incluindo as instituições de gestão pública e privada.

Outro critério utilizado para delimitação do campo de pesquisa foi a faixa etária atendida por essas instituições, em que as crianças atendidas por elas deveriam ter entre zero e seis anos no primeiro semestre de 2021, uma vez que crianças nesta faixa de idade demandam cuidados mais específicos, além da mobilização da sociedade em defesa da primeira infância como defesa do futuro do país<sup>22</sup>. Dentre as instituições de acolhimento listadas, 21 atendiam crianças em idade referente à primeira infância (6 anos), apesar de 2 acolherem crianças a partir dos 6 anos. Sobre a idade máxima de atendimento, 8 instituições atendiam exclusivamente crianças com idade correspondente à primeira infância, conforme tabela a seguir.

Tabela 2 - Instituições que oferecem o Serviço Acolhimento Institucional na modalidade Abrigo Institucional no município do Rio de Janeiro, com faixa etária de atendimento e o bairro onde estão localizadas (primeiro semestre/2020).

<b>Instituição</b>	<b>Faixa de idade</b>	<b>Bairro</b>
Abrigo Amanhecer Amparo à Infância	3 a 6 anos	Senador Camará
Abrigo Evangélico da Pedra de Guaratiba	0 a 5 anos	Guaratiba
Associação Obra de Assistência a Infância de Bangu	2 a 6 anos	Bangu
Casa lar Balthazar	0 a 6 anos	Taquara

<sup>19</sup> Informação disponibilizada pelo Módulo Criança e Adolescente (MCA), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) <[http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/relacaodeinst.fevereiro\\_198.pdf](http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/relacaodeinst.fevereiro_198.pdf)>, atualizado em fevereiro de 2020.

<sup>20</sup> Sistema criado pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, através da Resolução GPGJ nº 1.369, de 25 de maio de 2007, com o objetivo de criar um cadastro eletrônico contendo as informações referentes às crianças e adolescentes acolhidos no Estado do Rio de Janeiro, permitindo a integração entre todos os órgãos e entidades de proteção envolvidos na medida de acolhimento. O preenchimento dos dados pelas entidades envolvidas no acolhimento é obrigatório, conforme prescrito na Lei Estadual nº 6937, de 17 de Dezembro de 2014.

<sup>21</sup> <http://mca.mp.rj.gov.br>.

<sup>22</sup> Para saber mais sobre essa discussão, ver Silva (2016), Medeiros (2018) e Terra (2019).

Obra do Berço	1 a 6 anos	Lagoa
Unidade Municipal de Reinserção Social Ana Carolina	0 a 4 anos	Ramos
Unidade Municipal de Reinserção Social Bia Bedran	0 a 2 anos	Botafogo
Viva Cazuza	0 a 6 anos	Laranjeiras

Fonte: Módulo Criança e Adolescente

Das instituições listadas acima, descartamos a Obra do Berço, por ser o local de trabalho da pesquisadora, que tem contato diário com as situações que levaram as crianças ao acolhimento institucional, podendo comprometer a análise dos dados coletados. Optamos também por não considerarmos as duas Unidades de Reinserção Social, uma vez que a mudança de gestão municipal poderia comprometer o andamento desta pesquisa. Também não foi possível a realização da pesquisa na Sociedade Viva Cazuza, já que esta encerrou suas atividades em dezembro/2020<sup>23</sup>.

Para a viabilização da realização da pesquisa de campo, o projeto de qualificação passou por banca de avaliação e, após aprovação, foi submetido à Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a fim de serem resguardados os aspectos éticos necessários para a realização de pesquisa envolvendo seres humanos, principalmente quando estes se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A realização da pesquisa de campo só foi possível após o recebimento de parecer favorável da Câmara de Ética em Pesquisa, datado do dia 08 de outubro de 2020 (Anexo 1).

O contato com as instituições de acolhimento foi feito pela pesquisadora, inicialmente através de ligação com os números de telefone disponibilizados na relação do MCA, buscando pela equipe técnica da instituição para apresentar a proposta de pesquisa, com envio de documentação necessária por correio eletrônico. Das quatro instituições possíveis para a realização da pesquisa,

<sup>23</sup><https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/10/15/sociedade-viva-cazuza-vai-encerrar-atividades-apos-30-anos.ghtml>

recebemos resposta positiva somente da Casa Lar Balthazar<sup>24</sup>. As demais instituições negaram ou não retornaram o contato.

#### **4.1.3. Aproximação com o campo de pesquisa**

A aproximação com o campo aconteceu no mês de março/2021, a partir de uma reunião com a assistente social da instituição, em que foi possível esclarecer as dúvidas sobre a realização da pesquisa, sobre o funcionamento da instituição, quantitativo de crianças acolhidas, principal motivo de acolhimento, público a ser entrevistado, entre outras.

Nesta reunião falamos também sobre a presença de familiares visitantes na instituição, considerando as medidas de restrição impostas em função da pandemia de COVID-19, e foi esclarecido que as visitas estavam acontecendo com horário marcado para evitar a presença de muitas pessoas na instituição, e que estas aconteciam seguindo as orientações das autoridades sanitárias. Destacamos também que para a aproximação com o campo foi necessário apresentar teste negativo para COVID-19, uma vez que contraímos a doença durante o período de confecção desta dissertação.

O convite para a participação das profissionais da instituição foi feito pela pesquisadora, com apoio da equipe técnica. Antes de iniciar a entrevista, foi lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndices 1 e 2), momento em que foram elucidadas possíveis dúvidas sobre a participação na pesquisa, e o documento foi assinado em duas vias.

Optamos por entrevistar, além da equipe técnica da instituição, as profissionais envolvidas diretamente nas atividades de cuidado das crianças acolhidas. Além disso, decidimos não entrevistar as profissionais que trabalham no turno da noite em função da dificuldade em conciliar os horários da pesquisadora com o das profissionais da instituição, considerando a dificuldade eo tempo de deslocamento até a instituição. Outro fator decisivo foi a prioridade pela realização da entrevista presencial em função dos riscos envolvidos na participação dos entrevistados.

---

<sup>24</sup>Apesar do nome da instituição remeter à outra modalidade de acolhimento para crianças e adolescentes, a Casa Lar Balthazar atende crianças na modalidade de Acolhimento Institucional.



Sendo assim, foram realizadas 6 entrevistas semi padronizadas com profissionais da instituição, sendo uma assistente social, uma psicóloga e quatro cuidadoras.

Sobre a entrevista com os familiares, havia sido planejado entrevistar aqueles cujas crianças haviam sido acolhidas por –negligência, –abusos físicos ou psicológicos contra a criança ou adolescentel ou –carência de recursos materiais da família ou responsáveis de acordo com os dados do 26º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro, produzido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Entretanto, ao nos depararmos com a realidade do campo de pesquisa, nos foi informado que os principais motivos de acolhimento de crianças na instituição era –situação de ruall, –pais ou responsáveis impossibilitados de cuidar por doença, sendo o uso de álcool e/ou drogas pelos responsáveis o principal motivo de acolhimento.

A escolha dos familiares a serem entrevistados foi feita com apoio da equipe técnica da instituição, que apresentou brevemente a história das famílias após o acolhimento de suas crianças. Segundo a equipe, todos os familiares poderiam ser entrevistados, mas não sabiam se aceitariam participar em função da resistência que apresentam à equipe.

O convite para a participação na entrevista foi feito com mediação da equipe técnica da instituição, que apresentou a pesquisadora, falou brevemente sobre a pesquisa e esclareceu que as informações ditas pelos familiares não teriam relação com o processo de acolhimento das crianças. Assim como na entrevista com as profissionais da instituição, foi lido o TCLE, e elucidadas todas as dúvidas dos participantes, que assinaram o documento em duas vias antes de iniciarmos a entrevista. No período em que a pesquisa foi realizada, havia 9 crianças acolhidas na instituição, porém duas foram desligadas antes que pudéssemos fazer contato com os familiares.

Das 7 crianças acolhidas, apenas uma não possuía nenhuma referência familiar e uma recebia visitas esporádicas, intercalando com períodos de ausência. Fizemos o convite para 6 familiares, de cinco crianças acolhidas, porém, a mãe de uma delas desistiu de participar quando falamos sobre os riscos envolvidos na participação da pesquisa, principalmente o desconforto emocional, alegando não estar bem para participar. Notamos que essa mãe estava muito emocionada no momento da visita, com olhos marejados, chorando em alguns momentos,

extremamente mobilizada com sua situação. Cabe destacar ainda que a mãe havia sido comunicada sobre a data da audiência de reavaliação<sup>25</sup> momentos antes da entrevista, e não sabemos até que ponto a proximidade da audiência pode ter lhe causado desconforto.

Sendo assim, foram feitas 5 entrevistas a familiares de 4 crianças acolhidas na instituição. Consideramos apenas os familiares que mantinham contato com as crianças antes do acolhimento, descartando a possibilidade de entrevista com os familiares que se aproximaram após o acolhimento, uma vez que, segundo a equipe, a aproximação se deu em função de possível reintegração familiar e não por serem referência para a criança ou equipe no momento do acolhimento.

Todas as entrevistas foram gravadas para posterior transcrição, conforme previsto no TCLE, sendo garantido o anonimato dos participantes, bem como das pessoas citadas por eles. Os entrevistados foram identificados através de código formado por letras e número, de acordo com a relação com a instituição, sendo a letra -P|| para identificação das profissionais da unidade e a letra -F|| para identificação dos familiares. Incluiremos ainda as letras F e M para identificação do sexo dos entrevistados. A escolha dos números atribuídos aos entrevistados será aleatória para impedir a possibilidade de identificação. Todas as entrevistas foram realizadas entre os meses de março e abril de 2021, na sede da instituição de acolhimento, sem agendamento prévio, encontrando os familiares nos momentos de visitas às crianças.

#### **4.1.4. Análise dos dados**

Para análise e interpretação dos dados coletados, utilizamos o método da interpretação de sentidos, que é uma –perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: (a) palavras; (b) ações; (c) conjunto de inter-relações;

---

<sup>25</sup> As audiências de reavaliação estão previstas no parágrafo 1º do artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, em que diz que –Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. No Estado do Rio de Janeiro, as audiências aconteceram historicamente nos meses de Abril e Outubro, conforme previsto no Ato Executivo 4.065/09 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, com a alteração do ECA em 2017, que reduziu de 6 para 3 meses o intervalo entre as audiências, os processos de acolhimento passaram a ser reavaliados também nos meses de Janeiro e Julho.

(d) grupos; (e) instituições; (f) conjunturas, dentre outros corpos analíticos (Gomes et. al. 2005, apud Gomes, 2016, p. 87).

Esse método tem, como algumas de suas fundamentações, o princípio da cultura como socialmente estabelecida (Geertz, 1989) e as concepções da hermenêutica e da dialética, que pretende compreender as relações situadas em um determinado contexto sócio-histórico.

Dessa forma, foi possível compreender sentidos atribuídos ao cuidado e à violência contra crianças pelos sujeitos da pesquisa, como também analisar se há influência do pensamento conservador<sup>26</sup> na avaliação das profissionais responsáveis por operar a medida de proteção sobre a prática do cuidado, considerando que grande parte das famílias acompanhadas por instituições de acolhimento institucional pertence às classes mais empobrecidas da sociedade.

Para análise dos dados produzidos, realizamos uma leitura atenta aos depoimentos, a fim de nos apropriarmos sobre o material produzido. Foi feito um documento com comentários gerais e primeiras impressões, permitindo a visão do material como um conjunto. Após essa etapa, separamos o material produzido em duas categorias: entrevistas dos familiares e entrevistas das profissionais.

Na análise das entrevistas dos dois grupos, utilizamos a categorização das perguntas em três núcleos de sentidos: família, violência e cuidado. Nesse momento, foi possível perceber os pontos de encontro e divergência entre as opiniões dos entrevistados.

#### **4.1.5. Perfil dos entrevistados**

Todas as profissionais possuem vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e o tempo de serviço na instituição varia entre um mês e seis anos de trabalho, tendo profissionais que trabalham na instituição desde a sua fundação. Outra variante no perfil das profissionais da instituição é a idade, em que a funcionária mais nova tem 29 anos de idade e a mais velha tem 47 anos.

<sup>26</sup> A história do Brasil foi marcada pela associação dos pobres ao perigo para a sociedade (doenças, crimes, promiscuidade, entre outros). Tal pensamento fundamentou a intervenção do Estado nas famílias pobres, consideradas como incapazes de cuidar de seus filhos, principalmente na atuação voltada para a infância, tendo em vista a ideia de que as crianças seriam o futuro da nação (Rizzini, 2011b). Pierucci (1987, apud. Sarti, 2011) aponta que tal associação ainda é presente no imaginário das camadas médias e altas na cidade de São Paulo.

No que tange a formação, somente a equipe técnica possui formação superior, e a maioria das cuidadoras completou o Ensino Médio. Entretanto, apenas uma delas informou ter feito curso específico para a formação de cuidadores.

Somente as profissionais da equipe técnica souberam responder de imediato o motivo de acolhimento das crianças na instituição. Quando perguntadas sobre o principal motivo de acolhimento das crianças, as cuidadoras interpretaram a pergunta como –objetivo do trabalho, mas comentaram de forma geral, levantando aspectos como negligência, formas de violência, –falta de condição psicológica. Apenas uma cuidadora disse que não sabia responder.

Importante destacar que a dificuldade das cuidadoras em responder a esta pergunta se deve ao fato de desconhecem e/ou conhecerem pouco a história das crianças acolhidas e suas famílias. A preocupação da equipe em manter o sigilo sobre as informações do processo de acolhimento, o medo de estigmatização das crianças em função de sua história e a pouca capacitação das cuidadoras sobre o serviço de acolhimento podem ser algumas das razões para o desconhecimento sobre os motivos de acolhimento de crianças na primeira infância.

Além disso, na instituição em tela, as cuidadoras têm pouco contato com os familiares, uma vez que quem acompanha as visitas são as técnicas. A interação entre as profissionais e os visitantes se dá somente no momento em que a criança é levada para a visita, informação relatada por mais de uma profissional entrevistada.

A instituição de acolhimento em questão não possui homens no seu quadro de funcionários, o que nos fez refletir sobre a influência dos papéis de gênero nas tarefas que envolvem cuidado com crianças, em que compete às mulheres a realização de tais tarefas.

O perfil dos familiares entrevistados é composto por pessoas entre 24 e 40 anos de idade, majoritariamente mulheres, com baixa escolaridade, em que apenas 1 dos entrevistados concluiu o Ensino Fundamental. Além disso, nenhum dos entrevistados possui fonte de renda formal e apenas os 2 homens entrevistados estão inseridos no mercado de trabalho, ainda que informalmente. Das três mulheres entrevistadas, duas informaram trabalhar esporadicamente, apenas ajudando o trabalho do companheiro, enquanto uma delas não exerce nenhum tipo de atividade remunerada.

Todos os entrevistados são pais ou mães de crianças acolhidas, e quatro entre os cinco entrevistados eram os responsáveis pelos filhos no momento da aplicação da medida de acolhimento. Apenas uma das nove crianças acolhidas na instituição em abril de 2021 estava sob os cuidados da família extensa quando foi acolhida, e a referência familiar se perdeu.

Sobre o local de moradia dos entrevistados, quatro entre os cinco entrevistados residem em bairros vizinhos ao bairro em que a instituição está localizada, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, resguardando assim a proximidade do acolhimento em relação ao território de origem da criança, conforme previsto no artigo 101, parágrafo 7º do ECA. O único entrevistado que reside em bairro da Zona Norte da cidade não residia com a criança no momento do acolhimento.

No que diz respeito aos moradores na casa das famílias no momento do acolhimento das crianças quatro entrevistados residiam apenas com o(a) cônjuge, e um residia com cônjuges e filhos, ou seja, todos com a família nuclear. Após o acolhimento, o cenário se alterou, em que dois entrevistados passaram a morar sozinhos e dois passaram a ter a figura de um membro da família extensa (avó da criança) residindo com a família. Somente 1 dos entrevistados teve sua organização familiar mantida com o acolhimento institucional.

Dos cinco familiares entrevistados, quatro souberam dizer com clareza o motivo que levou seus filhos ao acolhimento institucional. Uma das entrevistadas, apesar de saber o motivo, não levou em consideração o histórico de acompanhamento familiar pela instituição, informação que está presente no relatório técnico.

Apresentamos até o momento, os dados relativos às perguntas do primeiro bloco da entrevista com os familiares e profissionais, que tinha como objetivo conhecer o público participante da pesquisa. As informações referentes à compreensão dos dois grupos sobre família, cuidado e violência contra criança serão apresentadas a seguir.

## 4.2.

### Família é a base de tudo!

#### 4.2.1.

#### Compreensão de família

A família é vista de forma valorizada pela maioria dos familiares entrevistados. Para eles, a família é compreendida como um lugar de cuidado, respeito, carinho, considerada como base para a formação do indivíduo.

Família pra mim é tudo, entendeu. Família pra mim é uma pessoa que a gente tem que respeitar, entendeu. Com carinho, com tudo, entendeu.. Sem palavras (F.M.2)

Família é a base de tudo. Família é tudo. (F.M.3)

Assim como os familiares, as profissionais da instituição de acolhimento também levam em consideração o cuidado e os vínculos afetivos para explicar o que é família. Entretanto, para as profissionais, os vínculos que podem definir o grupo familiar extrapolam os vínculos sanguíneos e de parentesco, incluindo amigos, colegas de trabalho e as crianças acolhidas na instituição. Por ser formada a partir dos vínculos afetivos não é estática, se movimentando de acordo com as relações interpessoais. A família é considerada tudo na vida das entrevistadas.

Família é quando a gente cuida, que é o principal. A gente cuida deles, da família. Quer dizer, não é só da nossa família. Aqui eu considero todos como minha família, porque me acolheram, me deram oportunidade. Então são minha família. As crianças que são praticamente, eu sou a segunda mãe deles. (P.F.2)

Então, família pra mim não é algo fechado. Família pra mim é algo aberto, é a família consanguínea, é a família escolhida, é a família irmãos, é a família amigos, enfim, família é um conjunto de situações. É um conjunto de vínculos afetivos. (P.F.3)

Uma das profissionais entrevistadas sinaliza ainda a família como espaço fundamental para desenvolvimento do ser, espaço privilegiado onde é possível transmitir valores e a cultura daquela família, sendo influência positiva ou negativa para a vida de cada pessoa, dependendo de como foi sua experiência com a família na infância.

Família? Família é constituição do ser, né, do indivíduo, daquela criança, e acaba sendo a base para educação, a base pra valores, pra aquilo que vai constituir mesmo aquela criança. E a gente sabe que quando está desorganizada, desestruturada, isso tem um grande dano inclusive emocional pra aquela criança. (P.F.5)

Ferrari (2002) também aborda a importância do ambiente familiar e das experiências vividas para o desenvolvimento saudável da criança. Segundo a autora, –a criança necessita de uma figura afetiva estável para ir, por intermédio dela, construindo sua identidade. Seu processo de identificação será conturbado se esse ambiente, esse contexto que a recebe não for continente e protetor‖ (p.28). Destacando a importância das relações familiares como local privilegiado para o desenvolvimento da criança, Ferrari sinaliza ainda que a família –é uma unidade básica de desenvolvimento de experiências, de realização ou de fracasso, de saúde ou de doença‖ (ibidem, p.28).

Apesar de as relações familiares vistas como desorganizadas ou desestruturadas estarem historicamente relacionadas às famílias pobres (conforme abordamos no primeiro capítulo), o que se coloca nesse momento não se relaciona a classe à qual a família pertence, mas a importância de relações saudáveis entre os membros para o desenvolvimento físico, emocional e social daquela criança.

Vitale (2000, p. 90) descreve a socialização primária como a –interiorização da realidade a partir da relação entre criança e outros significativos‖ em que a família não é a única responsável por garantir esta socialização, mas se caracteriza como um local privilegiado.

Segundo a autora, as relações e experiências vividas na infância vão acompanhar a trajetória de vida das pessoas, influenciando ainda na forma como se relacionam na vida adulta e como percebem e interpretam suas vivências.

A criança vai se identificando com os outros significativos através de inúmeros mecanismos emocionais, absorvendo papéis e as atitudes destes –outros‖, isto é, por meio desta identificação vai se desenvolvendo o processo de construção da identidade‖ (ibidem, p. 90)

Considerando a influência que a história da família pode ter na situação que ocasionou o acolhimento das crianças na instituição em que realizamos a pesquisa, entendemos que seria importante conhecer como havia sido a experiência de cada familiar na infância.

Ao falarem sobre suas experiências como crianças, quatro dos cinco familiares entrevistados relataram ter vivido boas experiências, com relações de afeto fortalecidas e presença de referência parental. A figura materna também se faz presente no relato dos entrevistados como principal responsável pelos cuidados e pelo afeto.

Então minha infância pra mim foi boa, eu ficava mais dentro de casa. (F.F.1)

Bem, minha mãe sempre cuidou bem de mim. Até hoje (F.F.4)

Apenas uma das entrevistadas relatou ter vivido experiência negativa durante sua infância, além de não ter convivido com seus pais e irmãos quando criança.

Assim, eu não tenho experiência de pai e mãe, porque eu nunca tive. Eu sempre fiquei com a minha avó. Minha avó que me criava. Ah, foi horrível [a experiência], um desastre praticamente, porque eu já fiquei num abrigo também. Porque eu pedia dinheiro na rua quando eu era pequena, pra minha avó. (F.F.5)

Quando esta mãe foi perguntada o que considerava como família, sua experiência foi fundamental na formulação de sua resposta.

O que que é família pra mim? eu não sei, porque eu nunca tive (F.F.5)

Ainda na tentativa de conhecer melhor a história de vida dos familiares entrevistados, perguntamos se havia alguma coisa que seus pais lhe faziam e eles repetiam com os filhos. Três dos quatro familiares que responderam terem tido boas experiências na infância interpretaram a pergunta com base em aspectos negativos, afirmando não reproduzirem ou não terem vivido nada que os pais faziam com eles.

A mãe que havia vivenciado situações ruins na infância relembrou uma memória positiva sobre sua relação com a avó e se lamentou não poder fazer o mesmo pela filha que se encontra institucionalizada.

A minha avó fez meu aniversário e eu não consigo fazer pra minha filha. Em todos os aniversário que eu já, que eu, 1 ano, 2 anos, ela fazia meu bolo. Nem que fazia fiado, que pagasse depois, ela fazia. Eu não consigo fazer isso pra minha filha com ela nesse lugar (F.F.5)

Apenas um familiar entrevistado afirmou repetir na relação com os filhos a mesma experiência de amor e carinho que recebeu dos pais durante sua infância.

A minha mãe me dava de tudo. Minha mãe sempre me deu amor, carinho (...) minha mãe e meu pai sempre procurou sempre me dar de tudo. ***Existe alguma coisa que faziam com você que você faz com seu filho?*** Ah, acho que é amor. Eu sou muito apegado aos meus filhos. (F.M.3)



#### 4.2.2. Os vínculos familiares

A partir das respostas dos familiares entrevistados, foi possível perceber que a referência que eles possuem de família é pautada nas relações formadas a partir da laço conjugal, de 1º grau de parentesco, mesmo que ultrapassem o âmbito doméstico, como no caso de seus pais e irmãos. Apenas uma entrevistada citou membros da família extensa quando perguntamos quem, na opinião deles, era considerado como família.

Todo mundo. Minha mãe, meus irmãos, meus primos, todo mundo. (F.F.1)

Eu, meu filho, minha mãe, meu padrasto, o pai dele [do meu filho]. (F.F.4)

Conforme apresentado por nós no primeiro capítulo desta dissertação, a literatura<sup>27</sup> sobre família destaca que, nas famílias das camadas populares, as relações familiares estão baseadas na presença de redes de apoio que ultrapassam o âmbito privado e os papéis atribuídos por um padrão hegemônico. Por se tratar a família como uma relação de redes de apoio, a ausência destas redes também influenciam na configuração das famílias e no reconhecimento de seus membros.

No caso das famílias entrevistadas nesta pesquisa, apenas a entrevistada F.F.1, considera as relações além da família nuclear. As demais famílias acompanhadas pelo serviço de acolhimento tem pouca ou nenhuma rede de apoio, indicando que a fragilização e rompimento dos vínculos familiares perpassam gerações anteriores ao acolhimento de seus filhos.

Um dos entrevistados fala ainda que apesar das relações fortalecidas na infância, as mesmas não se mantiveram na vida adulta, sinalizando novamente a fragilidade dos vínculos familiares como uma característica das famílias atendidas pelo serviço.

Bom, minha mãe trabalhava e eu ficava em casa com meu irmão mais velho. Meu pai saía pra trabalhar e a gente tomava conta um do outro. E quando minha mãe chegava era uma festa só. Quando meu pai chegava, era uma alegria só também, mas quando se tratava de cuidado, não tinha, entendeu. Então pai e mãe, pra mim, foi só a minha mãe, entendeu, e carinho de pai mesmo, assim, um apoio, eu nunca tive. É isso aí.. Agora depois de grande cada um foi pro seu lado, todo mundo separou, então não tem mais aquela sintonia, entendeu. (F.M.2)

---

<sup>27</sup> Sarti (2005), Gelinski & Moser (2015).

No cotidiano do trabalho em uma instituição de acolhimento – medida protetiva de caráter provisório – o objetivo das profissionais envolvidas deve ser acompanhar a família de origem da criança, quando existir, para se avaliar se é possível ou não o retorno da criança ao convívio familiar. Uma das estratégias encontradas é o mapeamento das relações da família extensa, tanto para fortalecer as relações de ajuda mútua como uma alternativa para garantir que a criança acolhida possa permanecer em convivência com sua família. Essa foi uma realidade no caso de três crianças acolhidas na instituição em que realizamos a pesquisa, em que a reintegração aconteceu com o avô ou com tios.

Diferente dos familiares entrevistados, as profissionais participantes desta pesquisa consideram que, assim como na definição de família, a escolha de seus membros é pautada a partir das relações de afeto e de cuidado que, em muitas vezes extrapola os limites da família nuclear e de 1º grau de parentesco. Os membros da família são aqueles com os quais se pode contar, formando uma rede de apoio mútuo.

Família pode ser aquela pessoa que te dá abrigo, te dá carinho, te faz você se sentir bem. Isso também pode ser uma família, entendeu? Família não quer dizer necessariamente pai e mãe, pode ser também um tio, uma avó, desde que você esteja bem acolhido, bem cuidado, e ter uma boa, vamos dizer assim, educação. Porque educação não é a escola que dá, são os responsáveis. Então no meu ponto de vista, isso pra mim é família. (P.F.1)

Minha filha, meus pais, meu irmão. Todos os familiares paternos da minha filha são minha família, entendo como meus familiares também, por mais que não tenha o mesmo sangue. O pai da minha filha acaba sendo minha família também e os meus amigos mais próximos, aqueles que eu sei que eu posso contar também tenho como minha família. (P.F.3)

Nos chama atenção também o desempenho de funções de cuidado e atenção como decisivos para a compreensão e identificação dos membros da família. Por desempenharem funções de cuidado com as crianças que estão temporariamente privadas do convívio familiar, duas profissionais citaram se sentirem como familiares para as crianças acolhidas, apesar de afirmarem frequentemente não serem família das crianças, o sentimento envolvido extrapola as relações de trabalho.

São aqui, a casa é, a chefe, a psicóloga, a T. [supervisora], que sempre está do meu lado também, e acho que as cuidadoras da casa, a gente *somos* uma família, pra cuidar e acolher todas as crianças daqui. (P.F.2)

A minha família né. E agora aqui tá sendo uma segunda família também pra mim. Essas crianças estão sendo como se fossem meus filhos. (P.F.4)

Notamos que o reconhecimento da família e a identificação com seus membros, para as famílias das crianças acolhidas e para as profissionais, são pautadas na relação de afeto e no envolvimento com as tarefas de cuidado, em que sua presença ou ausência são determinantes para o estabelecimento das relações.

#### 4.2.3

#### **Relação entre família e a instituição de acolhimento**

O acolhimento institucional é uma medida protetiva, de caráter excepcional e temporário, cuja execução está vinculada à Política de Assistência Social. Sendo assim, são destinadas a todas as crianças e adolescentes que precisarem, por estarem em situações que coloquem em risco a sua vida ou os seus direitos, independentemente de cor, raça, gênero ou classe social a que pertença.

Na realidade da instituição de acolhimento campo desta pesquisa, o público atendido são crianças membros de famílias desassistidas pelo Estado, colocadas à margem da proteção social. São, em sua maioria, monoparentais femininas, pobres, sem referência única, que vivenciaram situações de violência ao longo de sua vida e por isso, acabam reproduzindo o que viveram no trato com os filhos.

Então, são famílias pobres, na maioria das vezes, famílias que estão negligenciadas pelo Estado, estão esquecidas pelo Estado, pelo governo, estão esquecidas pelas políticas sociais. Famílias, mães, que na maioria das vezes, já passaram por situações de violência e aí não conseguem exercer a maternidade de uma forma ali dentro dos parâmetros legais, e acabam escorregando porque tem outros exemplos de maternidade, enfim, tem outras vivências, outras culturas e acabam passando isso pros seus filhos. Acho que é esse o perfil. (P.F.3)

O que a gente percebe é que assim, são crianças muitas vezes que não tem referência, então ficam com terceiros. Não necessariamente é a família que cuida, então as vezes é um parente distante, as vezes, normalmente não é o pai ou a mãe, não é a família de origem (...) O que a gente percebe é que não é um perfil que tenha uma referência estruturada e uma referência única, vamos colocar assim. (P.F.5)

Becker (2005) fala sobre os casos em que o rompimento de vínculos familiares acontece e é necessária a intervenção do Estado para garantir o cumprimento do superior interesse da criança. Para a autora, apesar de existir uma confusão sobre as crianças que se encontram em situação de pobreza no Brasil,

essa situação precisa ser analisada do ponto de vista estrutural além da situação particular de cada família. Para a autora, –se abandono existe, não se trata de crianças e adolescentes abandonados por seus pais, mas de famílias e populações abandonadas pelas políticas públicas e pela sociedade<sup>l</sup> (ibidem, p. 63).

Sobre a negligência estatal, Bernardi (2020, p. 107) afirma que alguns autores já a relacionam com a negligência parental, –ao considerar a carência de políticas públicas e a forma seletiva e punitiva com que se dá a intervenção estatal nas situações nomeadas de negligência nas famílias das camadas populares<sup>l</sup>. Para a autora, ao adotarem o acolhimento institucional como a primeira medida de proteção diante das possíveis violações de direitos e/ou ausência de medidas alternativas que preservem os vínculos familiares, pode reproduzir a cultura da institucionalização, marca na intervenção junto à infância pobre ao longo da história do Brasil.

A falta de assistência do Estado e a não garantia de condições que possibilitem à família assumir os cuidados com os filhos foi percebido na fala de uma profissional, ao relatar que as famílias acolhidas na instituição passam por uma série de situações que culminam no acolhimento das crianças, que muitas vezes extrapolam um motivo específico que consta nos documentos processuais.

Principal motivo é pais ou responsáveis dependentes químicos, esse é o principal, o que mais a gente tem. É claro que dentro desse motivo a gente vê outros, mas o motivo que vai lá na Guia [de acolhimento] esse é o que dá mais proporção. (P.F.5)

A ausência do Estado em ações que pudessem prevenir as situações que levaram ao acolhimento das crianças na instituição está presente na fala dos familiares e nos relatórios técnicos elaborados pela equipe técnica da instituição. O principal motivo de acolhimento é a dependência química ou alcoólica por parte dos pais<sup>28</sup>, mesmo que esse não seja o motivo de acolhimento que consta na Guia de Acolhimento<sup>29</sup> ou no registro da criança no MCA. Motivo este que poderia ser evitado ou expressivamente minimizado com implementação plena da política de saúde mental, por exemplo.

<sup>28</sup> No Censo da População Infantojuvenil Acolhida no estado do Rio de Janeiro, elaborado pelo MCA/MPRJ, a dependência química e/ou alcoólica está inserido em –pais ou responsáveis impossibilitados de cuidar por motivo de doença<sup>l</sup> desde 2018, substituindo o motivo –pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas<sup>l</sup>.

<sup>29</sup> A Guia de Acolhimento é um documento obrigatório para todas as crianças inseridas em serviços de Acolhimento Institucional ou Acolhimento Familiar, confeccionado pela autoridade judiciária, instituída pela Instrução Normativa nº 03, de 03/11/2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Estado, através de seus equipamentos, apareceu como única alternativa de ajuda para dois familiares quando perguntados se contavam com a ajuda de alguém para cuidar de seus filhos. O que sinaliza a importância do Estado para famílias que tiveram seus vínculos familiares fragilizados ou a perda de referência com outras pessoas da rede de apoio.

*Você contava com a ajuda de alguém para cuidar de seu filho? Não, só do abrigo. (F.M.2)*

Ajuda eu tive dos outros, da rua, pedia um, a outro. Às vezes uma cesta básica, alguém pra ajudar. Eu ia no Cras [Centro de Referência de Assistência Social]. (F.F.5)

Apesar de uma compreensão sobre família divergir do padrão hegemônico, é possível perceber, no relato de alguns profissionais, a influência do estigma de incapacidade de cuidado com crianças atribuídos historicamente a essas famílias, quando falam sobre os familiares das crianças acolhidas na instituição.

Por terem outras experiências e reproduzirem formas de cuidado que podem divergir do aceitável pelo senso comum, as famílias são consideradas negligentes ou que não sabem cuidar. Em função de sua história de vida e do risco de perder o poder familiar dos seus filhos, na opinião de alguns profissionais, acabam se colocando de forma desesperada diante da equipe da instituição, afirmando querer mudar a situação que levou seu filho ao acolhimento, mas não conseguindo colocar em prática.

Eu não tenho muito contato com a família, mas o pouco assim que a gente pode observar, é porque existe casos e casos. Então assim, muita das vezes são famílias que **não soube cuidar dos seus filhos**, não sei usar a palavra direito, negligenciou o que tinha de direito de fazer por elas (...) E na outra maioria dos casos acho que é negligência mesmo. (P.F.1, grifo nosso)

Das poucas que eu tenho visto, a maioria são famílias que, parecem que, sinceramente, querem retirar os filhos, mas **ao mesmo tempo mostram um perfil de que eles estão melhores aqui**. Como se fosse uma coisa, como se fosse um fingimento quando está aqui. "Ah eu quero fazer isso", mas na verdade no fundo, no fundo, pra mim não quer fazer. Então é um perfil pra mim, meio que falso. (P.F.6, grifo nosso)

Talvez, a percepção equivocada sobre a realidade das famílias acolhidas na instituição se deva ao não envolvimento das profissionais responsáveis pelo cuidado direto com as crianças no processo de acolhimento, e seu consequente desconhecimento sobre a realidade das famílias e sobre a história de vida da criança anterior ao acolhimento.

Essa dificuldade de compreensão sobre o serviço de acolhimento como medida protetiva para crianças foi perceptível também quando perguntamos às profissionais sobre os principais motivos de crianças na instituição. Para as cuidadoras, as respostas foram marcadas por aspectos moralizantes, como falta de amor e carinho ou falta de estrutura psicológica dos pais.

### 4.3.

### **Violência e cuidado: duas faces da mesma moeda?**

#### 4.3.1.

#### **Sentidos atribuídos à violência contra criança**

A violência contra crianças é compreendida a partir de suas manifestações pelos familiares das crianças acolhidas na instituição, sendo presente nos relatos as formas mais concretas de violência, como a física e a sexual.

A covardia. A *molestação*. Essas coisas todas. (F.M.3)

Descuidado, falta de atenção. Maus tratos, abandono. (F.M.2)

Abuso né? Bater (F.F.4)

Apesar de o aparato jurídico e legal brasileiro repudiar qualquer forma de violência, a utilização da força física, de castigos e formas de violência como práticas educativas e de correção são citadas pela literatura como presentes na história do Brasil desde a chegada dos colonizadores portugueses (Guerra, 1998).

Levando em consideração a maneira como, historicamente, as práticas que reforçavam o lugar de poder do adulto em relação à criança. Sendo assim, ainda é comum que no cotidiano familiar algumas práticas – de cunho educativo – sejam toleradas, podendo ser interpretadas por algumas famílias como formas de cuidado, como "palmadinha de mãe" ou inserção no mercado de trabalho, desde que não sejam em excesso ou que prejudiquem a formação escolar das crianças.

Bater, agredir fisicamente, mesmo até machucar. Porque a criança é levada, crianças são terríveis né, mas assim, se você não dar uns tapinhas de vez em quando, eles também ficam demais (...) Acho que até chegar ao ponto de machucar a criança, pra mim, é agressão. (F.F.1)

Estupro, matar, fazer o filho fazer besteira no meio da rua. Isso não é um pai, uma mãe. Vender bala no meio da rua. Assim, eu vejo certo trabalhar, mas botar uma

criança pra vender coisa na rua, eu acho que não tá na hora dele fazer isso. Primeiro ele tinha que aprender alguma coisa na escola, entendeu? (F.F.5)

A violência foi compreendida pelas profissionais entrevistadas a partir de suas manifestações, podendo ser através da violência física, sexual, material, psicológica, sendo essa última considerada mais grave, por ser mais sutil e de difícil identificação.

Violência é quando maltrata. Que maltrata, bate, deixa na rua. De todas as formas... Eu acho que tem muitas formas de maltrato a uma criança. Só o fato de deixar às vezes em casa sozinho, sem nada, sem comida, sem... Eu não sei. Eu acho que tem muitas formas que nem eu mesma sei divulgar a maioria. Eu só sei que tem muita criança eu sei que a mãe bate, que o pai bate, às vezes não é nem pai, é parente... E muito mais que eu não sei mais identificar. (P.F.2)

Pra mim, violência contra criança é qualquer tipo de mal que você faz pra aquela criança, seja o mal psicológico, seja o mal físico. A gente tem um entendimento, bom, eu tenho um entendimento, a minha formação profissional me faz ter um entendimento, que muitas vezes a violência psicológica é pior do que a violência física e aí assim, a gente às vezes deixa isso esquecido. E pra mim violência é, você bater, você agredir, é uma violência. Você fazer tortura psicológica com aquela criança é violência. Você usar aquela criança pra conseguir alguma coisa, é uma violência. (...) E assim, eu acho que é isso. Qualquer mal que você faça direta ou indiretamente contra criança é uma violência. (P.F.3)

Sobre a dificuldade de reconhecimento e intervenção diante da violência psicológica, Oliveira (2018) afirma que, apesar de ser a única manifestação de violência que pode ocorrer de forma isolada, –constitui um tipo de violência reiteradamente minimizado e relativizado (p. 126).

A violação de direitos das crianças também foi apontada como uma forma de violência, mesmo que não seja uma ação direta contra a criança, como dificuldade no acesso à educação, por exemplo. Além das suas manifestações, foram considerados aspectos emocionais como falta de amor e respeito na definição de violência.

Eu acho que só o fato de você não prover aquilo que ela tem de direito, já é uma forma de violência. É claro que isso, de uma forma muito geral, falando de uma forma muito geral. (...) E aí às vezes a gente vai perceber que é muito comum, principalmente a violência psicológica. A física, a sexual, ela é muito direta, ela é muito concreta. Mas a psicológica ela é muito sutil. E isso a gente percebe que é muito fácil acontecer dentro da realidade dessas crianças que estão hoje aqui acolhidas. Por conta aí mesmo de não ter uma referência positiva, esses direitos, eles são violados, e isso não deixa de ser uma violência com aquela criança. (P.F.5)

Violência? tem ela tanto física, quanto psicológica, quanto dita. Tem a violência de você não saber entender realmente o que aquela criança, naquele momento necessita, você acaba invadindo o espaço daquela criança, e pra mim isso não deixa

de ser uma violência (...) Então você invadindo o espaço da criança e retirando dela o direito de fazer o que ela quer naquele momento, que ela acha que é certo, sem ela saber se é ou não, pra mim é uma violência. (P.F.6)

Uma das cuidadoras citou ainda a violência contra mulher como uma forma de exemplificar o seu ponto de vista.

Olha, eu acho que violência contra criança não é só o bater. Porque às vezes pode ser uma violência você pegar uma criança pelo braço bruscamente, porque isso também é uma violência. Você xingar a criança, isso também é uma violência. É como dar um exemplo da violência contra a mulher, se a violência contra a mulher pode ser uma palavra dita de um jeito errado, então com a criança eu também acredito que sim. (P.F.1)

Todas as pessoas entrevistadas têm clareza sobre o que é a violência contra crianças, mas notamos que os exemplos utilizados consideram apenas os extremos nas ações. Porém, quando a ação ou a violação de direitos possui a intenção de ensinar/cuidar ou se manifestam de formas sutis, é difícil definir com clareza que é uma forma de violência, como o uso do –tapinha de mãe para educar, por exemplo. Isso é muito determinado sócio historicamente no Brasil.

#### **4.3.2. Sentidos atribuídos ao cuidado**

Como apresentado em capítulos anteriores desta dissertação, o cuidado se manifesta no cotidiano das relações. Quando falamos do cuidado na relação entre adultos e crianças no contexto familiar, são levados em consideração os sentimentos envolvidos, as experiências vividas anteriormente, aspectos socioculturais e históricos, e as práticas no cotidiano.

Para os familiares participantes desta pesquisa, o cuidado com crianças é compreendido como garantia de proteção, suprimento das necessidades e de preparação das crianças para a vida.

Cuidado é cuidar deles, não deixar eles fazer muita besteira, não cair, conversar, mostrar a realidade no mundo, não esconder a realidade da vida. Não deixar passar necessidade, porque criança não sabe se tem ou se não tem, eles querem comer. (F.F.1)

Cuidado com criança é proteger. Proteger, [dar] atenção, carinho e respeito. (F.M.2)



Além disso, para os familiares o cuidado está relacionado a sentimentos e valores como amor, carinho, atenção e respeito, sendo fundamental o nutrimento de sentimentos positivos pelos filhos.

Assim como os familiares, para as profissionais entrevistadas o cuidado extrapola as ações que suprem necessidades temporárias das crianças, como banho, vestimenta e alimentação. Para este grupo, o cuidado é definido a partir de valores e sentimentos, como sinônimo de afeto, carinho, atenção e amor.

Cuidado não é só chegar e cuidar da criança, tem que ter afeto, carinho e amor pelo que faz. Cuidar, no caso. (P.F.2)

É o amor! Ah o amor, o carinho, a atenção, isso é o cuidado com a criança. (P.F.4)

Sobre ações e sentimentos envolvidos nas práticas de cuidado, Krmpotic & Ieso (2010, p. 97 – tradução nossa) afirmam que são –resultado de muitas ações pequenas e sutis, conscientes ou inconscientes, embora não possa ser considerada que sejam naturais ou sem esforço. Nas tarefas de cuidado são empregados sentimentos, ações, conhecimento e tempol.

Historicamente, o cuidado com as crianças foi atribuído exclusivamente à família – ainda que fosse presente o estigma da incapacidade. Ao longo desta dissertação apresentamos algumas ideias para auxiliar na compreensão do cuidado como fenômeno, entretanto, a privatização das práticas de cuidado e à responsabilização das tarefas ao âmbito familiar são heranças que conduzem para a família a exclusividade do cuidado com crianças.

Diante disso, falar sobre cuidado enquanto prática profissional ou responsabilidade coletiva se coloca como um desafio. No relato de duas profissionais da instituição, foi possível perceber a associação do cuidado com crianças com a prática da maternagem ou familiar, desconsiderando outras relações em que o cuidado se faz presente além do ambiente familiar, como o próprio espaço ocupacional.

Mas é o que eu falo *pras* meninas aqui, **quando cuidar deles eu me sinto mãe deles também**. Então o cuidado pra mim. Não é só dar banho, não é só vestir, o cuidado também tem que ser ensinar (P.F.1, grifo nosso)

Em primeiro lugar do cuidado é você gostar de cuidar da criança. E tudo que a gente faz pela criança tem que ser feito com amor. **Não só por profissionalismo, porque se não, não adianta** (...) Então pra mim, tem que ser feito com amor. **Como se realmente, nós fossemos, nós não somos, mas como se a criança fosse alguém da nossa família**. Eu acho assim, pra mim é assim (P.F.6, grifo nosso)

O cuidado pode ainda se manifestar em diversos aspectos, como o cuidado afetivo, emocional, material, com a saúde, passando através da relação com a criança, ensinamentos além da educação formal, além de uma referência para que a criança se sinta segura ao longo do seu desenvolvimento.

Acho que cuidado com criança perpassa por vários pontos. Eu acho que cuidado com criança, tem o cuidado, primeiramente eu acho que tem o cuidado afetivo, é você ser responsável por aquilo. (...) Os outros cuidados, não menos importantes, o cuidado material, com as coisas dela [sua filha], sempre tento dar as coisas melhores pra ela. Cuidado com a saúde, também é importante. Enfim, são vários pontos né. Nessa questão do cuidado afetivo tem o cuidado emocional. (P.F.3)

Eu acho que o cuidado com criança vai pra além dos cuidados básicos, né. O cuidado é realmente, você passar uma referência estruturada, uma referência fortalecida emocionalmente. É a criança ter alguém para confiar, pra se apoiar, pra se guiar nos valores, né. Acho que é mais ou menos isso. (P.F.5)

Sobre as múltiplas faces do cuidado, Krmpotic & Ieso (2010) sinalizam que além do caráter material e imaterial do cuidado, sua prática envolve vínculo afetivo, emocional e sentimental.

No cotidiano do trabalho, a relação de cuidado com as crianças extrapola o profissional, em que as histórias de vida e as referências de cuidado das profissionais – enquanto cuidadoras e receptoras de cuidado – se fazem presente no cuidado com as crianças acolhidas na instituição.

#### **4.3.3. Existe um modelo ideal de cuidar?**

Apesar da presença de valores e sentimentos associados ao cuidado na relação parental serem considerados a chave para a prática correta de cuidado, outras questões são levadas em consideração na avaliação dos familiares entrevistados. Além do afeto, a garantia dos direitos das crianças também foi apontada como indispensável para assegurar de um futuro melhor para os filhos.

Existe sim. O cuidado, a atenção, é essencial. (F.M.2)

Existe, eu acho que existe. Ah, sei lá... Assim paciência, muita paciência. (F.F.5)

A forma correta, primeiro passo é, botar nas escolas, estudar. Segundo, é botar as crianças pra praticar um esporte, fazer alguma coisa pra ocupar a mente, um esporte, porque isso ajuda bastante a criança a crescer com um futuro. E terceiro é ter estabilidade pra pagar uma faculdade, isso tudo. (F.M.3)

Para uma das entrevistadas, não é possível afirmar existir uma forma correta de cuidar. É preciso se considerar também o contexto sociocultural no qual a família está inserida, já que as diferentes realidades podem levar a diferentes maneiras e interpretações sobre as formas certas de cuidar.

Porque assim, eu vejo pelo meu lado. Quando foram pegar, quando pegaram, quando acolheram meus primeiros filhos, assim, tudo bem, eu deixava com a minha filha "de menor", e ficava na barraca, isso aí é totalmente errado. Mas na frente da vista de outras pessoas que eu conheço, e que eu não tenho coragem jamais de denunciar, eu vejo pior, entendeu, não tinha tanta necessidade. Não, cada um cuida de um jeito (F.F.1)

A importância de se considerar outros elementos na avaliação de formas corretas de cuidar também foi sinalizada no relato das profissionais. Para elas, a construção das relações de cuidado com as crianças vai se fazendo no cotidiano da interação entre criança e cuidador.

Foi sinalizado que não existe uma única forma considerada correta de cuidar de uma criança, uma vez que elas têm personalidades, temperamentos, necessidades e demandas específicas. A forma correta vai se desenhando a partir do momento em que se consegue suprir o que é demandado pela criança. Entretanto, as entrevistadas sinalizaram que o cuidado de forma correta envolve sentimentos como carinho, respeito e atenção.

Eu acho assim, que tem algumas coisas mínimas que você tem que fazer. Não deixar faltar nada pra aquela criança a nível de saúde, a nível de alimentação, a nível de afeto, tentar suprir esses parâmetros mínimos. Mas uma forma correta não existe! Existe a forma que dá, a forma que é válida. Às vezes você não vai fazer a forma correta mas naquele momento é o que dá, e aí tudo bem. O que não dá é pra você viver sempre não fazendo nada. Acho que é isso assim, não fazer nada é muito mais sério do que a forma correta, entendeu? (...) **Eu acho que tem uma junção aí daquilo que aquela pessoa viveu, da forma como ela foi criada e aí a forma que ela cria.** (P.F.3, grifo nosso)

Sim. **Mas não um padrão!** Existe a forma correta que é essa forma toda voltada pra relação de confiança, de um emocional estruturado, mas isso não é um padrão, porque vai depender muito do perfil dessa criança. E aí a gente está falando não só de um histórico de vida, mas de um temperamento, cada um tem um temperamento diferente, e aí às vezes é preciso, pra gente realmente ver qual educação aquela criança precisa, às vezes também está relacionada a esta questão do temperamento né. (P.F.5, grifo nosso)

Que às vezes, por exemplo, chega uma criança aqui que a gente tem que ser um pouquinho mais duro. Não quer dizer que a gente está maltratado, entendeu? É só o jeito da gente dar o limite pra essa criança e ao mesmo tempo, ela saber que assim, por estar dando o limite, não está negando o amor. **Então assim, existe, no meu**

**ponto de vista, sinceramente, existe vários jeitos, não existe um jeito certo.**  
(P.F.1, grifo nosso)

Apesar de respostas diferentes sobre a existência de uma forma certa de cuidar, a existência de uma forma errada de cuidado foi opinião majoritária entre os entrevistados. Para as famílias entrevistadas, a violência é colocada de forma antagônica ao cuidado, em que suas manifestações são utilizadas para exemplificar o que seria uma forma errada de cuidar, devendo ser evitadas.

Tem né. Ué gente, maltratar a criança, usar droga perto da criança, não cuida da criança. (F.F.4)

Ainda que as diversas violações citadas pelas famílias possam ser cometidas por qualquer pessoa, independente do gênero, ainda cai sobre a mulher a responsabilização e a culpabilização quanto ao que diz respeito às crianças, existindo "dois pesos e duas medidas" para a avaliação e julgamento sobre as situações de violência, sendo frequente a omissão dos homens diante de situações que possam levar à adoção de medidas de proteção à criança.

Existe. Quando o pai e a mãe é irresponsável. Quando a mãe é irresponsável, desnaturada, não tem responsabilidade, não quer compromisso, não quer responsabilidade com nada (F.M.3)

Diferente das variadas formas consideradas corretas de cuidar, as formas consideradas erradas para as profissionais são aquelas em que existem situações de violência e negligência com os direitos da criança.

Entretanto, para uma das entrevistadas, quando se fala de negligência é necessário avaliar se a violação dos direitos da criança não é ocasionado pela exclusão da própria família, uma vez que o público atendido pela instituição está à margem da cobertura das políticas sociais que pudessem prevenir o rompimento dos vínculos familiares.

Aí sim. Quando vira violência. Quando você tem alguma situação de violência sexual e a pessoa fecha os olhos e ignora, isso é uma forma errada. Quando a criança tá sendo negligenciada com a sua saúde, com sua escola, isso é uma forma errada, entendeu? Errada pela primeira ótica. Aí a gente vai ter que analisar tudo o que tá envolvido por trás. Falta de escola por quê? Por conta de não tá conseguindo matrícula, não tá conseguindo inclusão, enfim... (P.F.3)

Outro aspecto relacionado à forma errada de cuidar é a ausência de afeto e emoções, como amor, carinho e atenção na relação com a criança.

Ah existe né... A falta de carinho, a falta de atenção. O descuido com a criança. (P.F.4)

Sim. Pra mim o errado é, principalmente, não amá-la, que por incrível que pareça, tem gente que não ama a criança, independente de ser família ou não. Não respeitar a criança, não cuidar da criança. Maus tratos, pra mim é um erro muito grande, gravíssimo. E não ter interesse, em tudo que faz parte da vida da criança. Pra mim isso é o errado. (P.F.6)

## 5

### Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo conhecer sentidos atribuídos ao cuidado com crianças e à violência intrafamiliar por profissionais de uma instituição de acolhimento para crianças na primeira infância e por familiares das crianças acolhidas. Para isso, utilizamos as categorias família, cuidado e violência para sistematizar e analisar a fala dos entrevistados.

Considerando a família como uma unidade inserida em um contexto determinado sócio historicamente, buscamos conhecer a formação da família contemporânea e as mudanças em sua organização ao longo da história, para compreender como as relações familiares se manifestam atualmente. A evolução da humanidade e o domínio das técnicas de agricultura, domesticação de animais e confecção de armas mudou não só a relação entre o homem e a natureza – com o final do hábito nômade que propiciou o advento da propriedade privada –, mas também entre os próprios seres humanos, que passa a ser marcada por relações de exploração de uns pelos outros.

No universo familiar, a o processo histórico da humanidade resultou na substituição de sociedade matriarcal pela patriarcal, uma vez que o homem é quem passa a ter posses para deixar para os herdeiros. A herança das propriedades exige que as relações sejam monogâmicas (para as mulheres) para assegurar que os filhos do casal seriam, de fato, os herdeiros das posses do homem chefe-da-família.

A segregação das tarefas no contexto familiar também são uma marca que carregamos até hoje em nossa sociedade. Os papéis sociais passam a ser estabelecidos pelo sexo, em que ao homem cabe o trabalho remunerado e às mulheres, o cuidado com as tarefas domésticas. Nos dias de hoje, majoritariamente, ainda que a mulher tenha se inserido no mercado de trabalho, ainda é a principal responsável pelo cuidado com a casa e com os filhos.

Compreender a história da formação da família, considerando aspectos sociais e culturais, se faz necessário para compreendermos como acontecem as relações dentro do âmbito familiar – em especial a relação entre adultos e crianças – e como se dá a compreensão sobre violência e cuidado no relacionamento parental. Ao longo da formação da humanidade, a forma como as crianças eram

tratadas não era homogênea entre os povos, mas assim como o processo de dominação política e cultural, instaurou-se um padrão como hegemônico, desconsiderando e invalidando qualquer alternativa ao –modelo correto

No Brasil, por exemplo, a invasão dos portugueses no século XV transformou a maneira de adultos se relacionarem com crianças. A literatura aborda que as práticas de violência associadas ao cuidado com crianças, passar a ser usadas como forma de garantir obediência e disciplina, tendo sido introduzida no período de colonização do país, sendo o próprio Estado brasileiro um dos responsáveis pela violência contra crianças e adolescentes em instituições que deveriam proteger essa população.

Tais elementos se fazem imprescindíveis para compreendermos as relações na sociedade brasileira, uma vez que estamos inseridos na mesma lógica econômica. Além disso, é preciso diferenciarmos que o modelo idealizado de família pela sociedade burguesa, que cumpre os papéis estabelecidos por sexo, não é uma realidade para todas as famílias. No Brasil, as famílias pobres sempre contaram com a presença da mulher no mercado de trabalho, especialmente no desempenho de tarefas domésticas e de cuidado para as famílias ricas (herança do período escravocrata que se estende até a contemporaneidade).

Por entendermos, como demonstram os dados disponíveis, que o público atendido por uma instituição de acolhimento pertence a uma classe social determinada, voltamos nossa análise para o estabelecimento das relações em famílias das classes populares, abordando também como essas sofreram intervenção do Estado Brasileiro, especificamente no século XX. Cabe destacar também que, apesar de compreendermos a divisão da sociedade em classes, dentro da classe trabalhadora existem realidades diferentes, graças à desigualdade inerente ao modo de produção capitalista.

Destacamos que o cuidado com as crianças, ou o –problema do menor, esteve entre as preocupações dos governantes do Brasil desde a invasão realizada por Portugal, sendo a solução desta questão, a justificativa para o controle e repressão das famílias pobres, o afastamento de seus filhos do convívio familiar e a consolidação do estigma da incapacidade para o cuidado.

É também no contexto da repressão e controle que se estabelece a política de assistência social no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. Práticas caritativas e paternalistas, visavam a manutenção da boa relação entre os

trabalhadores explorados e a burguesia em ascensão no país, através de benefícios vinculados ao trabalho formal. Aos que não se enquadravam neste padrão estavam destinadas as ações de repressão e criminalização.

É apenas com a Constituição Federal promulgada em 1988, que a Assistência Social passa a ser um direito não contributivo, destinado a todos que dela necessitassem. Este documento, fruto de intensa mobilização social, foi um marco no reconhecimento da família como fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, priorizando a convivência familiar à institucionalização, responsabilizando o Estado por assegurar que a família tenha condições de garantir a sobrevivência e os cuidados de seus membros.

Mesmo com as diversas tentativas de romper com a cultura da institucionalização de crianças, principalmente após a promulgação do ECA, em 1990, a formulação e implementação de políticas e programas que visem o direito à convivência familiar ainda se configuram como um desafio, especialmente para a Assistência Social. As investidas neoliberais de desmonte do Estado, principalmente às políticas sociais, inviabilizam a implementação de políticas públicas que visem a prevenção dos rompimentos de vínculos familiares e a superação das situações de violação de direitos às quais diversas crianças e adolescentes estão submetidos, sendo o acolhimento institucional muitas vezes tratado como a única medida possível – mesmo sendo uma medida de caráter excepcional e provisório.

No universo desta pesquisa, em que os participantes são profissionais de uma instituição de acolhimento para crianças na primeira infância no município do Rio de Janeiro e os familiares das crianças acolhidas, foi possível ver a influência de todos os elementos apontados pela literatura nas especificidades dos casos. Dentre eles, destacamos a presença feminina nas tarefas relacionadas ao cuidado, uma vez que não possuem homens no quadro de profissionais da instituição de acolhimento e entre os familiares, notou-se a presença de mulheres como as principais responsáveis pelo cuidado e por apoiar os familiares, e a sua responsabilização diante da violação de direito das crianças.

A família é vista de forma valorizada por todos os entrevistados, entretanto, sua composição e relações estabelecidas entre os membros divergem entre os grupos. As profissionais da instituição valorizam os vínculos afetivos no estabelecimento das relações familiares, extrapolando o vínculo sanguíneo. Para



os familiares, a referência de família se limita às relações formadas a partir do laço conjugal ou de 1º grau de parentesco, mesmo que ultrapassem o âmbito doméstico, como no caso de seus pais e irmãos.

Ambos os grupos consideram a família como local de apoio mútuo, ou como pessoas com quem se pode contar. Entretanto, o relato restrito sobre os membros da família na opinião dos familiares entrevistados nos sinaliza para a possibilidade do rompimento dos vínculos marcarem gerações anteriores ao acolhimento das crianças em uma instituição, uma vez que a ausência da rede de apoio – determinante para a compreensão de família – também influencia no estabelecimento de suas relações. Por isso é fundamental conhecer a história de vida de cada família para compreender a forma como seus membros se relacionam.

Sobre violência e cuidado, percebemos que para os entrevistados, o cuidado é delineado através de aspectos subjetivos, enquanto a violência é definida através de suas manifestações. Além disso, é possível perceber os valores morais presentes na avaliação dos entrevistados, em que a presença de emoções e afetos está associada ao cuidado, excluindo a possibilidade de existir afeto nas relações marcadas por violência.

Na relação parental, os familiares entrevistados consideram cuidado e violência como pontos antagônicos, e a definição do caráter da relação está baseado nas ações e nos sentimentos envolvidos. Além disso, a avaliação sobre as formas certas e erradas de cuidar de crianças também depende da presença dos elementos cuidado e violência, sendo o primeiro associado à forma correta enquanto a forma errada é aquela em que há a presença de manifestações de violência.

Para as profissionais entrevistadas, a violência e o cuidado são lados opostos na relação entre o adulto-cuidador e a criança-sujeito do cuidado. A violência é apontada como um conjunto de ações que podem fazer mal, direta ou indiretamente, à criança. Já o cuidado, envolveria uma série de emoções e sentimentos, como amor, afeto, carinho e atenção.

Destaca-se que não são faladas ações que exemplifiquem o cuidado, são considerados somente os aspectos subjetivos envolvidos. O oposto acontece quando se fala de violência, em que as ações se sobressaem aos sentimentos envolvidos nas ações. Ou seja, a intenção na ação não é tão relevante na opinião

das profissionais quanto para os familiares, resultado que converge a achados obtidos em outras pesquisas mencionadas nesse trabalho.

Para os dois grupos, cuidado e violência são considerados pontos antagônicos na relação entre adulto-cuidador e criança-sujeito de cuidado, é tênue a linha que separa a classificação de determinada ação como forma de violência ou como manifestação de cuidado.

Nesse quesito, destaca-se ainda a intenção com que o ato é realizado. Quando os pais batem nos filhos ou o repreendem de uma forma mais dura, as ações podem ser consideradas como uma forma de cuidado e preocupação, garantindo que a criança aprenda o que é certo e errado para a vida em sociedade. Entretanto, as mesmas práticas podem ser consideradas como uma forma de violência contra crianças, sem um limite claro sobre até que ponto é cuidado ou violência.

Ao longo desta pesquisa, foi possível compreender com mais clareza o quanto minuciosa deve ser a avaliação das situações apresentadas diante do acolhimento institucional. Na relação parental, são reproduzidas referências culturais e experiências vividas na história da família, e as diferentes percepções devem ser consideradas na compreensão das relações familiares.

Nas situações de acolhimento de crianças por dependência química de seus pais ou situação de rua, por exemplo, deveriam existir alternativas ao atendimento da família como um todo, e não especificamente a uma parte de seus membros. Diante da crescente precarização das políticas existentes e do avanço do conservadorismo no processo de implementação e oferta de políticas públicas, o afastamento de crianças em famílias nessa situação é uma sentença definitiva, já que por não existir a possibilidade de um –trampolim para a mudança da situação na qual a família se encontra, a alternativa para a brevidade do acolhimento passa a ser a colocação de crianças em família substituta. É nesse momento que é preciso compreender a fragilidade nas relações familiares apresentadas à equipe do acolhimento, uma vez que a instituição se torna uma solução em casos em que não há nenhuma pessoa que possa se responsabilizar pela criança.

É claro que não podemos generalizar as situações ou minimizar as graves situações de violência intrafamiliar a que crianças e adolescentes são submetidos. Mas como instituição de proteção, devemos olhar além do aparente, compreendendo outros aspectos presentes na relação familiar, para evitar a

reprodução das práticas de institucionalização que marcaram a história da intervenção junto à infância no Brasil.

É nosso dever, enquanto assistentes sociais, na defesa intransigente dos direitos humanos, ocupar os espaços que nos cabem na luta pela execução plena dos direitos previstos na Constituição, além de cobrar do Estado que ofereça às famílias condições de cuidar de seus filhos, com segurança e com prevenção a situações que possam levar ao rompimento dos vínculos familiares.

Esperamos que esta pesquisa possa provocar reflexões críticas sobre as realidades apresentadas pelas famílias atendidas pelos equipamentos do SUAS, bem como ajudar os demais profissionais inseridos em instituições de acolhimento institucional a refletir sobre sua prática. Desejamos também que este trabalho possa contribuir para fundamentar sua atuação junto às famílias cujas crianças foram afastadas do convívio familiar e junto aos outros agentes envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Sabemos que este trabalho está longe de esgotar as discussões acerca da violência e do cuidado nas relações familiares. Entendemos que é necessário o aprofundamento teórico sobre temas que permeiam as relações familiares, como a relação de gênero no âmbito familiar e a divisão sexual do trabalho doméstico, bem como o reconhecimento das tarefas domésticas como pertencentes à categoria trabalho. Além disso, é fundamental a reflexão crítica mais aprofundada sobre o impacto do ataque ao SUAS no reforço da institucionalização de crianças, para que não reproduzamos discursos do senso comum sobre a incapacidade de cuidado pelas famílias pobres.

Nossa intenção com este trabalho não é apresentar respostas conclusivas acerca do cuidado e da violência na relação com crianças na primeira infância. Entretanto, ao buscarmos conhecer os sentidos atribuídos a essas categorias por agentes envolvidos no acolhimento de crianças – tanto profissionais como familiares –, esperamos contribuir para a compreensão de como essas categorias se fazem presente no cotidiano profissional em instituições de acolhimento, bem como instigar a reflexão acerca das variantes que podem mudar os limites entre violência e cuidado.

## Referências

AIRES, L. C. dos P. et al. Referência e contrarreferência do bebê egresso da unidade neonatal no sistema de saúde: percepção de profissionais de saúde da Atenção Primária. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, e20170028, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452017000200201&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000200201&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

ALKIMIN, M. A. A Lei da Palmada e seus impactos na LDB: inserção da transversalidade através da educação em direitos humanos e da prevenção de violências contra a criança e o adolescente. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**. Minas Gerais. v. 1, n. 2, p. 172-194, Jul/Dez. 2015. Disponível em: <[https://indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/9/pdf\\_1](https://indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/9/pdf_1)> Acesso em: 07 jun. 2020.

ALVES, P. L.; LADEIRA, S. C. G. A questão da deficiência física associada ao câncer: as repercussões na família e a proteção do Estado. **Revista Vértices**, v. 19, n. 3, p. 83-109, 30 dez. 2017. Disponível em: <<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/7578>> Acesso em 24 jun. 2021.

AZEREDO BOLZE, S. D. et al. Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias sul-brasileiras. **Cienc. Psicol.**, Montevideo, v. 13, n. 1, p. 67-81, jun. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1688-42212019000100067&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1688-42212019000100067&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio recusado em São Paulo? In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (orgs.) **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. - 7. ed. - São Paulo : Cortez, 2015.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.

BAPTISTA, R.; ZAMORA, M. H.; BITTENCOURT, M. I. Deixando de ser o Menino do Lixão: cuidados em família acolhedora. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 62-73, junho 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-48912017000100007&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912017000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BARBOSA, M. D.; BORGES, P. C. C. . Feminismo, gênero e os alcances da Lei Maria da Penha. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**. Brasília. v. 2, n.1. p. 207-227. Jan/Jun. 2016. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/1080/1076>> Acesso em: 07 jun. 2020.

BARBOSA, V. M. C.; ANTUNES, M. C.; PADILHA, M. da G. S. A reinserção familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar em acolhimento institucional por medida de proteção: o abuso sexual em foco. **Bol. - Acad. Paulo. Psicol.** São Paulo, v. 36, n. 91, p. 286-309, julho de 2016. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2016000200004&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2016000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BARROS, N. V. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente : trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social.** 2005. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?>> Acesso em: 26 jan. 2021.

BATTHYÁNY, K.; GENTA, N.; SCAVINO, S. Cambios y permanencias en las estrategias de cuidado infantil en el curso de vida. **O Social em Questão.** Ano XXII - nº 43 - jan a abr. 2019. 95-120. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art4.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art4.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BATTISTELLI, B. M.; CRUZ, L. R.. Saúde Mental na Infância: o cuidado e cotidiano nas políticas públicas. **Rev. Polis Psique**, Porto Alegre, v. 6, n. 3, p. 187-205, dezembro de 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-152X2016000300011&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BECKER, M. J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira: a base de tudo.** - 7.ed. - São Paulo : Cortez; Brasília, DF : UNICEF, 2005, p. 60-76.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** 9. ed. São Paulo Cortez, 2011. 213 p.

BERNARDES, J. W.; MARIN, A. H. Intervenção com educadoras sociais no contexto de acolhimento institucional: relato de experiência. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 117-130, 2019. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BERNARDI, D. C. F. Medidas de proteção e o direito à convivência familiar e comunitária. In: FÁVERO, E. T.; PINI, F. R. O.; OLIVEIRA E SILVA, M. L. de. (orgs.). **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes.** – 1. ed. – São Paulo : Cortez, 2020.

BOESMANS, E. F.; MARTINS, K. P. H. Acolhimento institucional: realidade, causalidade e singularidade na psicanálise e no direito. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 9, n. 1, p. 03-16, junho de 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202016000100002&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

BOFF, L. O cuidado essencial: princípio de um novo ethos. **Inclusão Social**, v. 1, n. 1, 3 out. 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503>> Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf)> Acesso em: 30 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em: 18 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <[https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20144842/do1-2017-04-05-lei-no-13-431-de-4-de-abril-de-2017-20144662](https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20144842/do1-2017-04-05-lei-no-13-431-de-4-de-abril-de-2017-20144662)> Acesso em: 30 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2005. Disponível em: <[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)> Acesso em: 07 jun. 2021

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução Conjunta nº 1**, de 18 de junho de 2009. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf)> Acesso em: 11 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça. **Instrução Normativa nº 03**, de 03 de novembro de 2009. Disponível em: <[https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/cnj/instruonormativa\\_\\_03\\_com\\_anejos.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/cnj/instruonormativa__03_com_anejos.pdf)> Acesso em: 11 jun. 2021.

\_\_\_\_\_.; Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. Disponível

em:

<[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_instrutivo\\_violencia\\_interpersonal\\_autoprovocada\\_2ed.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpersonal_autoprovocada_2ed.pdf)> Acesso em: 29 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos: Relatório 2019 / Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Brasília, 2019.** Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/Relatorio\\_Disque\\_100\\_2019\\_.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/Relatorio_Disque_100_2019_.pdf)> Acesso em: 23 jan.2021.

CAMARGO, D. de. Processo participativo entre profissionais de saúde para integrar o atendimento à criança vítima de violência. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 2, p. 340-353, Dezembro. 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082015000200011&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

CAMPOS, C. G. P. et al. PET GraduaSUS da Enfermagem: acolhimento dos usuários de uma Unidade de Saúde da Família. **Revista Conexão UEPG**. v. 15 n. 1, p. 92-97, Janeiro-Abril. 2019. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/12509>> Acesso em: 07 jun. 2020.

CAMPOS, M. S. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2015, v. , p. 21-43.

\_\_\_\_\_.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **SER Social**, n. 12, p. 165-190, 14 ago. 2009. Disponível em: <[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12932/11288](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12932/11288)> Acesso em: 09 out. 2020.

CARVALHO, A. M. A. et al. Mulheres e cuidado: bases psicobiológicas ou arbitrariedade cultural?. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 431-444, Dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2008000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2008000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 Mar. 2021.

CARVALHO, C. F. et al. Cuidado residencial: considerações sobre como o cuidado subjetivo é apresentado no cotidiano do trabalho dos educadores sociais. **Aletheia**, Canoas, n. 47-48, p. 51-63, dez. 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942015000200005&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942015000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

CAVALCANTI, V. R. S.; BARBOSA, C. de F.; CALDEIRA, B. M. dos S. Ética do cuidar e relações de gênero? Práticas familiares e representações da divisão do tempo. **Estudos de sociologia**. Araraquara, v.17, n. 32, p. 189-204. 2012.

Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4934>>  
Acesso em: 28 fev. 2021.

CHAGAS, M. C. da S. et al. Significado atribuído pela família ao cuidado da criança hospitalizada. **av. enferm.**, Bogotá, v. 35, n. 1, p. 7-18, abril. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-45002017000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002017000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

CHAVES, E.; COSTA, L. F. Doutrina da Proteção Integral e o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. **Avances En Psicología Latinoamericana**, Bogotá, v. 36, n. 3, p. 477, 27 set. 2018. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/4092/6540>> Acesso em: 24 jun. 2021.

COELHO, M. T. B. F.; DIAS, C. M. de S. B. Avós Guardiões: Uma Revisão Sistemática de Literatura do Período de 2004 a 2014. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722016000400214&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000400214&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

CONSTANTINIDIS, T. C.; ANDRADE, A. N. de. Demanda e oferta no encontro entre profissionais de saúde mental e familiares de pessoas com sofrimento psíquico. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 333-342, Fevereiro. 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000200333&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000200333&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

COSTA, A. C. R. da; CAVALCANTE, L. I. C; PONTES, F. A. R. Metas e estratégias de socialização de pais e avós de crianças em acolhimento institucional. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 8, n. 1, p. 94-110, junho de 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202015000100008&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202015000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

COSTA, M. C., et al. Violência doméstica contra a mulher em contexto rural: reconhecimento das estratégias de atenção. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde** (online), v. 32, p. 1, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/9271>> Acesso em: 07 jun. 2020.

DA MATTA, R. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, M. C. et. al. **A violência brasileira** - São Paulo : Editora Brasiliense, 1981.

DAHLBERG, L. L., KRUG, E. G., Violência - um problema global de saúde pública. In: **World report on violence and health** (Relatório Mundial sobre violência e saúde) / editado por KRUG, E. G. et al. Suíça. 2002. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2021.



DE MELO, L. F.; MONTEFUSCO, C. Os riscos e a prevenção para homicídios intrafamiliares no Amazonas/Brasil. **TEXTOS & CONTEXTOS**. Porto Alegre, v. 18, p. 189-200, 2019. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/32059>> Acesso em: 07 jun. 2020.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A.C.T. (orgs). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

DUPIN, L. V.; DOULA, S. M. -Homens de vergonha não levam desaforo para casal: estrutura e história em uma etnografia sobre brigas de família no sertão pernambucano. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 249-269, Dezembro. 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702018000300249&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000300249&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

ELSEN, I. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN, I.; MARCON, S. S.; SANTOS, M. R dos. **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença**. Maringá: Eduam, 2002, p. 11 - 24.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan /. 9. ed. -. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1984. 215p. - ((Perspectivas do homem. Serie ciencias sociais ; v.99))

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I. PILOTTI, F. (orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. - 3. ed. - São Paulo : Cortez, 2011.

FARAJ, S. P; SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M. Rede de proteção: o olhar do sistema de proteção de direitos dos profissionais. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 2, p. 727-741, junho de 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2016000200018&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. de 2020.

FARIAS, D. H. R. et al. Barreiras presentes no processo de construção do cuidado familiar cultural à criança no hospital: abordagem transcultural. **Aquichan**, Bogotá, v. 19, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7075162>> Acesso em: 07 jun. 2020.

FARIAS, P. de et al. Experiência materna no cuidado do filho com paralisia cerebral: análise fundamentada na teoria de Roy. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 12, n. 4, dec. 2018. ISSN 1981-6278. Disponível em:

<<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1373>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

FARINHA, M. G.; SOUZA, T. M. C. Plantão psicológico na delegacia da mulher: experiência de atendimento sócio-clínico. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 65-79, 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702016000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

FERRARI, D. C. de A. Visão histórica da infância e a questão da violência. In: FERRARI, D. C. de A.; VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática** - São Paulo : Ágora, 2002.

FERREIRA, C. L. S.; CORTES, M. C. J. W.; GONTIJO, E. D. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 3997-4008, Nov. 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232019001103997&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001103997&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde & Sociedade**, vol.14, n.02, São Paulo, maio-ago. 2005, p.50-59. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf>>; Acesso em: 25 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. (Re)descobrimdo a adoção no Brasil trinta anos depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Runa**. vol. 40, núm. 2, pp. 17-38, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/1808/180862611002/html/index.html>> Acesso em: 25 jun. 2021.

FREZ, T. S. N. **A judicialização das relações familiares no acolhimento institucional da primeira infância: uma experiência junto ao Serviço Social da Obra do Berço**, RJ. Rio de Janeiro. 2016. 68 f. Monografia – Departamento de Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

GAMA, A. de S. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. – 1. ed. – São Paulo : Cortez, 2014.

GELINSKI, C. R. O. G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2015, v., p. 125-145.

GIL, A. P. et al. Fatores de risco de violência contra as pessoas idosas: consensos e controvérsias em estudos de prevalência, **Configurações**, v. 16, 2015, p. 75-95. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/2852#quotation>> Acesso em: 07 jun. 2020.

GONÇALVES, H. S.; MARQUES, M. A. B. Infância e violência doméstica: uma discussão acerca da intervenção na família. **O Social em Questão**. Ano 5, nº 6, segundo semestre de 2001. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v5n06a05.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2021.

GORGOSINHO, K. D. S. A política social e a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: invenção das tradições? **Emancipação**, Ponta Grossa, v.15, n.1, p. 97-114, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/7446/5164>> Acesso em: 07 jun. 2020.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos**: uma tragédia revisada. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1998.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 mar. 2021.

HUEB, M. F. D. Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 28-38, 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702016000100004&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41.ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2014. 400 p.

JÁCOME, P. da S. et al. A educação em saúde realizada por profissionais da saúde da Estratégia Saúde da Família. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 14, n. 1, p. 160-177, jan./jul. 2016. Disponível em: <[http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2450/pdf\\_431](http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2450/pdf_431)> Acesso em: 07 jun. 2020.

KEHDI, R. G. P. **Estado da arte de cuidar** : apontamentos sobre estudos contemporâneos acerca da relação entre cuidado e família. 2017. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2017. Disponível em: <[http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1512144\\_2017\\_Indice.html](http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1512144_2017_Indice.html)>

KOLLER, S. H. Violência doméstica: uma visão ecológica. In: Amencar; Unicef. (Org.). **Violência doméstica**. Brasília, DF: Unicef, 2000, p. 32-42.

KRMPOTIC, C. S.; DE IESO, L. C. Los cuidados familiares: aspectos de La reproducción social a la luz de La desigualdad de género. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 95-101, Junho 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/11.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2020.

LAZARI, A. H. et al. Famílias em território vulnerável e motivos para o não uso de drogas. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [S. l.], v. 19, 2017. DOI: 10.5216/ree.v19.38380. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/38380>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

LEMOS, I. C.; SILVA, R. B. F. da. Cuidado de crianças em acolhimento institucional: relações afetivas e dimensão temporal. **PSI UNISC**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p.174-191, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/11892/7879>> Acesso em: 07 jun. 2020.

LIMA, A. I. O. ; DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P. Consumo de álcool e drogas e trabalho do psicólogo no núcleo de apoio à saúde da família. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p. 188-197, dezembro de 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472015000200009&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472015000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

LIMA, D. A.; GOMES, C. A. Família, tédio e violência escolar: vozes adolescentes. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. 17, p. 177- 197, jan. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ucp.pt/index.php/investigacaoeducacional/article/view/3438>> Acesso em: 07 jun. 2020.

LIMA, L. V. T.; AFONSO, M. L. M. Acolhimento institucional de crianças Acolhimento institucional de crianças e Adolescentes: gestão para proteção integral e defesa de cidadania. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 70- 82, maio. 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-izabela/index.php/tec/article/view/1040/763>> Acesso em: 07 jun. 2020.

MACEDO, E. O. S. de; CONCEIÇÃO, M. I. G. Atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência: o psicólogo e a rede de atenção. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 12, n. 1, p. 129-146, abril 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082017000100010&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MAGNABOSCO MARRA, M.; FORTUNATO COSTA, L.. Entre a revelação e o atendimento: família e abuso sexual. **Av. Psicol. Latinoam.** Bogotá, v. 36, n. 3, p. 459-475, dezembro de 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-47242018000300459&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242018000300459&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MARINHO, R. A. Q. C.; AGUIAR. R. S. A atenção primária como eixo estruturante da redução dos indicadores de violência contra crianças e adolescentes. **REVISA**. v.8, n.2, p. 228-241. 2019. Disponível em: <<http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/409/302>> Acesso em: 07 jun. 2020.

MEDEIROS, A.; PAIVA, I. L.; TORRES, T. L. Violência intrafamiliar contra idosos: revisão sistemática. **Liberabit**, Lima, v. 22, n. 2, p. 185-196, dezembro de 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1729-48272016000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1729-48272016000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MENDES, B. R. et al. Avaliação crítica do pH do sabão infantil. **Jornal de Pediatria**, v. 93, n. 3. p 290-295, maio-junho. 2016. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2255553616000124?via%3Dihub>> Acesso em: 07 jun. 2020.

MINETTO, T. M.; WEYH, C. B. Educação e políticas públicas para a proteção da criança e do adolescente no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, p. 2123-2140, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9920/8725>> Acesso em: 07 jun. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Módulo Criança e Adolescente. **26º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <[http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/todos-os-municipios\\_compressed.pdf](http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/todos-os-municipios_compressed.pdf)> Acesso em: 11 jun. 2021.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **Revista de Políticas Públicas**. v. 8, n.1. São Luís. 2004, p. 133-142. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3756/1820>> Acesso em: 03 out. 2020.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (orgs.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. - 6.ed. - São Paulo : Cortez, 2010.

MIOTO, R. C. T.; DALPRÁ, K. R. Serviços Sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. 1ed. São Paulo: Cortez, 2015, v. p. 147-178.

MORAES, M. C. B. de. Instrumentos para a proteção dos filhos frente aos próprios pais. **civilistica.com**, a. 7. n. 3. 2018. Disponível em: <<https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/391/331>> Acesso em: 24 jun. 2021.

MORAES, M. R. Análise da violência doméstica no município de Jardim, Mato Grosso do Sul: algumas considerações sobre o papel da gestão pública. **EaD&Tecnologias Digitais na Educação**, Dourados, v. 4, n. 5, p. 76-83, fev. 2017. ISSN 2318-4051. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/ead/article/view/3369>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

MORAIS, R. L. G. L. et al. Ações de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4472-4486, 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/4688>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**. Ano 15, nº

28, jul.-dez./2012. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2021.

MOURA, S. M. S. R. de; ARAUJO, M. de F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 mar. 2021.

NASCIMENTO, V. F. do, et al. Acidentes com pré-escolares atendidos em uma unidade de saúde da família. **Rev. Gestão & Saúde**. v. 6, n.2, p. 1174-1189. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/2896>> Acesso em: 07 jun. 2020.

NAZÁRIO, R.; TIZATTO, K. B. Percursos e percalços das pesquisas com crianças em contextos de chegadas e partidas: reflexões sobre pesquisas em programas de acolhimento institucional. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 21, n. 40, p. 367-388, nov. 2019. ISSN 1980-4512. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/1980-4512.2019v21n40p367>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALoustIAN, S. M. (org.) **Família brasileira: a base de tudo**. - 7.ed. - São Paulo : Cortez; Brasília, DF : UNICEF, 2005, p. 26-46.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, Set. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 out. 2020.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. 258 p. (Biblioteca básica de serviço social ; 1).

NOBREGA, L. M. de A. et al. Caracterizando a psicologia policial enquanto uma psicologia social jurídica. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 70, n. 3, p. 148-165, 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. C. e Fernandes, N. C. B. B. (org.) **Violências contra crianças e adolescentes: redes de proteção e responsabilização**, Rio de Janeiro: NOVA Pesquisa, 2007.

OLIVEIRA, A. C. Violência contra crianças e adolescentes em uma perspectiva de gênero. In: MEDEIROS, L. (org.). **Políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulher**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro : Letra Capital : PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018.

OLIVEIRA, L. de M. M.; RESENDE, A. C. Estudo de Sintomas Depressivos em Crianças sob situação de Acolhimento Institucional. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v.

10, n. 1, p. 55-63, junho de 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472016000100008&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472016000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

PALUDO, S. dos S.; MAZZOLENI, M.; SILVA, A. P. C. da. Expressão de esperança em adolescentes em situação de acolhimento institucional. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. 76-89, 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702018000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702018000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

PAULA, E. Os crescidos vão para o colo dos crescidos é só os crescidos!: Direitos de Participação das Crianças em Centros de Acolhimento Temporário. **Invest. Práticas**, Lisboa v. 6, n. 1, p. 110-131, Mar. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-13722016000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-13722016000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

PEREIRA, A. B.; CONCEIÇÃO, M. I. G; NERY, M. da P. O papel do professor na proteção à criança: contribuições sociodramáticas. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 61-67, 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-53932015000100008&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932015000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo. n. 112, p.729-753, out-dez, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bSGwqYTtYpMqHc5SXkSKK7h/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 07 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (orgs.). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. - 6.ed. - São Paulo : Cortez, 2010.

PESSÔA, S. S. M. V.; PÓVOA, C. M.; REZENDE, E. J. C. Relato de experiência sobre uma abordagem de design em uma casa de acolhimento institucional: ações participativas para elaboração do briefing. **Projética**, Londrina, v.10, n.2 p. 93- 104, setembro. 2019. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/34747/26001>> Acesso em: 07 jun. 2020.

PICCININI, C. A. et al. Razões maternas para colocar ou não o bebê na creche. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, p. 59-74, dez. 2016. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672016000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

REBELO, R. E. da S. et al. Além da doutrina da proteção integral: rumo às perspectivas indígenas de infância. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 39, 1 jun. 2017.

REGINATTO, F. P. et al. Prevalência e caracterização de distúrbios cutâneos neonatais nas primeiras 72 h de vida. **Jornal de Pediatria**, v. 93, n. 3, p. 238-245,

Maio – Junho. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S225555361630146X?via%3Dihub> Acesso em: 07 jun. 2020.

REIS, D. C. dos; CAVALCANTE, L. I. C. Avaliação de distorção cognitiva de autores de agressão sexual de criança e adolescente (AASCAS): Revisão sistemática da literatura. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 99-116, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702019000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 07 jun. 2020.

RIBEIRO, C. et al. Proteção solar: Conhecimentos e hábitos na população pediátrica. **Nascer e crescer**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 31–35, 2017. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/nascercrescer/article/view/9523>. Acesso em: 25 jun. 2021.

RIBEIRO, T. da S. É sempre assim, tudo sou eu! Cuidado, Gênero e Famílias. **O Social em Questão** - Ano XXII - nº 43 - Jan a Abr/2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_43\\_art2.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_43_art2.pdf) Acesso em: 26 jun. 2021.

RIFIOTIS, F. C. -Egressas|| de serviços de acolhimento e a invenção de novas possibilidades de vida. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 34, n. 99, e349914, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092019000100508&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092019000100508&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 07 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO, Estado. **Lei nº 6.937**, de 17 de dezembro de 2014. Disponível em: [http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra\\_edicao.php?session=VDBSRk1FMVZUWGhOVIZGMFVWUmplazVETURCU2FrSkhURIJuTVZKRldYUk5lbFYzVFRCTk1VOUZSa1pTUKZGNFRWUlpVTE2VVhsUFJFRTBUMEU5UFE9PQ==](http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VDBSRk1FMVZUWGhOVIZGMFVWUmplazVETURCU2FrSkhURIJuTVZKRldYUk5lbFYzVFRCTk1VOUZSa1pTUKZGNFRWUlpVTE2VVhsUFJFRTBUMEU5UFE9PQ==) Acesso em: 11 jun. 2021

RIZZINI, I. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. - Rio de Janeiro : Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I. Crianças Menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, I. PILOTTI, F. (orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2011b.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RUNYAN, D. et al. Abuso infantil e negligência por parte dos pais e outros responsáveis. In: **World report on violence and health** (Relatório Mundial sobre violência e saúde) / editado por KRUG, E. G. et al. Suíça. 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp->



content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf> Acesso em: 26 jan. 2021.

SANTEIRO, C. V.; SCHUMACHER, J. V.; SOUZA, T. M. C. Cinema e violência contra uma mulher: contribuições à formação do psicólogo clínico. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 2, p. 401-413, junho de 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2017000200001&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R., VITALE, M. A. F. (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. - São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais - PUC/SP, 2005.

SCHUMACHER, G. S. et al. Violência contra crianças na perspectiva de profissionais de saúde: reconhecimento e proteção em suas atividades hospitalares. **Revista de Bioética y Derecho**, v. 44, p. 149-162, 2018. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/RBD/article/view/19230/24139>> Acesso em: 07 jun. 2020.

SEHNEM, G. et al. Violência contra as mulheres: atuação da enfermeira na atenção primária à saúde. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 9, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/35061/pdf>> Acesso em: 07 jun. 2020.

SELAU, B. L.; BILIBIO, L. F. S. Transgredindo as lógicas de cuidado: relato de experiência sobre o amar e brincar na pediatria hospitalar. **Revista Univap**, v. 25, n. 48, p. 160-175, dez. 2019. Disponível em: <<https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/2220/1551>> Acesso em: 07 jun. 2020.

SERAFIM, V. V. D. et al. Violência contra a mulher e enfrentamento na percepção dos profissionais de saúde da atenção básica. **Salud & Sociedad**, v. 10, n. 2, p. 130-144, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ucn.cl/index.php/saludysociedad/article/view/3142/3273>> Acesso em: 07 jun. 2020.

SILVA JUNIOR, G. B. da et al. Identificação e notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes por médicos de família no Ceará. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 469-484, agosto. 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462017000200469&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462017000200469&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SILVA, C. S. et al. Associação entre a depressão pós-parto e a prática do aleitamento materno exclusivo nos três primeiros meses de vida. **Jornal de Pediatria**, v. 93, n.4, p.356-364, Julho-Agosto. 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2255553617300034?via%3Dihub>> Acesso em: 07 jun. 2020.

SILVA, L. L. N. B. da; RABELO, D. F. Afetividade e conflito nas díades familiares, capacidade funcional e expectativa de cuidado de idosos. **Pensando**

**fam.** Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 80-91, julho de 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2017000100007&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2017000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SILVA, M. A. de S. e. Violência contra crianças - quebrando o pacto do silêncio. In: FERRARI, D. C. de A.; VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática** - São Paulo : Ágora, 2002.

SILVEIRA, A. da. et al. Cuidado à criança com asma: o discurso de familiares. **J Nurs Health.** v.7, n.2, p. 127-136. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/10104/7883>> Acesso em: 07 jun. 2020.

SOARES, E. M. R. et al. Perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Interdisciplinar** (online), v. 9, p. 87-96, 2016. Disponível em: <[https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/754/pdf\\_288](https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/754/pdf_288)> Acesso em: 07 jun. 2020.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo social.**, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 123-128, Jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SOUSA, F. C. P. et al. A participação da família na segurança do paciente em unidades neonatais na perspectiva do enfermeiro. **Texto Contexto Enferm**, v.26, n.3. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e1180016.pdf>> Acesso em: 07 jun. 2020.

SOUZA, G. W. de; MACEDO, S. Grupo interventivo com genitores (as) de crianças vítimas de violência sexual. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia , v. 24, n. 3, p. 265-274, dez. 2018 . Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672018000300002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672018000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SPERLING, S. Estratégia de Saúde da Família: a melhor aposta para um sistema de saúde orientado para a proteção de pessoas e conquistas civilizatórias. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [S.l.], v. 11, n. 4, dec. 2017. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1471>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

SPOSATI, A. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2017, n. 130, pp. 526-546. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.122>> Acesso em: 23 jun. 2021.

STAMM, M.; MIOTO, R. C. T. (2008). Família e cuidado: uma leitura para além do óbvio. **Ciência, Cuidado e Saúde**, 2(2), 161-168. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v2i2.5539>> Acesso em: 25 mar. 2020.

SZYMANSKI, H. A prática da pesquisa participativa junto a famílias de baixa renda: o jogo cotidiano do vivido e do pensado. In: VASCONCELOS, N. A. de (org.) **Comunidade, meio ambiente e qualidade de vida**. (coletâneas da Anpepp

nº 3, p. 35-40). Rio de Janeiro. 1996. Disponível em: <<http://www.anpepp.org.br/acervo/Colets/v01n03a05.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Teoria e -teorias de família. In: CARVALHO, M. do C. B. de (org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo : EDUC/Cortez, 2000.

TARDIVO, L. S. da P. C. O desenho da figura humana em crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Bol. - **Acad. Paulo. Psicol.** São Paulo, v. 37, n. 92, p. 63-78, janeiro de 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2017000100006&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2017000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ato Executivo 4.065**, de 28 de agosto de 2009. Plano Mater. Disponível em: <<http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>> Acesso em: 07 jun. 2021.

VIANNA, A. R. B.. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: SOUZA LIMA, A. C. de. (Org.). **Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, v., p. 271-312.

VICENTE, C.M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família brasileira: a base de tudo**. - 7.ed. - São Paulo : Cortez; Brasília, DF : UNICEF, 2005, p. 47-59.

VIEIRA, D. F.; OLIVEIRA, J. S. de. Os limites da atuação estatal em face da afetividade: o reconhecimento e proteção dos direitos da personalidade das famílias poliafetivas como forma de tutela do instituto familiar e de seus integrantes. **Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 59-75, 2019. DOI: 10.48159/revistadoidcc.v4n2.vieira.oliveira. Disponível em: <http://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/4>. Acesso em: 24 jun. 2021.

VITALE, M. A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, M. do C. B. de. (org.) **A família contemporânea em debate**. - São Paulo : EDUC/Cortez, 2000.

WALDOW, V. R. Atualização do cuidar. **Aquichán**, Bogotá, v. 8, n. 1, p. 85-96, Abr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1657-59972008000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-59972008000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jun. 2020.

WENDT, B. et al. Imagens sociais atribuídas às instituições de acolhimento. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. 35-48, 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702018000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702018000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2020.

WORLD VISION INTERNACIONAL, IPSOS REID. Violência contra crianças e adolescentes: Percepções públicas no Brasil - Relatório 2017 - Resultados do

Brasil. Disponível em:  
<https://www.dropbox.com/s/osw1rotgbufkm9w/IPSOS.pdf?dl=0> Acesso em: 23 jan. 2021.

ZAPPE, J. G.; YUNES, M. A. M.; DELL'AGLIO, D. D. Imagens sociais de famílias com crianças e adolescentes: impacto do status socioeconômico e da institucionalização. **Pensando fam.** Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 83-98, julho de 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2016000100007&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 07 jun. 2020.

ZOBOLI, E. L. C. P. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 21-27, Mar. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342004000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 28 fev. 2021.

## Apêndices

### 7.1.

#### Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (famílias)



**Pesquisa: “Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito do acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro”**

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito do acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro”**

A pesquisa tem por objetivo analisar limites entre violência intrafamiliar contra crianças e cuidado, na perspectiva de familiares e profissionais em instituições de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa é de responsabilidade da discente Thatyana Siqueira Nunes Frez, mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), orientada pelo professor Dr. Antonio Carlos de Oliveira, no âmbito do Grupo de Pesquisa do CNPq "Famílias, Violência e Políticas Públicas".

Acredita-se que esta pesquisa tem relevância científica considerando a complexidade das relações envolvidas no afastamento de crianças na primeira infância via acolhimento institucional. Além disso, esta pesquisa pode ajudar os demais profissionais inseridos neste espaço sócio-ocupacional a refletir sobre sua prática, bem como fundamentar sua atuação junto às famílias cujas crianças foram afastadas do convívio familiar e junto aos outros agentes envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Começaremos a entrevista com algumas perguntas para compreender o perfil dos entrevistados, como nome, idade, escolaridade, se exerce atividade remunerada, renda aproximada, local de moradia, quem mora com você, quem morava na ocasião do acolhimento da criança e o motivo de acolhimento. As demais informações serão obtidas através de entrevista, contendo perguntas objetivas e discursivas relacionadas ao tema. Você terá o tempo que precisar para respondê-las.

É importante destacarmos que todas as informações obtidas nesta entrevista serão utilizadas para fins acadêmicos, resguardando todas as informações pessoais e que possam identificá-lo, garantindo assim total sigilo em relação a sua identidade.

As informações serão apresentadas em conjunto, não sendo possível identificar os participantes da pesquisa. As pessoas as quais se referir em sua fala também não serão identificadas. As falas nas entrevistas serão apresentadas de forma anônima, e em nenhum momento será apresentado o seu nome ou qualquer informação em que seja possível sua identificação, independente da fase da pesquisa. As informações que você der nesta entrevista serão utilizadas apenas nesta pesquisa e os resultados poderão ser divulgados em revistas e eventos científicos.

A entrevista será gravada para posterior transcrição das mesmas. Os dados obtidos nas entrevistas ficarão arquivados, sob minha responsabilidade, por um período de 5 anos, sendo destruídos em seguida.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e você tem o direito de se recusar ou desistir de participar a qualquer momento, não tendo nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Você não terá nenhum ganho direto ao participar desta pesquisa, ou seja, não haverá pagamento ou outro tipo de recompensa. Sua participação nesta pesquisa poderá contribuir na compreensão da relação entre cuidado e violência no contexto de acolhimento institucional de crianças na primeira infância.

Assim como qualquer pesquisa nas diversas áreas da vida, a sua participação nesta pesquisa pode apresentar dimensão de risco mínimo, como desconforto emocional, sensação de privacidade invadida, incômodo ao pensar sobre momentos que viveu. Diante disso, me comprometo a interromper a pesquisa em qualquer momento caso perceba seu desconforto, como também permitir que você fale sobre o incômodo, caso desejar. Além disso, caso seja necessário, me comprometo, na condição de assistente social, a viabilizar encaminhamento para suporte psicossocial em equipamentos que compõem a rede de proteção social.

Quando esta pesquisa estiver concluída, você terá livre acesso aos resultados, que poderão ser obtidos na dissertação de mestrado, que terá como título –Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito do acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro, de autoria da pesquisadora Thatyana Siqueira Nunes Frez, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira, ou por outro meio adequado, bastando para tal estabelecer contato comigo através dos contatos informados ao final desse documento.

Você receberá uma via deste documento, onde constam os contatos da pesquisadora, do orientador e da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Me comprometo a esclarecer qualquer dúvida sobre esta pesquisa e sua participação, agora ou em qualquer momento, seja por contato telefônico ou virtual.

Esse documento deverá ser assinado em duas vias, e uma cópia ficará com você e a outra comigo. Você poderá ter acesso a este Registro de Consentimento sempre que solicitado.

Eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Informo que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela equipe da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante)

\_\_\_\_\_  
(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura da pesquisadora)

\_\_\_\_\_  
(Local e data)

Telefone da mestrandia do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Thatyana Siqueira Nunes Frez (22) 99933-4348. E-mail: [thatyana.siqueira@gmail.com](mailto:thatyana.siqueira@gmail.com). Telefone do orientador Prof. Dr. da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Antonio Carlos de Oliveira: (21) 3527-1290 (ramal 2393). E-mail: [antoniocarlos@puc-rio.br](mailto:antoniocarlos@puc-rio.br). Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21) 3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

## 7.2.

**Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
(profissionais)**

**Pesquisa: “Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito do acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro”**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada **“Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito do acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro”**

A pesquisa tem por objetivo analisar limites entre violência intrafamiliar contra crianças e cuidado, na perspectiva de familiares e profissionais em instituições de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa é de responsabilidade da discente Thatyana Siqueira Nunes Frez, mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), orientada pelo professor Dr. Antonio Carlos de Oliveira, no âmbito do Grupo de Pesquisa do CNPq "Famílias, Violência e Políticas Públicas".

Acredita-se que esta pesquisa tem relevância científica considerando a complexidade das relações envolvidas no afastamento de crianças na primeira infância via acolhimento institucional. Além disso, esta pesquisa pode ajudar os demais profissionais inseridos neste espaço sócio ocupacional a refletir sobre sua prática, bem como fundamentar sua atuação junto às famílias cujas crianças foram afastadas do convívio familiar e junto aos outros agentes envolvidos no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Começaremos a entrevista com algumas perguntas para compreender o perfil dos entrevistados, como nome, idade, escolaridade, profissão e vínculo empregatício. As demais informações serão obtidas através de entrevista, contendo perguntas objetivas e discursivas relacionadas ao tema. Você terá o tempo que precisar para respondê-las.

É importante destacarmos que todas as informações obtidas nesta entrevista serão utilizadas para fins acadêmicos, resguardando todas as informações pessoais e que possam identificá-lo, garantindo assim total sigilo em relação a sua identidade.



As informações serão apresentadas em conjunto, não sendo possível identificar os participantes da pesquisa. As pessoas às quais se referir em sua fala também não serão identificadas. As falas nas entrevistas serão apresentadas de forma anônima, e em nenhum momento será apresentado o seu nome ou qualquer informação em que seja possível sua identificação, independente da fase da pesquisa. As informações que você der nesta entrevista serão utilizadas apenas nesta pesquisa e os resultados poderão ser divulgados em revistas e eventos científicos.

A entrevista será gravada para posterior transcrição das mesmas. Os dados obtidos nas entrevistas ficarão arquivados, sob minha responsabilidade, por um período de 5 anos, sendo destruídos em seguida.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e você tem o direito de se recusar ou desistir de participar a qualquer momento, não tendo nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Você não terá nenhum ganho direto ao participar desta pesquisa, ou seja, não haverá pagamento ou outro tipo de recompensa. Sua participação nesta pesquisa poderá contribuir na compreensão da relação entre cuidado e violência no contexto de acolhimento institucional de crianças na primeira infância.

Assim como qualquer pesquisa nas diversas áreas da vida, a sua participação nesta pesquisa pode apresentar dimensão de risco mínimo, como desconforto emocional, sensação de privacidade invadida, incômodo ao pensar sobre momentos que viveu. Diante disso, me comprometo a interromper a pesquisa em qualquer momento caso perceba seu desconforto, como também permitir que você fale sobre o incômodo, caso desejar. Além disso, caso seja necessário, me comprometo, na condição de assistente social, a viabilizar encaminhamento para suporte psicossocial em equipamentos que compõem a rede de proteção social.

Quando esta pesquisa estiver concluída, você terá livre acesso aos resultados, que poderão ser obtidos na dissertação de mestrado, que terá como título “Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito do acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro”, de autoria da pesquisadora Thatyana Siqueira Nunes Frez, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Oliveira, ou por outro meio adequado, bastando para tal estabelecer contato comigo através dos contatos informados ao final desse documento.

Você receberá uma via deste documento, onde constam os contatos da pesquisadora, do orientador e da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Me comprometo a esclarecer qualquer dúvida sobre esta pesquisa e sua participação, agora ou em qualquer momento, seja por contato telefônico ou virtual.

Esse documento deverá ser assinado em duas vias, e uma cópia ficará com você e a outra comigo. Você poderá ter acesso a este Registro de Consentimento sempre que solicitado.

Eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Informo que li e entendi todas as informações referentes a este estudo e que todas as minhas perguntas foram adequadamente respondidas pela equipe da pesquisa.

---

(Assinatura do participante)

---

(Local e data)

---

(Assinatura da pesquisadora)

---

(Local e data)

Telefone da mestrandia do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Thatyana Siqueira Nunes Frez (22) 99933-4348. E-mail: [thatyana.siqueira@gmail.com](mailto:thatyana.siqueira@gmail.com). Telefone do orientador Prof. Dr. da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Antonio Carlos de Oliveira: (21) 3527-1290 (ramal 2393). E-mail: [antoniocarlos@puc-rio.br](mailto:antoniocarlos@puc-rio.br). Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CEPq): (21) 3527-1618; localizado na Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, à Rua Marquês de São Vicente, 225 – Prédio Kennedy, 2º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – Brasil.

## 7.3.

## Apêndice 3 – Roteiro para entrevista com as famílias

Bloco 1: Perfil socioeconômico			
1.1	Nome:		
1.2	Idade:		
1.3	Escolaridade:		
1.4	Trabalha:	(   ) Sim	(   ) Não
1.5	Ocupação:		
1.6	Renda (estimada):		
1.7	Local de moradia:		
1.8	Quem mora com você atualmente?		
1.9	Quem morava com você quando seu filho foi acolhido?		
1.10	Por qual motivo seu filho foi acolhido?		
Bloco 2: Família			
2.1	O que é família para você?		
2.2	Quem você considera como família?		
2.3	Você contava com a ajuda de alguém para cuidar de seu filho?		
Bloco 3: Cuidado e violência			
3.1	Para você, o que é cuidado com criança?		
3.1	Você acha que existem formas corretas de cuidar de uma criança? Se sim, você pode me dar alguns exemplos?		
3.3	Você acha que existem formas erradas de cuidar de uma criança? Se sim, você pode me dar alguns exemplos?		
3.4	Para você, o que é violência contra criança?		
3.5	Para você, qual a diferença entre violência e cuidado?		
3.6	Para você, existem ações que podem ser consideradas formas de cuidado para uns e violência para outros?		
3.7	Como foi sua experiência com irmãos e pais na família em que você cresceu?		
3.8	Como os seus pais cuidavam de você?		
3.9	Existe alguma coisa que faziam com você que você faz com seu filho? Se sim, qual e por quê?		

## 7.4.

**Apêndice 4 – Roteiro para entrevista com profissionais**

<b>Bloco 1: Perfil</b>	
1.1	Nome:
1.2	Idade:
1.3	Escolaridade:
1.4	Profissão:
1.5	Vínculo profissional: (    ) CLT (    ) Servidor (    ) Outro: _____
1.6	Tempo de formação:
1.7	Qual é o principal motivo de acolhimento das crianças acolhidas na instituição?
<b>Bloco 2: Família</b>	
2.1	O que é família para você?
2.2	Quem você considera como família?
2.3	Para você, qual o perfil das famílias atendidas pela instituição?
<b>Bloco 3: Cuidado e violência</b>	
3.1	Para você, o que é cuidado com criança?
3.1	Você acha que existem formas corretas de cuidar de uma criança? Se sim, você pode me dar alguns exemplos?
3.3	Você acha que existem formas erradas de cuidar de uma criança? Se sim, você pode me dar alguns exemplos?
3.4	Para você, o que é violência contra criança?
3.5	Para você, qual a diferença entre violência e cuidado?

## Anexos

### 8.1.

#### Anexo 1 – Parecer favorável da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio para a realização da pesquisa de campo

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



##### CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 032/2020 – Protocolo 62/2020

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

##### Identificação:

**Título:** "Entre violência e cuidado: sentidos atribuídos por famílias de crianças e por profissionais no âmbito institucional no município do Rio de Janeiro" (Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Autora:** Thatyane Siqueira Nunes Frez (Mestranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

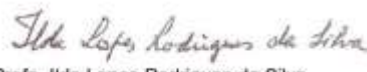
**Orientador:** Antonio Carlos de Oliveira (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio)

**Apresentação:** Pesquisa de caráter compreensivo que visa analisar limite entre violência intrafamiliar contra crianças e cuidado, na perspectiva de familiares e profissionais em instituições de acolhimento na cidade do Rio de Janeiro. Para a coleta de dados utilizará entrevista semipadronizada com famílias que tiveram seus filhos inseridos em instituições de acolhimento e da mesma forma aplicará entrevista semipadronizada com profissionais das instituições de acolhimento. As instituições a serem abordadas são do tipo Serviço Acolhimento Institucional na modalidade Abrigo Institucional para crianças na primeira infância. A análise e interpretação dos dados coletados seguirão o método de interpretação de sentidos (GEERTZ, 1989).

**Aspectos éticos:** O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

**Parecer:** Aprovado

  
Prof. José Ricardo Bergmann  
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio

  
Profa. Ilda Lopes Rodrigues da Silva  
Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2020

## 8.2.

## Anexo 2 – Relação com os motivos de acolhimento de crianças e adolescentes no município do Rio de Janeiro

### Motivo de acolhimento.

Motivo	nº de c/a	%	feminino	masculino
Negligência	121	30,63	49	72
Situação de Rua	68	17,22	20	48
Transferência de outro regime de atendimento	35	8,86	15	20
Abandono pelos pais ou responsáveis	22	5,57	6	16
Em razão de sua conduta	19	4,81	5	14
Responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença	14	3,54	5	9
Abusos físicos ou psicológicos contra a criança ou adolescente	12	3,04	6	6
Entrega voluntária	11	2,78	6	5
Guarda ou tutela para terceiros mal sucedida (a partir de 2018)	11	2,78	6	5
Adoção mal sucedida (a partir de 2018)	11	2,78	5	6
Devolução por tentativa de colocação familiar mal sucedida (Desativado e Desmembrado em 2018)	10	2,53	5	5
Carência de recursos materiais da família ou responsáveis	9	2,28	5	4
Guarda ou tutela para família extensa mal sucedida (a partir de 2018)	9	2,28	3	6
Criança Acolhida com Genitora menor de 18 anos	8	2,03	3	5
Risco de vida na comunidade	8	2,03	2	6
Transferência de/para outra Família acolhedora	4	1,01	2	2
Pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas (Desativado em 2018)	4	1,01	0	4
Abuso sexual / Suspeita de abuso sexual	4	1,01	3	1
Genitor(es) maior(es) de 18 anos abrigado(s) com o filho (Abrigo de família)	3	0,76	2	1
Conflitos no ambiente familiar (Desativado em 2018)	3	0,76	1	2
Exploração do trabalho infantojuvenil pelos pais ou responsáveis	3	0,76	2	1
Reintegração aos genitores mal sucedida (a partir de 2018)	2	0,51	0	2
Uso prejudicial de drogas ou álcool pela criança ou adolescente	2	0,51	0	2
Responsável cumprindo pena privativa de liberdade	1	0,25	1	0
Falta de creche ou escola em horário integral	1	0,25	0	1
<b>Total</b>	<b>395</b>	<b>100,00</b>	<b>152</b>	<b>243</b>

Observação: A partir de 2018 o motivo "Devolução por tentativa de colocação familiar mal sucedida" foi desmembrado em "Adoção mal sucedida", "Guarda ou Tutela para terceiros mal sucedida" e "Guarda ou Tutela para família extensa mal sucedida".

Fonte: 26º Censo da População Infanto Juvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro.

Disponível em: <[http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/todos-os-municipios\\_compressed.pdf](http://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/todos-os-municipios_compressed.pdf)> Acesso em 15 jun. 2021.